

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

DANILO BRAUN SANTOS

**ESCOLHAS INDIVIDUAIS E BEM-ESTAR FINANCEIRO:
TRÊS ENSAIOS UTILIZANDO MICRODADOS**

SÃO PAULO
2016

DANILO BRAUN SANTOS

**ESCOLHAS INDIVIDUAIS E BEM-ESTAR FINANCEIRO:
TRÊS ENSAIOS UTILIZANDO MICRODADOS**

Tese apresentada à Escola de Administração de
Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, como requisito para obtenção do título
de Doutor em Administração de Empresas

Campo de Conhecimento: Finanças

Orientador: Prof. Dr. Wesley Mendes da Silva

SÃO PAULO

2016

Santos, Danilo Braun

Escolhas Individuais e Bem-estar Financeiro: Três Ensaios Utilizando Microdados / Danilo Braun Santos - 2016.

96 f.

Orientador: Wesley Mendes da Silva.

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Educação financeira. 2. Pobres. 3. Cartões de crédito. 4. Programa Bolsa Família (Brasil). 5. Mercado de trabalho. I. Mendes-da-Silva, Wesley. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 336

DANILO BRAUN SANTOS

**ESCOLHAS INDIVIDUAIS E BEM-ESTAR FINANCEIRO:
TRÊS ENSAIOS UTILIZANDO MICRODADOS**

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas.

Campo do Conhecimento: Finanças

Orientador: Prof. Dr. Wesley Mendes da Silva

Data de Aprovação: 27/01/2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wesley Mendes da Silva (Orientador)
FGV-EAESP

Prof. Dr. Rafael Felipe Schiozer
FGV-EAESP

Prof. Dr. Lauro Emílio Gonzales Farias
FGV-EAESP

Prof. Dr. Naércio Aquino Menezes Filho
FEA-USP

Prof. Dr. Roy Martelanc
FEA-USP

*Aos meus filhos,
Joaquim e Violeta*

AGRADECIMENTOS

Para fazer uma tese de doutorado, além de muito esforço e abdicção individual, é necessário contar com o apoio de muitas pessoas ao nosso redor. Meus sinceros agradecimentos a todos que, de alguma maneira, ajudaram a tornar esse trabalho possível. Em especial:

À Priscila, minha mulher, cujo companheirismo e compreensão permitiram esse projeto acontecer;

Aos meus pais, que me ensinaram o valor da persistência e da honestidade;

Aos meus sogros, por todo apoio financeiro e familiar nos momentos necessários;

Ao amigo Wesley Mendes da Silva, que além de me guiar nesse trabalho com muita dedicação foi quem me incentivou a trilhar esse caminho;

Ao professor Naércio Aquino Menezes Filho, pela enorme ajuda nas especificações dos modelos matemáticos. Esse trabalho não seria o mesmo sem as suas considerações;

Ao professor Rafael Felipe Schiozer, por toda ajuda no decorrer do curso e pelas dicas na calibração do modelo para o primeiro ensaio;

Ao amigo de longa data, Alexandre Leichsenring, que compartilhou todo seu conhecimento com as bases governamentais usadas no terceiro ensaio;

Aos professores Philippe Protin e Luciana Massaro Onusic, pela coleta e disponibilidade dos dados franceses, usados no segundo ensaio;

Ao professor Lauro Emilio Gonzalez Farias, por disponibilizar a base de dados usada no primeiro ensaio;

Ao amigo Edimilson Costa Lucas, companheiro nas dificuldades e nas vitórias ao longo do curso.

RESUMO

Como orientar políticas públicas de modo a promover o bem-estar da população? Para responder a essa questão a comunidade acadêmica tem focado a necessidade de se conhecer melhor as escolhas de consumo individuais. Essa tendência encontra apoio no número, cada vez maior, de bases de microdados disponibilizadas pelos órgãos governamentais e iniciativa privada. O presente trabalho analisa as escolhas dos brasileiros com relação às decisões de financiamento e de oferta de trabalho. O estudo é dividido em três ensaios empíricos distintos. Como a contratação de crédito em mercados informais é motivada pelo déficit de educação financeira é o foco do primeiro ensaio. Considerando mais de 2.000 observações sobre tomadas de crédito, utiliza-se um modelo logit multinomial para estimar a propensão à tomada de crédito na informalidade em contraste com o crédito bancário. Os resultados indicam que a educação financeira pode ter uma relevância maior para a seleção de financiamentos informais do que a restrição de crédito. O segundo ensaio analisa o comportamento de uso de cartões de crédito dentre 1.458 jovens adultos residentes no Brasil, EUA ou França. Um modelo de equações estruturais é utilizado para incorporar relações entre as variáveis latentes. O modelo validado pelo estudo representa uma situação em que o bem-estar financeiro é afetado pela forma com que o indivíduo utiliza o cartão de crédito que, por sua vez, é afetado pelo sentimento de comparação social e pela autoconfiança financeira, essa última sendo impactada também pela educação financeira recebida dos pais. Na comparação entre grupos encontramos evidências de que a comparação social tem um efeito mais forte sobre os jovens brasileiros e que homens são mais dependentes da educação dos pais do que as mulheres. No último ensaio a população pobre brasileira é analisada em relação a um suposto *efeito preguiça*, que seria causado pela diminuição de oferta de trabalho das famílias que recebem o benefício financeiro do governo via o Programa Bolsa Família. Um modelo de sobrevivência foi usado para comparar a duração no emprego entre beneficiários do programa e um grupo controle, utilizando uma base de dados com mais de 3 milhões de indivíduos. A hipótese de um *efeito preguiça* é rejeitada. O risco de desligamento do emprego para os beneficiários do Bolsa Família é medido como sendo de 7% a 10% menor, o que é capaz de anular, por exemplo, o maior risco de saída do emprego causado pela presença de filhos pequenos na composição familiar. Uma vez que a rotatividade no emprego dificulta o recebimento de aposentadorias por tempo de contribuição, pode-se concluir que o programa de transferência de renda brasileiro terá um impacto positivo sobre o bem-estar financeiro futuro do trabalhador.

Palavras-chave: crédito informal, educação financeira, cartão de crédito, bem-estar financeiro, Bolsa Família, emprego, análise de sobrevivência.

ABSTRACT

How to guide public policies in order to promote people's well-being? In order to answer this question the academic community has focused on the necessity of understanding better the individual consumer choices. This trend is supported by the growing number of micro-data bases provided by the government agencies and the private sector. The aim of this study is to analyze the choices of Brazilians towards financing decisions and labor supply. The work is divided into three distinct empirical essays. The focus of the first essay is to verify how the informal credit markets are stimulated by financial education deficit. Considering more than 2,000 notes on taken credit, a multinomial logit model was used to estimate the propensity to informal credit taken in contrast to bank credit. The results indicate that financial education can have greater relevance to the selection of informal forms of financing than credit tightening measures. The second essay analyzes the use of credit cards among 1,458 young adults that live in Brazil, USA or France. A structural equation model is used to establish links between latent variables. The model validated by the study represents a situation in which the financial well-being is affected by the way the individual uses the credit card, and this use, in turn, is affected by the sense of social comparison and by the financial self-confidence, which is influenced by the financial education received from parents. Comparing groups, we found evidence that social comparison has a stronger effect on young Brazilians, and that men are more influenced by parental education than women. In the last essay, Brazil's poor population is analyzed towards a so called *laziness effect*, that would be caused by a decrease in labor supply because of the families that receive the financial benefit from the government by means of the Bolsa Família Program. A survival model was used to compare the length of employment among program beneficiaries and a control group, using a database of over 3 million people. The hypothesis of a *laziness effect* is rejected. The risk of employee resignation among beneficiaries of the Bolsa Família Program is measured to be 7% to 10% lower, which is able to set aside, for example, the largest risk of employee resignation that is caused by the presence of young children in family composition. Since the change of employment hinders the receipt of pensions for length of service, it can be concluded that the Brazilian income transfer program will have a positive impact on the future financial well-being of the worker.

Keywords: informal credit, financial education, credit card, financial well-being, Bolsa Família, employment, survival analysis.

Lista de Abreviaturas

ADF	<i>Asymptotic Distribution Free</i>
AFT	<i>Accelerated Failure Time</i>
AIC	<i>Akaike Information Criterion</i>
AVE	<i>Average Variance Extracted</i>
BIC	<i>Bayesian Information Criterion</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCUS	<i>Modified Credit Card Use Scale</i>
CFA	<i>Confirmatory Factor Analysis</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CR	<i>Composite Reliability</i>
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getulio Vargas
FINSOC	<i>Financial Social Comparison</i>
FSC	<i>Financial Self-Confidence</i>
FWBS	<i>Financial Well-Being Scale</i>
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ML	<i>Maximum Likelihood</i>
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NIS	Número de Identificação Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PBF	Programa Bolsa Família
PFES	<i>Parental Financial Education Scale</i>
PME	Pequena e Média Empresa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROCON	Agência de Proteção e Defesa do Consumidor
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RG	Registro Geral
RMSEA	<i>Root Mean Square Error of Approximation</i>
SEM	<i>Structural Equation Modeling</i>
SENACON	Secretaria Nacional do Consumidor
SINDEC	Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor
SRMR	<i>Standardized Root Mean Square Residual</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TR	Taxa Referencial
US	<i>United States</i>

Lista de Figuras

1.1	Probabilidade de uso de fontes informais de crédito	35
2.1	Quantidade de cartões pessoais e frequência de uso	41
2.2	Modelo estrutural proposto	42
2.3	Modelo estrutural estimado pelo método ADF	47
3.1	Programa Bolsa Família - Número de Benefícios em Dezembro.	56
3.2	Programa Bolsa Família - Valor Total dos Benefícios em Dezembro (R\$).	56
3.3	Criação líquida de postos formais de trabalho (número de pessoas).	58
3.4	Dinâmica de entrada e saída no PBF	63
3.5	Curvas de Kaplan-Meier.	68
3.6	Curvas de sobrevivência de Kaplan-Meier.	69
3.7	Curvas de Kaplan-Meier para beneficiários e não beneficiários do PBF.	70
B.1	Ofício MDS	86
B.2	Ofício MTE	87

Lista de Tabelas

1.1	Mercado Brasileiro de Capitalização	21
1.2	Uso de crédito nos últimos 12 meses	28
1.3	Consumo de títulos de capitalização	29
1.4	Variáveis independentes consideradas no modelo	30
1.5	Regressão logística multinomial	31
1.6	Regressão logística multinomial	33
1.7	Efeitos Marginais	34
1.8	Logit multinomial para as categorias informais de crédito	36
2.1	Contagem país × gênero	41
2.2	Constructos do modelo	42
2.3	Variáveis observáveis remanescentes no modelo	45
2.4	Resultados das validades e confiabilidades dos constructos	46
2.5	Métricas de ajustes globais	46
2.6	Estimativas dos parâmetros nos modelos de caminhos	48
2.7	Efeitos indiretos	49
2.8	Resultados da análise multi-grupos entre gêneros	50
2.9	Resultados da análise multi-grupos entre países	50
3.1	Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas ou dicotômicas	60
3.2	Estatísticas descritivas das variáveis policotômicas	62
3.3	Comparação entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família	63
3.4	Contemplados × elegíveis	64
3.5	Salário mínimo corrigido pelo INPC	65
3.6	Separação em 10 classes de salários	65
3.7	Razões de risco das regressões de Cox para o tempo no emprego	71
3.8	Coefficientes estimados nos modelos paramétricos	74

Sumário

Introdução	13
1 O papel da educação financeira na contratação de crédito	16
1.1 Introdução	16
1.2 Estratégia de avaliação da educação financeira	19
1.2.1 Produtos financeiros orientados à poupança	20
1.2.2 Educação financeira e seleção de alternativas	25
1.3 Metodologia	28
1.3.1 Coleta de dados e variáveis	28
1.3.2 Especificação do modelo	30
1.4 Resultados	31
1.5 Conclusão	37
2 Comportamento financeiro e bem-estar percebido	39
2.1 Introdução	39
2.2 Dados e construção teórica do modelo	40
2.2.1 Variáveis	42
2.2.2 Hipóteses do modelo	42
2.3 Resultados	44
2.3.1 Modelo estrutural	47
2.3.2 Análise multi-grupos	49
2.4 Conclusão	51
3 Os efeitos das transferências de renda sobre a duração do emprego	53
3.1 Introdução	53
3.2 Contexto de campo	55
3.2.1 O Programa Bolsa Família	55
3.2.2 Duração do emprego	57
3.3 Método e descrição da base de dados	59
3.3.1 Análise descritiva	60
3.3.2 Análise de sobrevivência	65
3.4 Resultados	68
3.5 Conclusão	75
A Questionário	76
B Ofícios	86
Referências Bibliográficas	88

Introdução

Os indivíduos são constantemente submetidos a realizar escolhas. Algumas dessas decisões envolvem compensações entre custos e benefícios em diferentes momentos no tempo, as chamadas escolhas intertemporais. São exemplos, as decisões sobre consumo e poupança, esforço de trabalho, educação, nutrição, matrimônio, cuidados de saúde e assim por diante. Como os indivíduos tomam essas decisões tem sido o foco de atenção para diversos estudiosos desde o final do século XVIII, quando Adam Smith destacou que elas podem determinar a prosperidade econômica das nações (Smith, 1776).

Em uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, Frederick *et al.* (2002) descrevem como os autores precusores, como Rae, Senior e Jevons, explicavam essas decisões a partir de motivos psicológicos conflitantes e, posteriormente, autores como Eugene Von Böhm-Bawerk e Irving Fisher formalizaram essas escolhas como uma decisão ponderada sobre a alocação de recursos em diferentes momentos no tempo, mas sem abandonar os motivos psicológicos contidos nessas escolhas, até culminar no modelo de Utilidade Descontada de Paul Samuelson, que, apesar do próprio não endossar o modelo como normativo ou com validade descritiva, a simplicidade do modelo e o fato de condensar todos os determinantes psicológicos da escolha intertemporal num único parâmetro (a taxa de desconto) fez dele o modelo normativo de referência para a ciência econômica.

No entanto, Frederick *et al.* (2002) argumentam que o modelo de Utilidade Descontada não encontrou apoio empírico devido à diversidade de considerações que são relevantes nas escolhas intertemporais e que afetam diferentes tipos de decisões de forma diferente, de modo que não há razão para esperar que as taxas de desconto devam ser consistentes para diferentes escolhas. Os autores acreditam que reintroduzir a abordagem de múltiplos motivos para a escolha intertemporal, com maior ênfase nas diferenças individuais, pode ajudar a compreender e explicar melhor as decisões que observamos no mundo real.

De certa forma, o recente Prêmio Nobel de Economia, atribuído ao escocês Angus Deaton, reforça essa visão. Segundo a Academia Real das Ciências da Suécia, o foco de Deaton em pesquisas domiciliares ajudou a transformar a economia do desenvolvimento de um campo teórico com base em dados agregados em um campo empírico com base em dados individuais detalhados: "Para projetar uma política econômica que promova o bem-estar e reduza a pobreza, devemos primeiro entender as escolhas de consumo individuais" (Nobel, 2015).

Resguardadas as devidas proporções, o presente trabalho busca entender as escolhas individuais dos brasileiros em relação às decisões de financiamento e de oferta de trabalho. O estudo é dividido em três ensaios empíricos, que além de tratarem de temas distintos também usam diferentes bases de microdados e técnicas de modelagem.

No primeiro ensaio (capítulo 1) investiga-se como a contratação de crédito em mercados informais é motivada pela falta de educação financeira. Apesar dessa relação parecer óbvia esse é o primeiro estudo no mundo (que temos notícia) a estabelecer essa associação. Os dados foram levantados pela Bankable Frontier Associates e Fundação Bill & Melinda Gates através de um extenso questionário que contou com mais de 2.000 informações sobre tomadas de crédito. Utilizando como *proxy* para a falta de educação financeira o consumo de um produto financeiro típico do mercado brasileiro, o título de capitalização, estima-se, através de um modelo logit multinomial, um efeito maior para a propensão à tomada de crédito na informalidade para os consumidores desses títulos do que, por exemplo, para indivíduos negativados em cadastros de proteção ao crédito. Esse resultado indica que a educação financeira pode ter uma relevância maior para a seleção de financiamentos informais do que a restrição de crédito.

No capítulo 2 analisa-se o comportamento de uso de cartões de crédito dentre 1.458 estudantes universitários residentes no Brasil, EUA ou França. Um modelo de equações estruturais é utilizado para incorporar relações entre as variáveis latentes. O modelo validado pelo estudo representa uma situação em que o bem-estar financeiro é afetado pela forma com que o indivíduo utiliza o cartão de crédito que, por sua vez, é afetado pelo sentimento de comparação social e pela autoconfiança financeira, essa última sendo impactada também pela educação financeira recebida dos pais. Na comparação entre grupos encontramos evidências de que a comparação social tem um efeito mais forte sobre os estudantes brasileiros e que homens são mais dependentes da educação dos pais do que as mulheres.

No terceiro e último ensaio (capítulo 3) analisa-se a população pobre brasileira em relação a um suposto *efeito preguiça*, que seria causado pela diminuição de oferta de trabalho das famílias que recebem o benefício financeiro do Programa Bolsa Família. A base de dados contou com mais de 3 milhões de observações (indivíduos) e foi construída a partir do cruzamento de extensas bases de dados provindas do poder público, de competências do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Trabalho e Emprego. Utiliza-se um modelo de sobrevivência para comparar a duração no emprego entre beneficiários do programa e um grupo controle, formado por não beneficiários mas possivelmente elegíveis. Dentre outras inovações, o *status* de beneficiário é tratado por uma covariável tempo-dependente, de modo que todo histórico de participação dos indivíduos no programa é considerado na análise. A hipótese de um *efeito preguiça* é rejeitada. O risco de desligamento do emprego para os beneficiários do Bolsa Família é medido como sendo de 7% a 10% menor, o que é capaz de anular, por exemplo, o maior risco de saída do emprego causado pela presença de filhos pequenos na composição familiar. Uma vez que a rotativi-

dade no emprego dificulta o recebimento de aposentadorias por tempo de serviço, pode-se concluir que o programa de transferência de renda brasileiro terá um impacto positivo sobre o bem-estar financeiro futuro do trabalhador à medida que contribui para a manutenção do emprego da parcela pobre da população.

Capítulo 1

O papel da educação financeira na contratação de crédito em mercados informais

1.1 Introdução

O fenômeno da informalidade na economia abrange a maioria dos países no mundo, com maior ou menor grau de importância. *Schneider et al. (2010)* estimaram a, por eles chamada, economia de sombra como porcentagem do PIB para 162 países entre 1999 e 2007. A estimativa para a economia informal no Brasil apresentou crescimento monotônico no período, com média de 40,5% e valor de 43% para a última medição, em 2007. Nesse sentido a economia brasileira se assemelha mais a de países (média) como Colômbia (41%), Uruguai (51,5%), Equador (36,6%) e Venezuela (33,4%), do que a economia da China (13,5%), Índia (24%), e de seus vizinhos Argentina (25,5%) e Chile (20,3%).

Além de esconder a arrecadação, a economia paralela pode mascarar indicadores oficiais de desemprego, renda, consumo, dentre outros, fazendo com que políticas públicas orientadas por tais indicadores possam não ser eficazes. Ademais, *Schneider et al. (2010)* atentam para os efeitos que uma economia informal crescente sobre a oficial possam causar, por meio de concorrência por mão de obra e, por outro lado, gerando um efeito positivo sobre a economia formal, à medida que pelo menos dois terços dos rendimentos do trabalho na economia paralela é imediatamente gasto na economia oficial. Segundo *Cole et al. (2011)*, uma das maneiras mais rápidas para promover o desenvolvimento financeiro em mercados emergentes seria atraindo indivíduos e empresas para o setor financeiro formal.

Como descrito por *Pagano e de Desarrollo (2001)*, a eficiência na concessão de crédito depende de uma série de instituições de apoio que permitam: (i) uma taxa razoável de reembolso para os credores, (ii) um fluxo constante de informação dos mutuários para os credores e (iii) meios judiciais de executar garantias. Por sua vez, essas instituições exigem que os mu-

tuários apresentem documentação atestando seus rendimentos, sua localização física e posse de bens executáveis. Nada impede que um trabalhador sem vínculo no mercado formal de trabalho venha a obter crédito em fontes oficiais, mas obviamente será mais difícil obtê-lo, ou por falta de documentos comprobatórios de sua renda, ou por se encaixar num perfil de maior risco.

A exigência de colaterais, motivada pela assimetria de informação, é colocada por diversos pesquisadores como a principal razão da existência de um mercado informal de crédito. [Teranishi \(1994\)](#) argumenta que os mercados de crédito informais nos países em desenvolvimento são difíceis de serem erradicados devido à alta eficiência dos canais de informação entre os credores informais e seus clientes. [Zeller \(1994\)](#) amplia essa análise ao comparar credores informais e empréstimos comunitários formais, em Madagascar. Os resultados mostram que os arranjos formais em grupo são capazes de obter e utilizar as informações disponíveis localmente sobre crédito do requerente da mesma forma como os credores informais o fazem. A análise mostra que ambos os credores, informais e membros de grupos formais, parecem dar mais peso à dívida no mercado informal, em vez do endividamento no setor formal, e que ambos possuem uma vantagem de informação sobre agentes formais bancários. [Straub \(2005\)](#) afirma que a maioria dos produtores informais não registra suas operações e não usa contas bancárias ou meios rastreáveis de pagamento. Além disso, geralmente não separam as operações de tesouraria correspondente aos seus negócios com suas atividades pessoais. Por estas razões, monitorar o seu negócio torna-se algo complexo, e a maioria dos empréstimos só é possível por causa de técnicas de coerção utilizadas por credores informais.

Uma linha de crédito com expressivas taxas de juros, chamada de *PayDay Loan*, apesar de ser oficializada em diversos estados norte-americanos, é bastante contestada pela drenagem de dinheiro de comunidades de baixa renda e se assemelha à empréstimos efetuados por agiotas em todo o mundo. [Melzer \(2011\)](#) mostrou que a utilização de empréstimos *payday* não atenua dificuldades financeiras, ao contrário, esses empréstimos dificultam o pagamento de aluguéis, hipotecas e outras contas. [Bhutta et al. \(2012\)](#) mostraram que consumidores utilizam o *payday* quando tem acesso limitado a outras linhas de crédito. Nessa direção, [Bertrand e Morse \(2011\)](#) estudaram os vieses comportamentais na escolha de empréstimos *payday* e concluíram que os indivíduos podem ser plenamente informados sobre as taxas associadas ao *payday*, podem não ter problemas de autocontrole, podem não sofrer de expectativas excessivamente otimistas sobre sua capacidade de pagar esses empréstimos mas, mesmo assim, optam por tomar empréstimos *payday* com altas taxas de juros porque enfrentam uma necessidade urgente de dinheiro e não possuem acesso a outras formas de financiamento. Ou seja, a decisão não é necessariamente irracional, pode refletir uma escolha de maximização de utilidade dadas as limitações que enfrentam.

Uma visão alternativa mas não excludente defende que a falta de conhecimentos financeiros funciona como uma barreira importante para a demanda por serviços e produtos fi-

nanceiros (Cole *et al.*, 2011). Se os indivíduos não tem conhecimento dos produtos que são ofertados ou não são capazes de discernir entre as possíveis escolhas por conseguinte não irão perseguir as melhores opções. Lusardi (2008) cita que o crédito tornou-se mais acessível mas que a maioria das pessoas não sabe realizar cálculos simples de composição de juros. Em outro estudo voltado para o endividamento de famílias norte-americanas, Lusardi e Tufano (2009) encontraram relação entre a falta de educação financeira e sobreendividamento. Observam, nesse artigo, que apenas um terço dos entrevistados entendiam o funcionamento dos cartões de crédito. No Brasil, Mendes-Da-Silva *et al.* (2012) observaram que 70% dos usuários de cartões de crédito desconhecem as taxas de juros aplicadas.

A questão da educação financeira pode assumir um peso ainda mais relevante à medida que os produtos financeiros são mais abundantes e complexos. Lusardi e Mitchell (2013) descrevem que o desenvolvimento dos mercados financeiros trouxe vantagens, permitindo contratos adaptados e aumentando o acesso ao crédito, mas, por outro lado, impôs às famílias maior responsabilidade para gerir suas finanças de forma sensata. Alguns pesquisadores levantam, também, a hipótese de uma indústria de *marketing* predatória (Campbell, 2006; Gabaix e Laibson, 2006). A esse respeito, Gabaix e Laibson (2006) observam que as empresas omitem informações para os consumidores míopes sobre taxas, multas, acessórios e outros. Por exemplo, ofertam um cartão de crédito alegando nenhuma taxa anual mas encobrem a informação de que a taxa anual é dispensada apenas no primeiro ano de uso.

Com relação às fontes informais de crédito, a maioria dos estudos estão apoiados sobre a atividade de agiotagem (Hoff e Stiglitz, 1998; Madestam, 2014). No entanto, alguns estudos ressaltam que empréstimos informais entre amigos e parentes tem um fator econômico significativo (Berger e Udell, 1998; Turvey *et al.*, 2010; Yuan e Gao, 2012). O resultado de um questionário realizado pela OCDE em 14 países revelou que mais de um terço dos entrevistados, em alguns desses países, recorreram a sua rede de relacionamentos para captar empréstimos nos 12 meses anteriores a entrevista (OECD, 2013). Nesse mesmo relatório sugere-se que em certos países e entre determinados grupos, família e amigos podem ser a primeira opção em caso de necessidades financeiras, e esse comportamento não necessariamente indica falta de acesso a serviços financeiros mas, no entanto, o excesso de confiança sobre a família e os amigos pode colocar uma forte pressão financeira sobre esses grupos e redes informais. O documento identificou, ainda, que, na maior parte dos países estudados, a educação financeira foi menor entre aqueles que recorreram a família e amigos e, como os indivíduos com mais consciência dos produtos financeiros são os mais educados financeiramente, sugere que em pesquisas futuras seja investigado se o motivo de pessoas se apoiarem em amigos e família deve-se aos seus baixos níveis de educação financeira que os tornam menos conscientes das alternativas.

Talvez pela dificuldade em se obter informações sobre atividades de crédito no mercado informal a literatura sobre o tema seja tão escassa no mundo, sendo no Brasil praticamente nula. Os únicos estudos realizados no país são focados na comunidade chinesa e na cafeicul-

tura paulista na virada do século XIX. Sheng (2008) examinou um tipo de relacionamento pessoal, chamado *guanxi*, que possibilita financiamentos informais para empreendedores chineses que possuem PMEs em São Paulo. Sob a mesma ótica surgiram os trabalhos de Schiavini *et al.* (2012) e Sheng e Mendes-Da-Silva (2014). O papel do crédito informal na expansão da produção de café em São Paulo foi abordado em dois estudos. Tosi *et al.* (2007) destacaram a importância dos comissários e "capitalistas" no fornecimento de crédito quando os agricultores não podiam contar com fontes oficiais de empréstimos. Tosi *et al.* (2011) descrevem o modo de obtenção dos financiamentos como "relações que se aproximavam da agiotagem, ou a um determinado tipo de crédito de vizinhança".

Nenhum dos estudos encontrados sobre o mercado informal de crédito abordou a questão da educação financeira. No entanto, Cole *et al.* (2011) relatam que o conhecimento financeiro é um importante preditor de comportamento financeiro em mercados emergentes. Lusardi e Tufano (2009) alertam, ainda, que apesar das decisões de financiamento terem se tornado críticas, frente às recentes crises de crédito, pouca pesquisa tem sido feita sobre a relação entre a educação financeira e endividamento. Nesse sentido o presente estudo analisa o papel da educação financeira na tomada de crédito em fontes informais. A sequência do trabalho está organizada do seguinte modo: a seção 1.2 descreve a estratégia usada para identificar a falta de educação financeira, na qual utilizamos como *proxy* o consumo de um produto financeiro específico do mercado brasileiro, os títulos de capitalização; a seção 1.3 descreve os dados utilizados na pesquisa e a metodologia empregada; a seção 1.4 apresenta os resultados obtidos e a seção 1.5 conclui.

1.2 Estratégia de avaliação da educação financeira

Utiliza-se nesse trabalho a mesma definição adotada pela OCDE para "alfabetização financeira" (OECD, 2013): "Uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessárias para a tomada de decisões financeiras com vistas ao bem-estar financeiro individual" (Atkinson e Messy, 2012). Nesse texto usaremos os termos "educação financeira" e "alfabetização financeira" como sinônimos. Apesar da diferenciação dada para essas terminologias por alguns autores, eles tem sido empregados como sinônimos na literatura (Huston, 2010).

Os métodos utilizados para medir a alfabetização financeira variam substancialmente (Hung *et al.*, 2009). A grande maioria dos trabalhos utilizam indicadores para mensurar variáveis latentes ligadas ao conhecimento financeiro, ao comportamento financeiro e às atitudes do consumidor (Hung *et al.*, 2009; Huston, 2010; OECD, 2013). Outros criam situações financeiras hipotéticas (Lusardi, 2008; Lusardi e Mitchell, 2009, 2011) ou produtos financeiros fictícios (Carlin e Robinson, 2012). Em que pese o fato da educação financeira ser uma questão de grau, nesse estudo usa-se uma variável *dummy* para identificar os indivíduos com baixos níveis de educação financeira.

O mercado brasileiro apresenta uma situação bastante peculiar ao ofertar largamente um produto financeiro, o título de capitalização, que não contribui para o bem-estar financeiro do consumidor, à medida que existem outros produtos tão ou mais acessíveis que oferecem os mesmos benefícios (ou melhores) à custos mais razoáveis e com menores restrições e penalizações. Assim, procura-se argumentar, nessa seção, que o consumo desses títulos identifica os indivíduos com menores níveis de educação financeira.

1.2.1 Produtos financeiros orientados à poupança

O título de capitalização é um papel do mercado mobiliário, nominativo, que pode ser adquirido a prazo ou mediante pagamento único. É um produto em que parte dos pagamentos realizados pelo subscritor é usada para formar um capital, segundo cláusulas do próprio título, que será pago em moeda corrente num prazo máximo estabelecido. O restante dos valores pagos é usado para custear os sorteios e as despesas administrativas. Não se tem notícias de produtos com as mesmas características comercializados em outros países (Melo *et al.*, 2012).

Há quatro modalidades de títulos de capitalização. Conforme relatado numa produção bibliográfica da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap, 2013), a modalidade Tradicional é a mais comum, representando 81% do faturamento global do segmento. Nessa modalidade restitui-se, no mínimo, o valor total pago pelo subscritor, desde que não tenha havido atrasos em caso de títulos com pagamento parcelado. Em segundo lugar aparece a modalidade Incentivo, que representa 11% do total do faturamento. Voltada para empresas, essa modalidade de títulos são usadas em ações promocionais de incremento nas vendas ou de fidelização, cedendo o direito aos sorteios para os clientes. Na modalidade Popular existe um foco maior nos sorteios, de modo que só há a devolução de 50% dos pagamentos no final da vigência do título. Representa 8% das receitas do setor. Por fim a modalidade Compra Programada é um título atrelado a um bem ou serviço, porém não é mais comercializada.

A regulamentação desse produto no Brasil é feita pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada em 1966. No sítio da Susep (2015) consta que a primeira empresa de capitalização brasileira, a "Sul América Capitalização S.A.", foi fundada em 1929. Existem 17 empresas que ofertam esse tipo de produto no mercado (FenaCap, 2015a), dentre as quais destacam-se os principais bancos do país, inclusive os bancos públicos. Na tabela 1.1 observa-se que as receitas obtidas com títulos de capitalização vem crescendo ano a ano, atingindo, em 2013, 21 bilhões de reais, o que corresponde a 0,43% do produto nacional.

Segundo Portocarrero (2008), os títulos de capitalização permitem que as pessoas com menor disponibilidade líquida tenham acesso a produtos financeiros, pois é uma forma de aplicação que exige baixos valores de contribuição. Por possuir o mecanismo da carência, em geral de 12 meses, e sorteios periódicos, esses títulos (modalidade Tradicional) atraem

Tabela 1.1: Mercado Brasileiro de Capitalização

Ano	Receita (R\$ mil)	Part. PIB (%)
2001	4.789.563	0,37
2002	5.217.204	0,35
2003	6.022.577	0,35
2004	6.601.776	0,34
2005	6.910.339	0,32
2006	7.111.434	0,30
2007	7.828.951	0,29
2008	9.015.379	0,30
2009	10.104.143	0,31
2010	11.780.949	0,31
2011	14.081.268	0,34
2012	16.585.517	0,38
2013	20.979.849	0,43

Fonte: Relatórios de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados - SUSEP.

para a poupança pessoas que normalmente não estariam realizando aplicações financeiras (FenaCap, 2015a,b; Portocarrero, 2008). Por esses motivos os títulos de capitalização são normalmente comparados às cadernetas de poupança (comumente chamadas somente de "poupança" no Brasil). Isso porque a poupança é o investimento mais popular do país e de fácil acesso, considerada de baixo risco e isenta de impostos ou taxas administrativas para as pessoas físicas, além de não haver limite mínimo de aporte nem prazos para resgate.

Até 3 de maio de 2012 as cadernetas de poupança possuíam remuneração mensal fixa de 0,5%, acrescidas da Taxa Referencial (TR) diária acumulada no período. Por meio da Medida Provisória nº 567 e, posteriormente, da Lei nº 12.703, o governo determinou que a "nova poupança" teria um rendimento variável de acordo com a taxa Selic (a correção pela TR foi mantida). Assim, depósitos realizados a partir de 4 de maio de 2012 passam a render 70% da meta da taxa Selic ao ano, mensalizada, quando essa for menor ou igual a 8,5%. Caso contrário a remuneração fica como a da "antiga poupança". Em que pese essa mudança de regra, poucos foram os meses em que a meta para a Selic esteve abaixo do ponto de corte. Juntando-se a isso o fato de que nossos dados referem-se a anos anteriores a essa alteração e somente alguns meses posteriores a ela, as comparações seguintes são feitas com as regras para a antiga poupança.

A principal diferença entre essas duas aplicações é que enquanto na caderneta de poupança a taxa de juros e o índice de correção monetária (TR) corrigem o total investido, nos títulos de capitalização, embora utilizando normalmente as mesma taxas, de juros e de correção monetária, somente uma parte da aplicação é efetivamente capitalizada, a chamada cota de capitalização. Cada parcela paga em um título de capitalização é dividida em três cotas: de capitalização, de sorteio e de carregamento. Os percentuais destinados às cotas de sorteio e carregamento destinam-se a custear, respectivamente, as despesas com a realização

dos sorteios e as despesas administrativas, operacionais e de comercialização. Na prática, porém, não são esses custos que definem a reserva de capitalização. Nos títulos da modalidade Tradicional, nos quais se prevê a devolução mínima do capital aplicado, dada uma taxa de juros (i) e um prazo (n), a cota de capitalização (C) é calculada de modo que

$$C(1 + i)^n = 1 \quad (1.1)$$

para os títulos de pagamento único, e

$$\frac{1}{n} \sum_{k=1}^n C_k (1 + i)^{n-k+1} = 1 \quad (1.2)$$

para os títulos de pagamento mensal, onde C_k representa a cota de capitalização para o mês k . Nesse último caso é bastante comum a adoção de uma cota baixa para a primeira parcela (por exemplo $C_1 = 10\%$) e uma cota constante para as demais contribuições. Se esse for o caso, a equação 1.2 pode ser reescrita por

$$\frac{1}{n} (C_1 (1 + i)^n + C \sum_{k=2}^n (1 + i)^{n-k+1}) = 1 \quad (1.3)$$

onde C representa agora as cotas de capitalização para as demais parcelas além da primeira.

Para exemplificar, observam-se alguns títulos de capitalização ofertados pela empresa Brasilcap Capitalização S.A., ambos da modalidade Tradicional. A escolha desses títulos para análise deve-se, simplesmente, por serem negociados nas agências do Banco do Brasil, o principal banco público do país. No entanto suas características não fogem à regra e podem ser considerados como um modelo padrão para títulos de capitalização da modalidade Tradicional que, como já dito anteriormente, representam a grande parte dos títulos ofertados. Através do endereço eletrônico <http://www.brasilcap.com.br/brasilcap/produtos/ourocap/ourocap-torcida-brasil.htm>, com último acesso em junho de 2015, três produtos denominados Ourocap Torcida do Brasil eram oferecidos ao público: um com pagamento mensal e dois deles com pagamento único, com prazos de 36 e 58 meses.

Todos esses títulos aplicam a mesma taxa de juros mensal da caderneta de poupança (0,5%). A cota de capitalização dos títulos de pagamento único, com prazos de 36 e 58 meses, são definidas à partir da equação 1.1 por, respectivamente,

$$C^{36} = \frac{1}{(1 + 0,5\%)^{36}} = 83,564\% \quad (1.4)$$

e

$$C^{58} = \frac{1}{(1 + 0,5\%)^{58}} = 74,88\%. \quad (1.5)$$

Já para o título com pagamento mensal e prazo de 36 meses, estipulada a cota de capitaliza-

ção de 10% para a primeira parcela, as parcelas restantes possuem uma cota de capitalização fixa, dada pela equação 1.3,

$$C = \frac{36 - 0,1(1 + 0,5\%)^{36}}{\sum_{k=2}^{36} (1 + 0,5\%)^{37-k}} = 93,5941\%. \quad (1.6)$$

A principal função da taxa de juros aplicada é a de definir o percentual do capital que o titular terá direito em caso de resgate antecipado. Se, no entanto, o título for resgatado no vencimento, a reserva de capitalização, capitalizada a essa taxa de juros, sempre levará a 100% do valor pago pelo título. Assim, ao final da vigência do título, o portador restitui seu capital somente corrigido pela taxa referencial (TR). Além disso, outras diferenças relevantes entre as cadernetas de poupança e os títulos de capitalização são que os títulos de capitalização possuem carências e prazos para resgate e sofrem incidência de imposto de renda quando o valor resgatado superar o valor pago.

O que faz um indivíduo abdicar dos juros sobre o seu capital e aceitar essa série de restrições é, obviamente, a chance de ser sorteado. Para analisar essa escolha mais profundamente tomemos como exemplo o produto Ourocap Torcida do Brasil com pagamento único e prazo de 36 meses, negociado pela Brasilcap Capitalização S.A. e registrado na Susep sob o processo número 15414.900316/2014-12. O preço desses títulos variam entre R\$ 600,00 e R\$ 5.000,00. Após o pagamento da parcela única, o título concorre, durante os 36 meses subsequentes, a sorteios com base na Loteria Federal do Brasil, através de um número da sorte atribuído a cada título, de 000.000 a 999.999. Os sorteios são divididos em 5 modalidades. Enquanto vigente, o título participa dos sorteios em todas as modalidades, totalizando 199 sorteios. Mesmo que o título seja sorteado em alguma modalidade ele continua em vigor e, portanto, concorrendo a novos sorteios.

Suponha que serão realizados n sorteios de uma mesma modalidade que possui premiação de valor αv , onde v é o valor (preço) do título. A probabilidade do título ser sorteado k vezes, com $k = 0, 1, \dots, n$, é dada por uma distribuição binomial de parâmetros n e p , onde p é a probabilidade de ser sorteado em um dos sorteios. No caso p é a razão entre a quantidade de números sorteados e a quantidade de títulos disponíveis (1 milhão). Assim, se X_i denota o retorno da modalidade i , o valor esperado de X_i pode ser calculado por

$$E[X_i] = \frac{\sum_{k=0}^n k \alpha v P(\text{ser sorteado } k \text{ vezes})}{v} = \alpha \sum_{k=0}^n k \binom{n}{k} p^k (1-p)^{n-k} = \alpha n p \quad (1.7)$$

Na modalidade I são realizados sorteios nos 4 primeiros sábados de cada mês ($n = 36 \cdot 4 = 144$) e a premiação é de 10 vezes o pagamento único ($\alpha = 10$). Com base nos resultados da Loteria Federal são selecionados, aleatoriamente, 10 números da sorte distintos em cada sorteio ($p = 10/1.000.000$). O valor esperado de X_1 pode ser calculado pela fórmula 1.7, resultando em

$$E[X_1] = 10 \cdot 144 \cdot 0,00001 = 1,44\% \quad (1.8)$$

Na modalidade II ocorrem sorteios mensais, no primeiro sábado de cada mês ($n = 36$) e a premiação é de 20 vezes o pagamento único ($\alpha = 20$). São selecionados 15 números da sorte em cada sorteio ($p = 15/1.000.000$). Da fórmula 1.7, o valor esperado de X_2 é

$$E[X_2] = 20 \cdot 36 \cdot 0,000015 = 1,08\% \quad (1.9)$$

São realizados sorteios trimestrais na modalidade III ($n = 12$) com premiação de 200 vezes o pagamento único ($\alpha = 200$). São selecionados 2 números da sorte em cada sorteio ($p = 2/1.000.000$). Da fórmula 1.7, o valor esperado de X_3 é

$$E[X_3] = 200 \cdot 12 \cdot 0,000002 = 0,48\% \quad (1.10)$$

Já nos sorteios da modalidade IV escolhem-se apenas um número ($p = 1/1.000.000$) e a premiação é de 1.000 vezes o pagamento único ($\alpha = 1.000$). Os sorteios são semestrais ($n = 6$). Da fórmula 1.7, temos que

$$E[X_4] = 1.000 \cdot 6 \cdot 0,000001 = 0,60\% \quad (1.11)$$

Por fim, na modalidade V é feito somente um sorteio ($n = 1$) de 6 números da sorte distintos ($p = 6/1.000.000$) com premiação de 2.000 vezes o pagamento único ($\alpha = 2.000$). O valor esperado de X_5 , calculado pela fórmula 1.7, é

$$E[X_5] = 2.000 \cdot 1 \cdot 0,000006 = 1,20\% \quad (1.12)$$

Portanto, o retorno esperado dos sorteios nesse título é dado pela soma dos valores nas equações de 1.8 a 1.12:

$$E\left[\sum_{i=1}^5 X_i\right] = \sum_{i=1}^5 E[X_i] = 4,80\% \quad (1.13)$$

Como a legislação brasileira prevê uma alíquota de 30% de imposto de renda sobre os prêmios mediante sorteios dos títulos de capitalização, o resultado líquido esperado é da ordem de

$$0,7 \cdot \sum_{i=1}^5 E[X_i] = 0,7 \cdot 4,80\% = 3,36\% \quad (1.14)$$

Em comparação com uma aplicação na caderneta de poupança, desconsiderando-se a taxa de correção monetária (TR) que é comum aos dois produtos, levando-se em conta somente a capitalização mensal de 0,5% ao longo dos 36 meses, o resultado final, líquido de impostos ou taxas, seria de um total em juros de

$$(1 + 0,5\%)^{36} = 19,67\% \quad (1.15)$$

1.2.2 Educação financeira e seleção de alternativas

Segundo a teoria da utilidade esperada (Neumann e Morgenstern, 1947), indivíduos escolhem loterias de modo a maximizar o valor esperado do resultado. Nessa ótica não há motivo para que um ser racional, mesmo que neutro ao risco, troque uma loteria que paga quase 20% (equação 1.15) com certeza, por outra arriscada com retorno esperado de 3,36% (equação 1.14). Como explicar, então, o consumo de um produto cujo prêmio pelo risco é negativo? Desde a publicação de falhas no pressuposto de linearidade da teoria utilidade esperada, demonstrado por Allais (1952/1979), diversos economistas tem pesquisado essa questão. Lopes e Oden (1999) defendem, através da teoria SP/A, que as escolhas sob risco são pautadas em dois critérios, uma avaliação risco-retorno (o critério SP) e numa comparação das probabilidades de modo a atingir um nível de aspiração (o critério A). Segundo essa abordagem, um indivíduo poderia preferir abdicar dos 20% líquido e certo que receberia na caderneta de poupança e compraria o título de capitalização em questão caso sua avaliação das probabilidades lhe permitissem assumir, de algum modo, uma chance de ser premiado acima de determinado patamar. Ou seja, de acordo com sua aspiração pessoal e sua avaliação de possibilidade de ganhos, o sujeito pode ter um comportamento "amante do risco". O papel da aspiração na escolha de loterias é avaliado através de experimentos em que as distribuições de probabilidade dessas loterias é conhecida pelos respondentes, numericamente e/ou graficamente (Lopes, 2013; Lopes e Oden, 1999).

Não acreditamos que o nível de aspiração seja capaz de explicar satisfatoriamente a decisão de escolha para o produto descrito. Primeiramente, porque o modo como as premiações são apresentadas não permite uma fácil avaliação das distribuições de probabilidades, seria necessário um conhecimento mais avançado de cálculos estatísticos. Veja, por exemplo, como o contrato apresenta as regras para o sorteio na modalidade I (mesmo produto citado anteriormente, Ourocap Torcida do Brasil registrado na Susep sob o processo número 15414.900316/2014-12):

MODALIDADE I: SORTEIOS SEMANAIS, REALIZADOS NOS 4 (QUATRO) PRIMEIROS SÁBADOS DE CADA MÊS. A PREMIAÇÃO DESTE EVENTO CONSTARÁ DE 10 (DEZ) PRÊMIOS DE 10 (DEZ) VEZES O PAGAMENTO ÚNICO AOS TÍTULOS CUJOS NÚMEROS DA SORTE IMPRESSOS COINCIDIREM COM AS COMBINAÇÕES DESCRITAS A SEGUIR:

- O PRIMEIRO TÍTULO CONTEMPLADO SERÁ AQUELE CUJO NÚMERO DA SORTE COINCIDIR COM O NÚMERO FORMADO PELO PENÚLTIMO ALGARISMO DO RESULTADO DO 1º PRÊMIO DA EXTRAÇÃO DA LOTERIA FEDERAL DO BRASIL, SEGUIDO PELA COLUNA COMPOSTA PELO ÚLTIMO ALGARISMO DO 1º AO 5º PRÊMIO, DA MESMA EXTRAÇÃO, LIDOS VERTICALMENTE DE CIMA PARA BAIXO.
- OS DEMAIS 9 (NOVE) TÍTULOS CONTEMPLADOS SERÃO AQUELES CUJOS NÚMEROS DA SORTE COINCIDIREM COM OS NÚMEROS FORMADOS PELA ADIÇÃO DE 1 (UMA) UNIDADE AO PRIMEIRO ALGARISMO DO NÚMERO FORMADO NA ETAPA ANTERIOR E ASSIM, SUCESSIVAMENTE.

- A ADIÇÃO DE 1 (UMA) UNIDADE AO ALGARISMO 9 (NOVE) DA CENTENA DE MILHAR DOS NÚMEROS FORMADOS NAS ETAPAS ANTERIORES RESULTARÁ NO ALGARISMO 0 (ZERO).

Em segundo lugar, a existência de diversas loterias federais, com preços bastante razoáveis (entre R\$ 1,00 e R\$ 5,00) e premiações bem mais altas que a dos títulos de capitalização, deveriam ser analisadas como concorrentes diretas nessa escolha. Uma combinação de aplicação na caderneta de poupança com jogos nas loterias federais pode produzir os mesmos benefícios com menores custos e com menores penalizações (carências, multas, etc.). Ou seja, em que pese o fato do nível da aspiração ter alguma influência sobre essa escolha, se nenhuma comparação sobre as chances de ganhos e o custo da loteria (vinculada ao título) com produtos similares é ou pode ser realizada pelo comprador, nos parece mais razoável que a alfabetização financeira esteja desempenhando um papel mais decisivo com relação a essa questão. Isso por duas razões principais, o modo como o produto é estruturado e o modo como é vendido.

Deve-se notar que a adoção de uma taxa de juros mensal (0,5%) e uma taxa de correção monetária (TR) iguais à da caderneta de poupança pode provocar certas confusões na contratação do produto. Apesar de documentos internos de grandes bancos, voltados para o treinamento de gerentes na venda dos títulos de capitalização, alertarem que nunca deve ser dito que esses títulos são um investimento ou um produto igual à poupança, os mesmos enfatizam que os gerentes sempre devem ressaltar que a taxa de juros é a mesma da poupança, que o cliente irá resgatar 100% do seu dinheiro atualizado monetariamente e ainda concorrerá a sorteios. Em 2006, mais de 90% das vendas de títulos de capitalização realizaram-se por meio do canal bancário (Angst e de Abreu, 2007). A estrutura do produto atrelada aos programas de metas que os gerentes são submetidos faz com que inúmeros consumidores sintam-se enganados após contratarem essa alternativa. Uma busca simples na internet com as palavras "título capitalização" retorna uma série de reclamações e alertas em relação ao produto.

Angst e de Abreu (2007), ao analisarem as vendas de títulos de capitalização realizadas no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2006 por um banco de varejo com forte atuação no mercado nacional, constataram que cerca da metade dos títulos foi resgatada antes de seu vencimento. E se considerados apenas os títulos com pagamento mensal a situação é ainda mais grave: 82% não completaram seu ciclo de vida. Uma vez que é facultada às sociedades de capitalização, no caso do resgate antecipado, a aplicação de uma penalidade de até 10% do capital constituído, além do fato de que a quota de capitalização é menor no início da vigência do plano devido à maior taxa de carregamento, geram-se perdas financeiras consideráveis e a decorrente insatisfação dos clientes. Esses fatos colocam em cheque a defesa do título de capitalização como um instrumento financeiro defensivo e direcionado para a poupança (Portocarrero, 2008).

Segundo relatório da OECD (2013), a maneira pela qual indivíduos escolhem um produto pode ser influenciada por uma vasta gama de fatores, incluindo o velocidade com que

eles tem de tomar a decisão, a disponibilidade de alternativas, na medida em que informação e aconselhamento estão disponíveis, e suas experiências anteriores. No entanto, se as pessoas procuram se informar ao tomar uma decisão de compra, de preferência utilizando aconselhamento independente, por conseguinte serão mais propensos a escolher produtos apropriados que atendam às suas necessidades num custo mais eficiente, menos propensos a comprar algo inadequado, e menos propensos a se sujeitar a uma venda negligente em que o contrato é mal apresentado (*misselling*). Esse relatório destaca o evidente benefício que a educação financeira desempenha na comparação entre os produtos, na busca de opiniões imparciais e na avaliação da adequabilidade dos produtos financeiros.

Por essas razões, leva-se a crer que o consumo de títulos de capitalização identifica pessoas com menores níveis de alfabetização financeira no Brasil. No entanto, é necessário atentar também para uma prática comum do mercado financeiro brasileiro: a venda casada, capaz de enfraquecer em algum nível essa *proxy*. A venda casada pode ser definida como uma prática "que retira do consumidor a liberdade e a oportunidade de adquirir o bem que deseja sem que seja compelido a adquirir outro bem ou serviço" (Cravo, 2013). A venda casada representa uma violação à livre concorrência e é considerada uma prática abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor. Embora uma pesquisa simples na internet retorne algumas evidências, como processos judiciais e relatos de consumidores, sobre a venda casada de títulos de capitalização, principalmente atreladas às contratações de crédito bancário, não existem dados oficiais para quantificar o volume de tal prática. Em maio de 2012 foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) que, dentre outras atribuições, é responsável pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), criado para ser um instrumento de gestão e de disponibilização de informações sobre processos e procedimentos relativos ao atendimento de consumidores nos Procon's de todos os estados da federação. Uma busca cruzando o problema "venda casada" com o assunto "título de capitalização" reportou não mais do que 19 reclamações/ano, no período entre 2011 e 2014 (Sindec, 2015). Porém as classificações do Sindec apresentam diversas falhas de cadastro o que impede a utilização desses dados para pesquisas nesse nível de especificidade.

1.3 Metodologia

1.3.1 Coleta de dados e variáveis

Os dados utilizados nesse estudo são provenientes de um *survey* realizado entre agosto e dezembro de 2012 pela Bankable Frontier Associates e Fundação Bill & Melinda Gates, intitulado "Pesquisa sobre inclusão financeira e utilização de correspondentes bancários no Brasil". A coleta das informações se deu via questionário escrito, cuja extensão demandou em torno de uma hora de duração por entrevistado. A participação foi voluntária. Segundo [Schneider e Enste \(2000\)](#), a coleta de dados por abordagem direta possui a vantagem de obter informações detalhadas sobre a prática econômica na informalidade, mas são sensíveis à forma como o questionário é formulado e dependem da boa vontade dos respondentes. O questionário, na íntegra, pode ser acessado na página da internet: <http://bankablefrontier.com/wp-content/uploads/documents/7.-BFA-BAI-questionario-portuguese.pdf>.

Na seção 8 do referido questionário os participantes foram indagados sobre o uso de crédito em diversas fontes de financiamento, inclusive relativas ao mercado informal. Para a construção da nossa base foram considerados aqueles que, nos 12 meses anteriores à coleta dos dados, ou não utilizaram nenhuma modalidade de crédito ou contrataram crédito em pelo menos uma das seguintes fontes: bancos, agiotas ou conhecidos, com ou sem a cobrança de juros. Por "conhecidos" entende-se as pessoas de seu círculo social, podendo se tratar de amigos, familiares ou até mesmo vizinhos. Desse modo, nossa amostra contempla 2.023 observações sobre crédito, provenientes de 1.853 indivíduos distintos. A tabela 1.2 apresenta a proporção de declarações quanto ao uso de crédito, com relação aos segmentos considerados. Foram agregados à categoria *Informal* as tomadas de crédito com agiotas ou conhecidos.

Tabela 1.2: *Uso de crédito nos últimos 12 meses*

Crédito	Quantidade	Proporção
Não usou	1.142	56,5%
Banco	614	30,4%
Informal	267	13,2%
Conhecido-SEM	183	9,0%
Conhecido-COM	64	3,2%
Agiota	20	1,0%
Total	2.023	100%

Não usou: nenhum tipo de crédito nos 12 últimos meses. Banco: empréstimos ou financiamento de um banco nos últimos 12 meses (inclui empréstimo presencial oferecido através do banco). Conhecido-SEM: empréstimo de um amigo, vizinho ou parente sem juros nos últimos 12 meses. Conhecido-COM: empréstimo de um amigo, vizinho ou parente com juros nos últimos 12 meses. Agiota: empréstimo de um agiota nos últimos 12 meses. Informal: crédito com conhecidos, com ou sem juros, ou com agiotas nos últimos 12 meses.

A média de idade dos entrevistados é de 48 anos, variando entre 17 e 94 anos. 52% são homens e 27% aposentados ou pensionistas. 92% dos respondentes se auto declararam os decisores do orçamento doméstico. Essa alta porcentagem não surpreende, dado que ha-

via uma recomendação para que o domicílio fosse visitado em até 3 vezes para que essa pessoa fosse entrevistada. No entanto, somente 62% possuem uma conta bancária pessoal (simplificada, corrente ou poupança). A renda mensal média reportada foi de 912 reais, o que representa 1,47 do salário mínimo em vigor. Menos de 6% dos entrevistados possuem diploma de ensino superior e apenas 20% possuem ensino médio completo. As famílias possuem, em média, 3,4 indivíduos por domicílio, sendo de 0,9 a média de menores de 16 anos por lar. Dos entrevistados, 20% estão localizados na região norte, 25% no nordeste, 8% no centro-oeste, 32% no sudeste e 14% na região sul.

Com relação ao comportamento financeiro, em torno de 42% dos respondentes declararam já ter atrasado algum pagamento e 9% deles declararam estar com o nome negativado nos cadastros de restrição de crédito. Aproximadamente 20% dos entrevistados possuem ou já possuíram um título de capitalização. A tabela 1.3 mostra o percentual de consumo de títulos de capitalização dentro dos segmentos de crédito. Nota-se um aumento desse percentual da categoria dos que não utilizaram crédito no período para a categoria crédito bancário. Esse aumento pode ser explicado pela inclusão financeira. Indivíduos com acesso aos bancos tendem a utilizar mais o crédito bancário assim como contratar mais títulos de capitalização, que são majoritariamente negociados nas agências bancárias (Angst e de Abreu, 2007). Corrobora com essa hipótese o fato de apenas 48% dos que não usaram crédito possuírem contas bancárias e 89% dos que tomaram crédito em banco as possuírem.

Tabela 1.3: *Consumo de títulos de capitalização*

Crédito	Quantidade	Proporção
Não usou	138	12%
Banco	173	28%
Informal	101	38%

Declararam possuir ou já ter possuído um título de capitalização. Não usou: nenhum tipo de crédito nos 12 últimos meses. Banco: empréstimos ou financiamento de um banco nos últimos 12 meses (inclui empréstimo presencial oferecido através do banco). Informal: crédito com conhecidos, com ou sem juros, ou com agiotas nos últimos 12 meses.

A segunda variação que pode ser observada na tabela 1.3, do segmento crédito bancário para o crédito informal, está em linha com a hipótese que desejamos testar nesse estudo: se os indivíduos com menores níveis de educação financeira (os consumidores dos títulos de capitalização) são mais propensos a utilizar fontes informais de crédito. Para tanto, controlamos por covariáveis que representam o comportamento financeiro individual, a inclusão financeira, a demanda e a restrição de crédito, além de variáveis sócio-demográficas. A tabela 1.4 descreve as variáveis usadas no modelo. Uma discussão mais detalhada sobre o propósito de incluí-las e as expectativas quanto aos seus efeitos será feita na seção 1.4, onde são apresentados os resultados das estimações.

Tabela 1.4: Variáveis independentes consideradas no modelo

Variável	Descrição
Tit. Capitalização (D)	Tem ou já teve um título de capitalização?
Decisor Orçamento (D)	Toma a maior parte das decisões sobre o orçamento familiar?
Conta Bancária (D)	Tem alguma conta bancária pessoal (simplificada, corrente, poupança)?
Atrasou (D)	Já atrasou um pagamento?
Negativado (D)	Está com o nome negativado agora?
Idade	Idade do respondente (em anos)
Homen (D)	Sexo masculino?
Aposentado (D)	É aposentado ou pensionista?
Renda	Renda mensal do respondente (em reais). ¹
Despesas	Despesas mensais (em reais). ²
Família Membros	Número de moradores no domicílio.
Menores de 16	Número de moradores menores de 16 anos no domicílio.
Região (D):	
NO	Norte.
NE	Nordeste.
CO	Centro-Oeste.
SE	Sudeste.
SU	Sul (<i>omitida</i>).
Educação (D): Qual foi o curso mais elevado que concluiu?	
Educ 0	Nunca ingressou ou não concluiu o ensino fundamental.
Educ 1	Ensino fundamental.
Educ 2	Ensino médio.
Educ 3	Ensino superior (<i>omitida</i>).

Notas: (D) indica as variáveis *dummies* cadastradas com valores 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário. ¹ A variável *Renda* considera ganhos do respondente provenientes de trabalho, aposentadoria ou pensão, bem como outras fontes como aluguel, fundo de garantia, bolsas governamentais, pensões, heranças, doações, etc. O valor corresponde a uma média mensal para o período dos últimos 12 meses. ² A variável *Despesas* representa a soma do gasto médio reportado com: eletricidade/luz, água, condomínio, aluguel, pacote de serviços digitais, telefone fixo, telefone celular (pré-pago e pós-pago) do respondente, televisão por assinatura, internet, mensalidade escolar, pagamento de prestação da casa e de prestação do carro, parcelas de empréstimo mobiliário/eletrodoméstico, pagamento de seguro.

1.3.2 Especificação do modelo

As observações foram classificadas nas três categorias de interesse: 0- Não crédito, 1- Crédito bancário, 2- Crédito informal. Uma regressão logística multinomial é, então, utilizada para analisar a propensão a essas modalidades. O logit multinomial é próprio para variáveis dependentes categóricas não ordinais e policotômicas. Os valores atribuídos a cada categoria (0- Não crédito, 1- Crédito bancário, 2- Crédito informal) são arbitrários, isto é, o modelo não assume que $0 < 1 < 2$. A probabilidade da variável dependente y assumir o valor i é dada por

$$Pr(y = i) = \frac{e^{X\beta_i}}{e^{X\beta_i} + \sum_{j \neq i} e^{X\beta_j}}.$$

Para que os vetores β_i sejam unicamente identificados adota-se algum deles como nulo, o que passa a ser considerado categoria base. Os coeficientes estimados passam, então, a representar mudanças em relação a essa categoria base. No caso em que y assume três valores, como neste em que $i = 0, 1, 2$, e tomando $i = 0$ como categoria base, as probabilidades ficam dadas por $Pr(y = 0) = \frac{1}{1 + e^{X\beta_1} + e^{X\beta_2}}$, $Pr(y = 1) = \frac{e^{X\beta_1}}{1 + e^{X\beta_1} + e^{X\beta_2}}$, $Pr(y = 2) = \frac{e^{X\beta_2}}{1 + e^{X\beta_1} + e^{X\beta_2}}$.

1.4 Resultados

Na tabela 1.5 podem ser vistas as estimativas para os coeficientes da regressão logística multinomial na qual a variável dependente (categoria de crédito) assume três possibilidades: 0- Não crédito, para os que não reportaram a utilização de qualquer modalidade de crédito nos 12 meses anteriores ao questionário; 1- Crédito bancário, para reportes de empréstimos ou financiamentos em um banco nos 12 meses anteriores ao questionário; 2- Crédito informal, para reportes de uso de crédito com conhecidos, com ou sem juros, ou com agiotas nos 12 meses anteriores ao questionário.

Tabela 1.5: *Regressão logística multinomial*

Categoria Base:	Não Crédito (0)	Não Crédito (0)	Crédito Bancário (1)
Variável Dependente:	Crédito Bancário (1)	Crédito Informal (2)	Crédito Informal (2)
Tit. Capitalização	0,685***	1,459***	0,773***
Decisor Orçamento	0,394	-0,489*	-0,883***
Conta Bancária	1,651***	0,574***	-1,077***
Atrasou	0,485***	1,006***	0,521***
Negativado	-0,038	0,428	0,466*
Idade	0,085***	0,028	-0,057
Idade ²	-0,00094***	-0,00044	0,00050
Homen	0,044	-0,082	-0,126
Aposentado	0,788***	-0,179	-0,967***
Família Membros	0,134**	-0,079	-0,214***
Menores de 16	-0,137	0,173	0,310**
NO	-1,115***	-0,096	1,020***
NE	-0,668***	0,649*	1,317***
CO	-0,593**	0,079	0,672
SE	-0,580***	0,660**	1,241***
Renda	0,00014**	0,000079	-0,000059
Despesas	-0,0000013	-0,00019	-0,00019
Educ 0	-0,253	0,149	0,402
Educ 1	-0,315	0,0030	0,318
Educ 2	-0,061	0,233	0,293
Constante	-4,126***	-2,881***	1,245
Obs:	1.873		
Wald chi2(40):	418,80***		
Pseudo R2:	0,1704		

Coeficientes da regressão logística multinomial. Erros-padrões ajustados para 1.721 clusters de indivíduos. p-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01.

Nas duas primeiras colunas da tabela 1.5 vê-se os coeficientes do modelo com a categoria *Não Crédito* (0) adotada como base. A última coluna mostra os coeficientes do mesmo modelo, somente alterando a categoria base para *Crédito Bancário* (1). Os coeficientes com relação ao nível 0 (Não Crédito) em função da categoria base 1 (Crédito Bancário) não foram reportados uma vez que são exatamente os mesmos (em magnitude e significância) dos efeitos estimados na primeira coluna, apenas com sinais invertidos. Obviamente os valores da

terceira coluna são dados pela diferença entre a segunda e a primeira coluna, mas o interesse em reportar esses valores está na avaliação da significância das estimativas, o que equivale a aplicar um teste de Wald sobre a diferença das estimativas dadas nas duas primeiras colunas.

Do lado da procura do mercado de crédito, a idade é um dos fatores mais importantes segundo a teoria do ciclo de vida (Modigliani e Brumberg, 1954). Como essa teoria sugere, as pessoas acumulam riqueza nas fases iniciais da vida para suavizar o consumo e manter o padrão de vida na aposentadoria. Assim, indivíduos jovens tendem a ter uma grande procura de dívida por causa de suas expectativas para o aumento da renda e do consumo no futuro. Conforme a idade aumenta, a renda se torna maior e eles se tornam menos propensos a contrair empréstimos. Por conseguinte, a relação entre a demanda por crédito e a idade deverá ter uma forma de "U" invertido. Para capturar essa relação não linear incluímos os termos linear e quadrático da idade como variáveis independentes. As estimativas estão consistentes com a teoria quando observamos a tomada de crédito em bancos em comparação com os que não contraíram dívidas. No entanto, *Idade* e *Idade*² não manifestaram poder de explicação sobre a tomada de crédito em fontes informais.

Embora diversos estudos apontem para uma dependência do gênero nas escolhas por produtos financeiros (Fonseca *et al.*, 2012; Lusardi e Mitchell, 2008; OECD, 2013), nenhum efeito significativo foi observado para a variável *Homen*. A variável *Aposentado* demonstra o papel do crédito consignado no incentivo ao crédito bancário, na medida em que reduz as taxas de juros e a restrição de crédito com a permissão de cobrança em folha de pagamento. O coeficiente dessa variável na terceira coluna sugere que o crédito consignado reduz as chances de um aposentado ou pensionista que necessite de crédito venha a recorrer a fontes informais.

A composição familiar aparece como um importante preditor para explicar a tomada de crédito em fontes informais. Enquanto famílias com mais integrantes são menos propensas a utilizar crédito na informalidade do que nos bancos, quando essas possuem mais filhos menores de 16 anos a situação se inverte, tornando-as mais vulneráveis ao mercado informal. Esse comportamento talvez possa ser explicado pela maior (ou menor) participação nas finanças familiares pelos moradores do domicílio. Os moradores das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país são mais susceptíveis a recorrer ao mercado informal do que moradores da região Sul, que por sua vez são os que mais utilizam o crédito bancário.

O efeito esperado da renda sobre a tomada de crédito é, até certo ponto, ambíguo. Indivíduos com rendas baixas devem possuir maior necessidade de empréstimos do que os mais bem remunerados. Porém credores, por outro lado, tendem a favorecer os devedores com maior capacidade de quitar as dívidas. O coeficiente positivo e significativo da renda para a tomada de crédito nos bancos em relação aos que não tomam crédito pode indicar que a renda esteja agindo mais fortemente no mercado como um restritor do crédito do que um nivelador da demanda. Isso pode fazer sentido para populações com baixa renda, o que está consistente com o salário médio reportado de 1,47 salários mínimos.

Note que o modelo estimado só fez uso de 1.873 observações. Isso devido à grande falha nos reportes para a variável *Despesas*. Como essa variável não foi significativa, rodamos novamente o modelo retirando-a da lista de preditores. Segundo [Lusardi e Mitchell \(2011\)](#), a educação está longe de ser uma boa *proxy* para o conhecimento financeiro. De fato, as *dummies* de educação também não apresentaram efeitos significativos e foram retiradas da próxima regressão (tabela 1.6). Uma pequena melhora em termos de log-verossimilhança foi obtida (Pseudo- R^2).

Tabela 1.6: Regressão logística multinomial

Categoria Base:	Não Crédito (0)	Não Crédito (0)	Crédito Bancário (1)
Variável Dependente:	Crédito Bancário (1)	Crédito Informal (2)	Crédito Informal (2)
Tit. Capitalização	0,667***	1,302***	0,635***
Decisor Orçamento	0,306	-0,413	-0,719**
Conta Bancária	1,771***	0,644***	-1,128***
Atrasou	0,471***	1,000***	0,529***
Negativado	-0,022	0,527**	0,548**
Idade	0,080***	0,019	-0,061*
Idade ²	-0,00094***	-0,00038	0,00055
Homen	-0,016	-0,149	-0,133
Aposentado	0,827***	-0,092	-0,919***
Família Membros	0,139**	-0,020	-0,158**
Menores de 16	-0,140*	0,111	0,251**
NO	-1,084***	0,037	1,120***
NE	-0,725***	0,714**	1,439***
CO	-0,549**	0,287	0,836**
SE	-0,627***	0,635**	1,262***
Renda	0,00017***	0,000068	-0,00011*
Constante	-4,087***	-2,794***	1,293
Obs:	2.021		
Wald chi2(40):	448,38***		
Pseudo R2:	0,1712		

Coeficientes da regressão logística multinomial. Erros-padrões ajustados para 1.851 clusters de indivíduos. p-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01.

Com relação às variáveis supra mencionadas, pouca modificação pode ser verificada nos efeitos das variáveis remanescentes. Somente os coeficientes da renda e da idade, antes não significativos, para o crédito informal em relação à categoria bancos, passaram a ser considerados significativos a 10%. Pensando na renda como uma *proxy* para a restrição de crédito, o sinal desse coeficiente está em linha com a literatura. Com relação à idade, o sinal do coeficiente indica menos propensos a recorrer ao mercado informal do que aos bancos os indivíduos mais seniores.

Possuir uma conta bancária é um dos fatores mais básicos para que um indivíduo possa participar do mercado financeiro, acessando a diversidade de produtos e serviços disponíveis ([Banco Central do Brasil, 2011](#); [Demirgüç-Kunt e Klapper, 2012](#)). A variável *Conta Bancária* apresentou coeficientes significativos e de mesmas magnitudes nas duas estimações (ta-

belas 1.5 e 1.6). Quem possui contas bancárias é mais propenso a contrair empréstimos, tanto em bancos como na informalidade, porém com uma propensão significativamente menor para o mercado informal em relação aos bancos. Já os indivíduos cujos nomes constam nos cadastros de restrição ao crédito são, como era de se esperar, mais propensos a recorrer à informalidade.

Deixa-se para uma discussão final as três variáveis que podem trazer informações quanto ao impacto da educação financeira. Além, é claro, da principal *proxy* previamente apontada, o consumo de títulos de capitalização, as variáveis *Atrasou* e *Decisor Orçamento*. Espera-se que o decisor do orçamento doméstico seja o indivíduo com maior conhecimento de finanças e, muito provavelmente, aquele com mais acesso e afinidade aos produtos e serviços. Obviamente quem mais sabe sobre finanças em um domicílio não necessariamente pode ser considerado num nível alto de educação financeira. De qualquer forma os coeficientes apontam para esse indivíduo como menos propenso a utilizar fontes informais de crédito.

Quem já atrasou o pagamento de contas é mais susceptível a necessitar de empréstimos em ambas as fontes, porém são mais propensos a usar o mercado informal do que os bancos. Uma vez que controlamos pela variável *Negativado*, esse resultado pode ser explicado por um comportamento financeiro fragilizado, em que o indivíduo não consegue dimensionar adequadamente a quantidade da dívida ou dos juros, colocando as famílias em situação de aflição financeira. Em linha com esse resultado estão os efeitos do consumo de títulos de capitalização. Para corroborar com essa análise calculamos os efeitos marginais médios sobre a probabilidade de observar os resultados para a variável dependente (tabela 1.7).

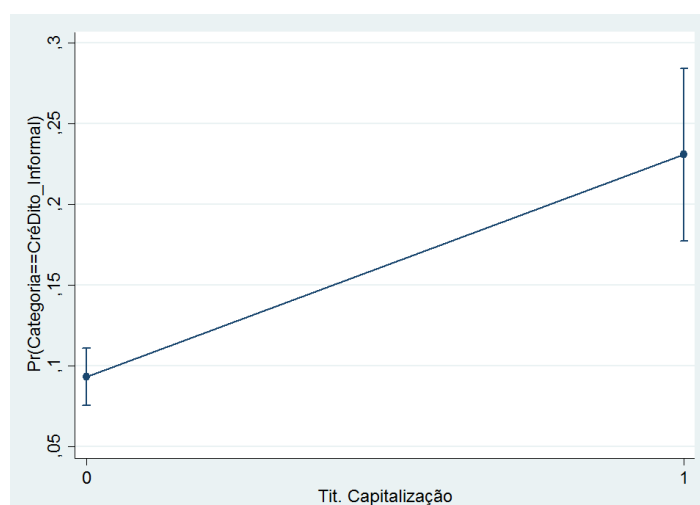
Tabela 1.7: Efeitos Marginais

Variável Dependente:	Não Crédito (0)	Crédito Bancário (1)	Crédito Informal (2)
Tit. Capitalização	-0,183***	0,055**	0,129***
Decisor Orçamento	-0,0067	0,067*	-0,061**
Conta Bancária	-0,278***	0,268***	0,011
Atrasou	-0,129***	0,043**	0,086***
Negativado	-0,035	-0,027	0,062**
Idade	0,0028***	-0,0015	-0,0013*
Homen	0,011	0,0031	-0,015
Aposentado	-0,109***	0,151***	-0,042*
Família Membros	-0,017*	0,024***	-0,0075
Menores de 16	0,011	-0,028**	0,017
NO	0,126***	-0,168***	0,042
NE	0,032	-0,145***	0,112***
CO	0,044	-0,098***	0,054
SE	0,032	-0,126***	0,094***
Renda	-0,000027**	0,000027***	0,000000059
Obs:	2.021		

Efeitos marginais médios sobre a probabilidade de observar um resultado na variável dependente. *p*-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01.

É possível notar que indivíduos que consomem títulos de capitalização são, em média, 13% mais prováveis de recorrer ao mercado informal de crédito. As demais estimativas estão alinhadas com as discussões anteriores. Calcula-se, também, a probabilidade do uso de fontes informais de crédito entre consumidores e não consumidores dos títulos de capitalização, mantendo as demais variáveis em suas médias. O resultado foi de $23\% \pm 5\%$, com 95% de confiança, para quem consome os títulos, contra $9,3\% \pm 1,8\%$, também com 95% de confiança, para quem não consome. Uma visualização desse resultado é fornecida na figura 1.1.

Figura 1.1: Probabilidade de uso de fontes informais de crédito



Notas: Predição da probabilidade de utilizar financiamento informal por consumidores (1) e não consumidores (0) de títulos de capitalização. A banda no gráfico indica o intervalo de 95% de confiança.

Por fim, examina-se as modalidades informais de crédito sem agrupá-las. Agora, a variável dependente assume as categorias de crédito:

- 0- Não crédito, para os que não reportaram a utilização de qualquer modalidade de crédito;
- 1- Crédito bancário, para reportes de empréstimos ou financiamentos em um banco;
- 2- Conhecido SEM juros, para reportes de uso de crédito com conhecidos mas sem a cobrança de juros;
- 3- Conhecido COM juros, para reportes de uso de crédito com conhecidos e com a cobrança de juros;
- 4- Agiota, para reportes de uso de crédito com agiotas.

Na tabela 1.8 pode-se observar os efeitos das covariáveis em separado, para cada uma das categorias de crédito informal consideradas. A categoria usada como base nessa estimação foi a categoria *Crédito bancário* (1). Os resultados em relação à categoria *Não crédito* (0) não foram reportados. Vê-se que o efeito da variável *Tit. Capitalização* é significativamente

positivo nas três categorias, apresentando mais força com relação à tomada de empréstimos com agiotas. Ser o decisor do orçamento familiar não apresentou efeito significativo para a categoria *Agiota* e aqueles que já atrasaram pagamentos de contas só apresentaram efeitos significativos sobre a categoria *Conhecido SEM juros*.

Tabela 1.8: Logit multinomial para as categorias informais de crédito

Variável Dependente:	Conhec_SEM (2)	Conhec_COM (3)	Agiota (4)
Tit. Capitalização	0,586***	0,689**	0,897*
Conta Bancária	-0,791***	-0,718	12,548***
Decisor Orçamento	-1,228***	-0,972***	-0,433
Atrasou	0,686***	0,177	0,215
Negativado	0,370	0,769**	1,235**
Idade	-0,084**	-0,0083	0,093
Idade ²	0,00068	0,00026	-0,00080
Homen	-0,042	-0,572*	0,595
Aposentado	-0,565*	-1,707***	-1,402
Família Membros	-0,183**	-0,132	-0,088
Menores de 16	0,271**	0,183	0,378
NO	0,738*	2,056***	1,516
NE	1,296***	1,480**	2,561**
CO	0,725	1,209	0,916
SE	1,045***	1,806***	1,704
Renda	-0,00014*	-0,00010	0,000048
Constante	1,919*	-1,970	-20,565***
Obs:	2021		
Wald chi2(64):	2.273,07***		
Pseudo R2:	0,1641		
Categoria Base:	Crédito Bancário (1)		

Coefficientes da regressão logística multinomial. Erros-padrões ajustados para 1.851 clusters de indivíduos. p-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01.

1.5 Conclusão

A literatura padrão sobre o mercado informal de crédito considera a assimetria de informação como o principal motivador para a existência de tal atividade (Madestam, 2014). A ideia é que a assimetria informacional gera a exigência de colaterais que, por sua vez, restringe o crédito, impulsionando a informalidade, que possui vantagem em termos de informação e de técnicas de cobrança (Straub, 2005; Teranishi, 1994; Zeller, 1994). Nesse estudo procura-se destacar o papel que a educação financeira desempenha nesse processo. Controlando por variáveis que representam a demanda e a restrição de crédito, evidencia-se que baixos níveis de alfabetização financeira são responsáveis por aumentar a probabilidade de utilização de empréstimos informais, tanto com agiotas como com amigos ou familiares. Encontra-se, por exemplo, um efeito maior sobre a propensão ao uso de fontes informais de crédito para aqueles que possuem um baixo nível de educação financeira do que para aqueles que estão com o nome negativado em cadastros de proteção ao crédito.

Os resultados obtidos estão em linha com o estudo da OCDE (OECD, 2013) que afirma que os indivíduos com menores níveis de alfabetização financeira são os menos conscientes das alternativas e mais susceptíveis a *misselling* e que sugere que por esses motivos são mais propensos a utilizar empréstimos com familiares e amigos. O peso da educação financeira como um importante preditor do comportamento de crédito (Cole *et al.*, 2011; Lusardi e Tufano, 2009) é, mais uma vez, reforçado nesse estudo. Reforça-se, também, a importância de políticas públicas orientadas para a melhoria da educação financeira da população que, em última análise, traduz-se em melhoria de bem-estar coletivo.

Para identificar os indivíduos com baixo nível de educação financeira utiliza-se como *proxy* o consumo de um produto típico do mercado financeiro brasileiro, o título de capitalização. Esses títulos são majoritariamente vendidos em agências bancárias. Os gerentes dessas agências, que são os responsáveis pela orientação dos clientes com relação aos investimentos, são submetidos a metas e treinamentos para a venda desses títulos. O produto é estruturado de modo a parecer, em diversos aspectos, uma caderneta de poupança, com a vantagem de oferecer prêmios em diversos sorteios durante a vigência do título. No entanto o produto não pode ser considerado um investimento, pois só traz retorno em caso de sorteio. Como um jogo, o contrato do produto não apresenta nem o custo nem as chances de ser sorteado, são necessários cálculos estatísticos e financeiros para obter essas informações. Além disso uma série de restrições e penalizações são impostas em caso de resgate antecipado ou interrupção de pagamentos.

Na presença de produtos financeiros complexos, a educação financeira pode aumentar a confiança sem melhorar a capacidade do indivíduo, levando a piores decisões (Willis, 2008). Segundo OECD (2013), os produtos financeiros devem ser projetados para fornecer aos usuários soluções seguras e eficazes para as suas necessidades. Os regulamentos devem ser o mais transparentes possíveis e a defesa do consumidor deve proteger os consumidores

de práticas desleais. Somente nesse cenário é que a educação financeira pode fornecer as competências necessárias para que as pessoas possam realizar suas escolhas e gerir os seus produtos de forma adequada. Acredita-se, portanto, que uma investigação mais profunda sobre os títulos de capitalização, sua função como instrumento financeiro, a forma como o contrato é apresentado e as práticas que envolvem a sua negociação, deva ser considerada em estudos futuros.

Capítulo 2

Comportamento financeiro e bem-estar percebido: uma comparação cross-cultural e entre gêneros

2.1 Introdução

Por quais motivos é importante estudar e melhor entender o comportamento das pessoas em relação ao dinheiro e ao crédito? Sobre essa pergunta uma gama expressiva de pesquisadores tem se debruçado à procura de respostas que possibilitem políticas públicas orientadas ao bem-estar, e ainda suportar estratégias empresariais que priorizem a sustentabilidade do negócio, por meio do maior equilíbrio financeiro do consumidor. Pesquisas têm indicado que, no extremo, crises financeiras pessoais têm motivado suicídios (Nellie Mae, 2005; Norvilitis e Maria, 2002).

Devido ao fato dos cartões de crédito permitirem que os consumidores peçam dinheiro emprestado com facilidade, a fim de satisfazerem seus desejos de compras (Lo e Harvey, 2011), muita atenção tem sido dada a esse instrumento financeiro. Pesquisas sobre cartões de crédito nos Estados Unidos e na Europa tem rendido importantes preditores de uso entre os estudantes universitários, incluindo fatores demográficos, fatores ligados à personalidade e fatores sociais e educacionais. Roberts (2000), por exemplo, relata níveis elevados de comprar compulsivo entre estudantes universitários norte-americanos. No entanto, não se sabe se estes mesmos preditores se aplicam em outras culturas, incluindo o Brasil. O mercado de crédito entre os estudantes universitários vem crescendo rapidamente no Brasil, ao passo que novas restrições legais foram impostas nos Estados Unidos e na Europa. O *Credit Card Accountability Responsibility and Disclosure Act of 2009*, por exemplo, restringiu a emissão de cartões de crédito para jovens com menos de 21 anos de idade e os aumentos de limite dos cartões só são possíveis com a autorização dos pais ou responsáveis (Lusardi *et al.*, 2010).

As implicações do gênero para o comportamento financeiro tem despertado o interesse

da indústria financeira e da comunidade de finanças ao redor do mundo. [Davies e Lea \(1995\)](#), [Norvilitis et al. \(2003\)](#) e [Norvilitis et al. \(2006\)](#) não encontraram diferença significativa quanto ao endividamento entre homens e mulheres. [Wang et al. \(2011\)](#), por sua vez, afirmam que os homens tendem a endividar-se com maior frequência que as mulheres. [Yilmazer e Lyons \(2010\)](#), com 26.896 estudantes de 10 universidades norte-americanas, verificaram que as mulheres são mais propensas a ter dívidas com cartão de crédito superiores a mil dólares, não pagar a fatura integral por um período igual ou superior a 2 meses e estourar o limite do cartão de crédito. Similarmente, [Faber e O'guinn \(1992\)](#) e [d'Astous et al. \(1990\)](#) argumentam que as mulheres tendem a endividar-se com mais facilidade que os homens pelo fato de serem mais predispostas a incorrer em um comportamento de compra compulsiva. Autores brasileiros têm defendido o pensamento de que o comportamento financeiro das mulheres deve ser melhor e mais investigado tendo em vista que elas ainda não têm a autonomia financeira que os homens já possuem. E esse fenômeno encontra reflexo em dados recentemente publicados acerca dos determinantes do bem-estar na cidade de São Paulo. As mulheres, quando comparadas aos homens, reportaram menor satisfação com a vida financeira e com sua poupança para a aposentadoria ([Well Being Brazil Index, 2014](#)).

[Norvilitis e MacLean \(2010\)](#) mostraram que as variáveis parentais estão significativamente relacionadas com problemas de gerenciamento de cartão de crédito dentre estudantes universitários, mas que, no entanto, esses efeitos parecem ser em grande parte mediados por outras variáveis mais proximais, tais como o atraso de gratificação financeira e compras impulsivas. Nesse sentido a presente pesquisa é conduzida por meio da construção de um modelo de equações estruturais capaz de captar a dinâmica entre o bem-estar financeiro, o comportamento de uso dos cartões de crédito, a comparação social financeira, a autoconfiança na gestão financeira e a educação financeira transmitida pelos pais. A análise é realizada a partir de uma abordagem comparada do comportamento financeiro de estudantes residentes em São Paulo (Brasil), Nova York (Estados Unidos) ou Paris (França).

O trabalho está estruturado em quatro seções, incluindo-se esta introdução. A seção 2.2, além de apresentar os argumentos teóricos e empíricos que suportam o modelo estrutural proposto, também detalha o método de pesquisa empregado. Em seguida, na seção 2.3, está a discussão dos resultados empíricos obtidos. Por fim, na seção 2.4 são desenvolvidos os argumentos a título de considerações finais, especialmente as implicações deste estudo e oportunidades de pesquisas futuras no campo de conhecimento no qual se insere este trabalho.

2.2 Dados e construção teórica do modelo

Os dados dessa pesquisa foram obtidos em universidades situadas em São Paulo (Brasil), Nova York (EUA) ou Paris (França). A coleta das informações ocorreu no período entre março de 2012 e junho de 2013 e foi manuscrita, através de três documentos impressos: uma

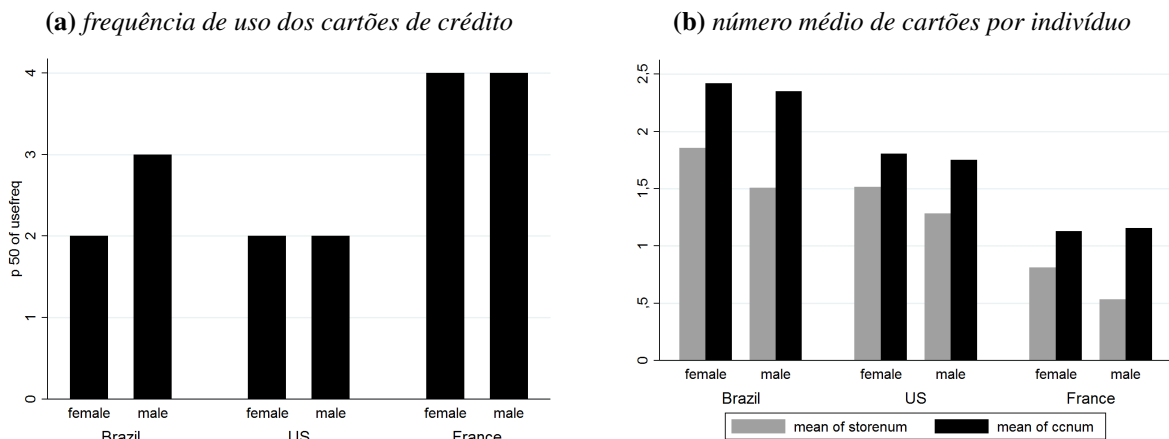
folha de consentimento, um questionário e uma folha para preenchimento das respostas. O questionário pode ser visto no apêndice A. A base de dados é formada por 1.458 respondentes, dos quais 814 (56%) são brasileiros, 443 (30%) são americanos e 201 (14%) franceses. A tabela 2.1 reporta o total absoluto e relativo de observações por país e por gênero (a variável gênero apresentou 14 observações faltantes).

Tabela 2.1: *Contagem país × gênero*

	Mulheres	Homens	Total
Brasil	436 30%	366 25%	802 56%
EUA	348 24%	93 6%	441 31%
França	117 8%	84 6%	201 14%
Total	901 62%	543 38%	1.444 100%

Os respondentes foram questionados com relação à frequência com que utilizam os cartões de crédito: 1- Somente em emergências, 2- Menos de uma vez por semana, 3- Uma vez por semana, 4- Algumas vezes na semana, 5- Diariamente ou mais de uma vez por dia. A mediana da frequência de uso bem como a média do número de cartões de crédito e de loja reportados por respondente em cada país e separado por gênero podem ser visualizadas na figura 2.1. É possível notar que os estudantes franceses utilizam os cartões com maior frequência do que os brasileiros e americanos mas, apesar disso, são os que menos possuem cartões de crédito e de loja. Nota-se, também, que as mulheres são detentoras de um maior número de cartões de loja e de crédito do que os homens. Essa observação é válida para os três países analisados com exceção dos cartões de crédito na França, onde os homens possuem uma média ligeiramente superior a das mulheres.

Figura 2.1: *Quantidade de cartões pessoais e frequência de uso*



Notas: usefreq é a frequência de uso de cartões de crédito reportada nas categorias: 1- Somente em emergências, 2- Menos de uma vez por semana, 3- Uma vez por semana, 4- Algumas vezes na semana, 5- Diariamente ou mais de uma vez por dia. storenum e ccnum são, respectivamente, o número de cartões de loja e de crédito reportados por indivíduo.

2.2.1 Variáveis

Os constructos analisados nesse estudo são formados por cinco grandes grupos de perguntas: *Financial Well-Being Scale* (FWBS), *Financial Self-Confidence* (FSC), *Modified Credit Card Use Scale* (CCUS), *Financial Social Comparison* (FINSOC) e *Parental Financial Education Scale* (PFES). A tabela 2.2 apresenta uma breve definição dos constructos e o número de assertivas utilizadas para medi-los. Para todos os indicadores foi adotada uma escala Likert de 5 pontos de 1-concordo fortemente a 5-discordo fortemente. A escala foi invertida para algumas variáveis para que escores altos tivessem a interpretação sugerida na tabela 2.2. As variáveis utilizadas em escala reversa podem ser identificadas pelo sufixo *r* na figura 2.3 e as assertivas originais na tabela 2.3, com as variáveis observáveis remanescentes no modelo.

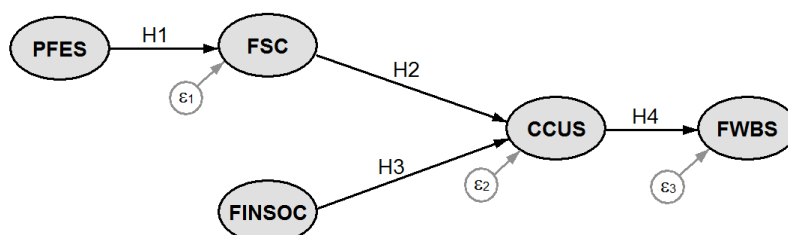
Tabela 2.2: *Constructos do modelo*

Sigla	Constructo	Definição	# indicadores
FWBS	Financial Well-Being Scale	Escores altos indicam melhor bem-estar financeiro percebido	10
FSC	Financial Self-Confidence	Escores altos indicam mais autoconfiança na gestão financeira	10
CCUS	Modified Credit Card Use Scale	Escores altos apontam para uma maior responsabilidade no uso do cartão de crédito	30
FINSOC	Financial Social Comparison	Escores altos indicam menor desejo em possuir bens alheios	9
PFES	Parental Financial Education Scale	Escores altos indicam uma melhor educação financeira transmitida pelos pais	34

2.2.2 Hipóteses do modelo

De acordo com [Tenenhaus et al. \(2004\)](#) a modelagem de equações estruturais (SEM) permite a regressão estatística simultânea de um grupo de equações diferentes entre si, sendo possível verificar o relacionamento de dois tipos de variáveis: latentes e observáveis. A figura 2.2 mostra o diagrama de caminhos entre as variáveis latentes do modelo estrutural. Esse modelo foi proposto originalmente por [Braun Santos et al. \(2015\)](#). A seguir discute-se cada uma das hipóteses que compõem o modelo.

Figura 2.2: *Modelo estrutural proposto*



Em um estudo que examinou a influência das interações parentais sobre comportamentos de uso de cartão de crédito entre estudantes de sete universidades, [Hancock et al. \(2013\)](#) verificaram a importância da participação dos pais como modelos positivos. [Limbu et al. \(2012\)](#) destacam a importância dos pais para a confiança e manejo equilibrado no uso do cartão de crédito, acrescentando que alunos do sexo feminino com menos influência dos pais estão sujeitos a maior risco. [Lusardi et al. \(2010\)](#) utilizaram uma amostra com 7.417 americanos com idades entre 12 a 17 anos e ressaltaram a importância da influência dos pais na aquisição de conhecimento financeiro dos jovens, antes que eles se envolvam em contratos e comecem a tomar decisões financeiras. [Norvilitis e Mao \(2013\)](#) encontram que *parent worries*, um dos indicadores da escala de *parental financial education*, influencia positivamente a *financial self confidence*, para uma amostra de estudantes chineses. Com base nesses estudos formula-se a seguinte hipótese.

H1: Quanto melhor a educação financeira recebida dos pais (PFES), maior será a autoconfiança na gestão financeira (FSC).

Em um estudo com 2.098 alunos do primeiro ano de faculdade, [Shim et al. \(2010\)](#) constroem um modelo de socialização financeira por meio de equações estruturais para explicar como os jovens adultos adquirem atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros. Nesse estudo os autores ressaltam como uma maior participação dos pais, especialmente quando uma nova tarefa envolvendo gestão financeira está sendo executada, pode incentivar os jovens a adotar atitudes e comportamentos financeiros mais saudáveis. Um dos resultados do modelo empírico foi que as atitudes e comportamentos financeiros foram mais fortemente influenciados pela autoavaliação do indivíduo do que por conhecimentos objetivos, o que levou os autores a concluir que o conhecimento objetivo não captura plenamente as múltiplas dimensões do conhecimento financeiro e destacarem o papel da autoconfiança financeira no comportamento financeiro dos jovens. Seguindo essa linha de raciocínio formula-se a segunda hipótese.

H2: Quanto melhor for a sua autoconfiança na gestão financeira (FSC), mais responsável será o seu comportamento no uso do cartão de crédito (CCUS).

Inúmeros são os estudos que relatam comportamentos de compras compulsivas e os efeitos danosos ao bem-estar do indivíduo. [Norvilitis e MacLean \(2010\)](#) mostraram que pessoas dispostas a adiar sua gratificação financeira e menos impulsivas ao realizar compras estavam relacionadas com uso menos problemático do cartão de crédito. Antes disso, [O'Guinn e Faber \(1989\)](#) já haviam mostrado que os consumidores compulsivos tendem a possuir mais cartões de crédito do que os outros. Compradores compulsivos são motivados pelo desejo de possuir bens alheios ([Mowen, 2000](#); [O'Guinn e Faber, 1989](#); [Roberts, 2000](#)). Dessas considerações segue a terceira hipótese.

H3: Quanto maior a recorrência a comparações sociais (FINSOC), menor será o cuidado no uso do cartão de crédito (CCUS).

Entende-se por bem-estar financeiro a percepção do indivíduo sobre sua situação financeira atual e futura (Norvilitis *et al.*, 2003). A medida de bem-estar financeiro proposta por Norvilitis *et al.* (2003) visa mensurar os sentimentos de confiança pessoal, segurança financeira atual e expectativa financeira futura. Norvilitis *et al.* (2006) encontraram que indivíduos com maior grau de endividamento com cartão de crédito tendem a apresentar elevado nível de estresse e menor sensação de bem-estar financeiro. Norvilitis e MacLean (2010) constataram que a posse de um número elevado de cartões, atrelado ao seu uso indiscriminado, a frequente utilização do limite máximo e o não pagamento da fatura integral reduzem, significativamente, a sensação de bem-estar financeiro. A presença de dívidas, além de minimizar a sensação de satisfação geral com a vida e a satisfação com as finanças, reduz a sensação de bem-estar físico e aumenta a percepção de sentimentos negativos como a depressão (Shim *et al.*, 2010). Desse modo, formula-se a quarta e última hipótese.

H4: Quanto menos parcimonioso no uso do cartão de crédito (CCUS), pior será seu bem-estar financeiro (FWBS).

2.3 Resultados

Sempre que possível, por uma questão de robustez nos resultados, serão empregadas duas técnicas de estimação: o método assintótico livre de distribuição (ADF) e o método de máxima verossimilhança (ML). Esses métodos, na ordem em que foram listados, apresentam hipóteses gradualmente mais restritivas. A distribuição assintótica livre é um estimador de momentos generalizados (GMM) e não faz nenhuma suposição de normalidade conjunta ou mesmo de simetria nos dados. No entanto, ADF é menos eficiente que ML quando as suposições para o ML forem válidas. A máxima verossimilhança é o método de estimação mais utilizado em análises SEM por exigir menor quantidade de dados para sua convergência e a normalidade condicional é suficiente para obter estimativas consistentes.

A presença de indicadores categóricos pode causar a não-normalidade (McDonald e Ho, 2002). De fato, isso foi constatado pelos testes de assimetria e curtose de Mardia, Henze-Zirkler e Doornik-Hansen (não reportados). Segundo McDonald e Ho (2002), no entanto, estudos sugerem que as estimativas realizadas pelo método ML parecem bastante robustas contra violações de normalidade. Nesse sentido, opta-se por apresentar os parâmetros estimados pelos dois métodos de modo que a convergência ou não dos resultados pode trazer mais informações e levar a um retrato mais próximo da realidade. Todas as estimações foram executadas no software Stata versão 13.

Apesar de cada constructo conter, inicialmente, uma quantidade grande de variáveis observáveis (ver tabela 2.2), foi necessário, para atingir convergência nos métodos de estima-

ção e ajustes satisfatórios do modelo de mensuração, validades e confiabilidades, reduzir drasticamente a quantidade de indicadores. Modelos com um grande número de indicadores necessitam de amostras maiores assim como métodos de estimação com menos hipóteses restritivas (McDonald e Ho, 2002). Assim, o modelo final comportou somente três indicadores em cada constructo. As variáveis observáveis remanescentes podem ser vistas na tabela 2.3.

Tabela 2.3: Variáveis observáveis remanescentes no modelo

Rótulo	Assertiva
FSC	Financial Self Confidence
fsc1	Estou confiante de que eu sei como lidar com o meu dinheiro
fsc4	Eu confio na minha capacidade para lidar com cartões de crédito
fsc5	Eu confio na minha capacidade para lidar com contas bancárias
FINSOC	Financial Social Comparision
finsoc1	Quando vejo as coisas que os outros possuem, como roupas ou um carro, muitas vezes eu desejaria ter aquilo também
finsoc2	Costumo comparar o que eu tenho com o que meus amigos tem
finsoc3	Fico feliz quando vejo que eu tenho coisas mais agradáveis do que outras pessoas
CCUS	Modified Credit Card Use Scale
ccus6	Todo mês sinto medo ao receber a minha fatura do cartão de crédito
ccus11	Eu lamento o valor das minhas faturas de cartão quando finalmente tenho que pagá-las
ccus13	Eu compro itens desnecessários quando uso o cartão de crédito
PFES	Parental Financial Education Scale
pfes1	Meus pais me ensinaram como gerir adequadamente um talão de cheques
pfes2	Meus pais consideraram importante ensinar-me sobre dinheiro
pfes4	Meus pais conversaram comigo sobre o uso apropriado de cartões de crédito na faculdade
FWBS	Financial Well Being Subjective
fwbs3	Eu me preocupo com o pagamento de meus cartões de crédito
fwbs7	Eu penso muito sobre as minhas dívidas atuais
fwbs9	Eu me pego pensando sobre minhas dívidas com frequência

Escala utilizada: 1-Concordo fortemente 2-Concordo 3-Nem concordo, nem discordo 4-Discordo 5-Discordo fortemente

Na tabela 2.4 podemos ver os ajustes do modelo de medida para as validades e confiabilidades dos constructos estimados pelos métodos ADF e ML. Os valores de *Composite Reliability* (CR) e *Average Variance Extracted* (AVE) apresentaram valores recomendados na literatura. A única exceção fica por conta do valor de CR para o constructo CCUS, que apesar de não superar o valor recomendado apresenta um resultado muito próximo a esse.

As métricas de ajustes do modelo de análise fatorial confirmatória (CFA) e do modelo estrutural (SEM) podem ser vistas na tabela 2.5. Estima-se ambos utilizando os dois métodos descritos anteriormente: ADF e ML. Com relação aos ajustes para a amostra completa, vemos que tanto a CFA quanto a SEM apresentaram valores dentro das recomendações. Vale notar que o *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR) ficou abaixo de 0,09 e o *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) encontrado ficou abaixo de 0,06, de modo que a estratégia *Hu and Bentler's Two-Index* foi satisfeita (Hu e Bentler, 1999).

De um modo geral, a análise multi-grupos para gêneros também apresentou boas métricas de ajuste, principalmente as do método ML. A análise multi-grupos por países não convergiu pelo método ADF, e as métricas obtidas via ML estão no limiar dos pontos de corte

Tabela 2.4: Resultados das validades e confiabilidades dos constructos

Método ADF	CR	AVE	PFES	CCUS	FINSOC	FSC	FWBS
PFES	0,723	0,468	0,68				
CCUS	0,694	0,435	0,06	0,66			
FINSOC	0,762	0,521	0,00	0,38	0,72		
FSC	0,747	0,500	0,22	0,34	0,05	0,71	
FWBS	0,777	0,546	0,06	0,45	0,13	0,16	0,74

Método ML	CR	AVE	PFES	CCUS	FINSOC	FSC	FWBS
PFES	0,720	0,463	0,68				
CCUS	0,691	0,432	- 0,01	0,66			
FINSOC	0,736	0,489	- 0,03	0,34	0,70		
FSC	0,741	0,490	0,24	0,37	0,03	0,70	
FWBS	0,745	0,504	0,11	0,38	0,09	0,18	0,71

Valores recomendados (Bollen, 2014): CR>0,7, AVE>0,4. ADF indica o método de estimação assintótico livre de distribuição, ML o método de máxima verossimilhança.

sugeridos na literatura. O pior resultado ficou por conta do SRMR, provavelmente sendo afetado pelos tamanhos amostrais dos grupos França e EUA, uma vez que essa medida é bastante sensível ao tamanho da amostra (Iacobucci, 2010).

Tabela 2.5: Métricas de ajustes globais

Modelo	Grupo	N	χ^2	df	χ^2/df^a	RMSEA ^b	pclose ^c	CFI ^d	SRMR ^e
CFA(ADF)		1.117	236,12*	80	2,95	0,042	0,986	0,906	0,059
CFA(ML)		1.117	247,61*	80	3,09	0,043	0,963	0,958	0,035
SEM(ADF)		1.117	239,80*	86	2,79	0,040	0,997	0,907	0,062
SEM(ML)		1.117	262,69*	86	3,05	0,043	0,975	0,955	0,039
CFA(ADF)	gênero	1.104	420,77*	180	2,34	0,049		0,881	0,092
	mulheres	671							0,097
	homens	433							0,086
CFA(ML)	gênero	1.104	426,12*	180	2,37	0,050		0,939	0,052
	mulheres	671							0,045
	homens	433							0,057
SEM(ADF)	gênero	1.104	507,17*	195	2,60	0,054		0,845	0,111
	mulheres	671							0,105
	homens	433							0,117
SEM(ML)	gênero	1.104	476,95*	195	2,45	0,051		0,930	0,061
	mulheres	671							0,052
	homens	433							0,068
CFA(ML)	cultura	1.117	1.037,38*	280	3,70	0,085		0,813	0,114
	Brasil	707							0,052
	E.U.A.	299							0,130
	França	111							0,139
SEM(ML)	cultura	1.117	1.397,60*	350	3,99	0,090		0,764	0,173
	Brasil	707							0,065
	E.U.A.	299							0,167
	França	111							0,241

CFA indica modelo de Análise Fatorial Confirmatória, SEM o modelo Estrutural. ADF indica o método de estimação assintótico livre de distribuição, ML o método de máxima verossimilhança. * para p-value(χ^2) < 0,05. Valores recomendados (Hu e Bentler, 1999) a: χ^2/df < 5 moderado < 3 bom; b: RMSEA < 0,10 moderado < 0,05 bom; c: pclose > 0,05; d: CFI > 0,80 moderado > 0,90 bom; e: SRMR < 0,09. Pclose não é calculado na análise multi-grupos.

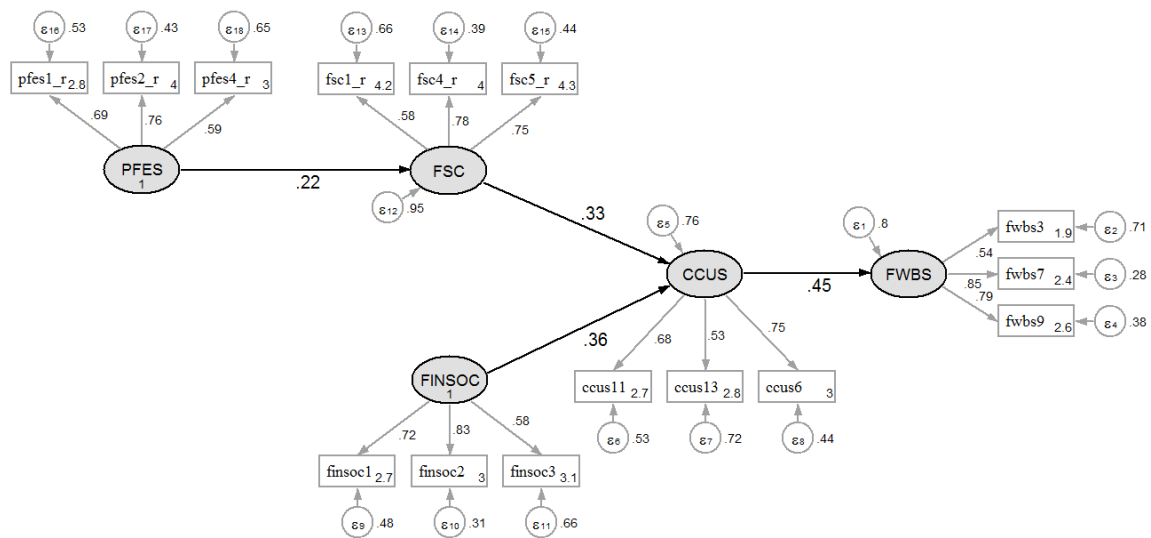
Outra questão relevante para realizar a comparação entre grupos está relacionada a invariância do modelo de medida, conhecida na literatura por invariância fatorial. Os procedimentos para testar a invariância fatorial estão bem estabelecidos e cada vez mais facilitados por poderosos pacotes estatísticos, porém há muita controvérsia entre os pesquisadores dos níveis aceitáveis de invariância e a forma de testá-lo. Byrne *et al.* (1989) argumentam que se duas ou mais cargas forem invariantes então a métrica do fator comum pode ser considerada

equivalente entre os grupos, de modo que as comparações ainda podem ser realizadas.

Na comparação por gêneros, um teste de diferença dos coeficientes rejeitou a restrição a 10% para os itens (*p-value* entre parênteses): *pfes4_r* (0,0106) e *finsoc1* (0,0300), na estimação pelo método ADF, e *pfes4_r* (0,0444), *ccus6* (0,0020), *fsc1_r* (0,0215) e *fwbs7* (0,0881), para a estimação feita pelo método ML. Considerando que pelo menos duas dentre as três cargas de cada constructo foram consideradas invariantes, a invariância parcial, segundo *Byrne et al.* (1989), poderia ser uma defesa para a validade da comparação entre homens e mulheres. Esse mesmo argumento não vale para a comparação entre países, onde no máximo um dos indicadores de cada variável latente apresentou invariância de medida. Obviamente isso ascende uma luz amarela para a validade da comparação entre países. Entretanto, segundo *Bontempo et al.* (2007), o que seria necessário é o conhecimento do limite em que a falta de invariância apresenta viés prático significativo para um estudo particular, sendo que o que é testado na prática é somente a diferença dos coeficientes.

2.3.1 Modelo estrutural

Figura 2.3: Modelo estrutural estimado pelo método ADF



O diagrama apresenta as estimativas padronizadas. Valores nas setas representam os betas e valores dentro dos retângulos a constante. Valores ao lado dos erros representam a sua variância.

A figura 2.3 apresenta os resultados da estimação pelo método assintótico livre de distribuição do modelo estrutural proposto. As estimativas padronizadas dos parâmetros para os dois métodos de estimação podem ser vistas na tabela 2.6 em *Modelo Final*. Antes de analisar os resultados obtidos para esses parâmetros e verificar as hipóteses propostas, cabe aqui uma discussão sobre a construção desse modelo. As hipóteses levantadas baseiam-se em estudos onde a dinâmica entre os constructos foi examinada isoladamente. Isto é, quando formulamos a hipótese 1, de que a educação paternal impacta numa maior autoconfiança financeira, nos utilizamos de estudos que verificaram essa implicação sem considerar o efeito

de outras variáveis. Testar essa hipótese no modelo estrutural consiste em analisar até que ponto essa relação se mantém num contexto mais amplo, onde outras dinâmicas são observadas. No entanto ao criarmos um caminho de PFES para FSC e desse para CCUS, estamos descartando um possível efeito direto de PFES para CCUS. Isto é, podemos estar embasados por pesquisas anteriores do impacto da autoconfiança financeira para o comportamento de uso do cartão de crédito e do impacto da educação dos pais na autoconfiança, mas não existe um impacto direto e relevante da educação paternal na utilização dos cartões? Para verificar esse tipo de preocupação é necessário testar os efeitos mediadores dos constructos. Esses resultados também são apresentados na tabela 2.6. Além disso, a correlação entre as variáveis latentes exógenas PFES e FINSOC também foi testada e não foi encontrado efeito significativo (ver *Correlação Exógenas* na tabela 2.6).

Tabela 2.6: Estimativas dos parâmetros nos modelos de caminhos

	Modelo Final	ADF	ML
	PFES -> FSC	0,22***	0,23***
	FSC -> CCUS	0,33***	0,37***
	FINSOC -> CCUS	0,36***	0,33***
	CCUS -> FWBS	0,45***	0,38***
	Correlação Exógenas	ADF	ML
	PFES -> FSC	0,22***	0,23***
	FSC -> CCUS	0,33***	0,37***
	FINSOC -> CCUS	0,36***	0,33***
	CCUS -> FWBS	0,45***	0,38***
	cov(PFES,FINSOC)	0,01	-0,03
	Mediação FSC	ADF	ML
	PFES -> FSC	0,22***	0,24***
	PFES -> CCUS	0,00	-0,08**
	FSC -> CCUS	0,33***	0,39***
	FINSOC -> CCUS	0,36***	0,32***
	CCUS -> FWBS	0,45***	0,37***
	Mediação CCUS	ADF	ML
	PFES -> FSC	0,23***	0,23***
	FSC -> CCUS	0,33***	0,36***
	FINSOC -> CCUS	0,36***	0,33***
	FSC -> FWBS	0,00	0,04
	FINSOC -> FWBS	-0,05	-0,04
	CCUS -> FWBS	0,47***	0,37***

Estimativas padronizadas dos coeficientes no modelo estrutural. p-value: * $<0,10$, ** $<0,05$, *** $<0,01$.
ADF indica o método de estimação assintótico livre de distribuição, ML o método de máxima verossimilhança.

Para analisar a relação de mediação exercida por FSC de PFES em CCUS, inclui-se um novo caminho entre PFES e CCUS. Foi encontrado um efeito nulo pelo método ADF e quase nulo, apesar de estatisticamente significativa a 5%, pelo método ML. Analogamente, para testar a mediação exercida por CCUS de FINSOC e FSC em FWBS, inclui-se caminhos diretos entre eles. Nenhum efeito significativo foi encontrado em qualquer um dos métodos

de estimação. Esses testes corroboram, portanto, para a validade do modelo proposto.

Voltando a tratar do modelo final deve-se atentar, primeiramente, que a confirmação das hipóteses, do modo como a escala de medida foi orientada (ver tabela 2.2), está ligada a encontrar coeficientes positivamente significantes entre os constructos. Todos os parâmetros estimados foram significativamente maiores do que zero e, além disso, as estimativas por ADF e por ML apresentaram resultados próximos, o que é bastante reconfortante dada a preocupação do viés que pode ser causado pelo não atendimento aos pressupostos dos métodos de estimação.

O efeito da educação financeira transmitida pelos pais (PFES) sobre a autoconfiança na gestão do dinheiro (FSC) foi confirmado em ambos os métodos de estimação. Esse resultado esclarece uma dúvida pendente no estudo de Braun Santos *et al.* (2015), no qual esse efeito não foi confirmado pelo método ADF. A tabela 2.7 reporta os efeitos indiretos entre os constructos do modelo. O efeito indireto significativamente positivo de PFES tanto em CCUS quanto em FWBS corrobora para entender a importância que a educação paternal exerce nesse contexto.

Tabela 2.7: *Efeitos indiretos*

Efeitos indiretos	ADF	ML
PFES -> CCUS	0,07***	0,08***
PFES -> FWBS	0,03***	0,03***
FSC -> FWBS	0,15***	0,14***
FINSOC -> FWBS	0,16***	0,13***

Estimativas padronizadas dos efeitos indiretos no modelo estrutural. p-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01. ADF indica o método de estimação assintótico livre de distribuição, ML o método de máxima verossimilhança.

2.3.2 Análise multi-grupos

Apesar de diversos estudos evidenciarem diferenças entre homens e mulheres em relação à autoconfiança na gestão financeira (Norvilitis e Mao, 2013; Norvilitis e Mendes-Da-Silva, 2013; Wada e Klontz, 2015) e outros apontarem que as mulheres se apresentam em um estado mais vulnerável do que os homens em relação a comportamentos de gastos descontrolados e com maior tendência na compra compulsiva (d'Astous, 1990; Harvanko *et al.*, 2013; O'Guinn e Faber, 1989; Schlosser *et al.*, 1994), nenhuma diferença significativa foi encontrada sobre os efeitos de FSC e FINSOC sobre CCUS (tabela 2.8).

Já o efeito da educação financeira proporcionada pelos pais (PFES) na autoconfiança financeira do indivíduo (FSC) apresentou diferença entre gêneros quando estimado via o método assintótico livre de distribuição (ADF) mas não quando estimado por máxima verossimilhança (ML). O mesmo ocorreu com o efeito de CCUS em FWBS. Nesse ponto nos deparamos com um impasse que diz respeito aos pressupostos dos métodos de estimação. Se, por um lado, a não normalidade pode gerar um problema de viés no método ML, por

outro o método ADF exige um grande tamanho amostral (Browne, 1984). Se a quantidade de mulheres (671) e de homens (433) for suficiente para garantir uma matriz de pesos confiável no método ADF, por conseguinte os parâmetros estimados por esse método devem estar corretos.

Tabela 2.8: Resultados da análise multi-grupos entre gêneros

	ADF			ML		
	mulheres	homens	$\chi^2(1)$	mulheres	homens	$\chi^2(1)$
PFES -> FSC	0,16***	0,42***	12,07***	0,22***	0,23***	0,25
FSC -> CCUS	0,26***	0,29***	0,33	0,40***	0,31***	0,78
FINSOC -> CCUS	0,40***	0,40***	0,03	0,32***	0,34***	0,31
CCUS -> FWBS	0,44***	0,59***	4,17**	0,38***	0,40***	0,23

Estimativas padronizadas dos coeficientes no modelo estrutural. p-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01. ADF indica o método de estimação assintótico livre de distribuição, ML indica o método de máxima verossimilhança.

A evidência de que a autoconfiança financeira dos homens é mais dependente da educação paternal está em linha com o estudo de Edwards *et al.* (2007), que revelou, dentre 1.317 jovens universitários, que as mulheres são mais abertas para conversar com seus pais sobre questões financeiras. Por outro lado, as expectativas dos pais podem exercer um papel relevante à medida que diferentes práticas são adotadas em relação aos filhos ou às filhas (Newcomb e Rabow, 1999). Segundo Bailey e Lown (1993), a etiologia destas diferenças nas atitudes em relação ao dinheiro pode ser, em parte, atribuída a diferenças culturais que começam no contexto da família e são reforçadas pela sociedade.

A tabela 2.9 apresenta as estimativas dos coeficientes na comparação entre países e os resultados dos testes de Wald para a igualdade dos coeficientes. As estimativas foram geradas pelo método ML, ADF não convergiu e por isso não temos o que mostrar. Obviamente esses resultados, por tudo o que foi discutido anteriormente sobre o modelo de mensuração e métricas de ajuste, devem ser examinados com certa cautela.

Tabela 2.9: Resultados da análise multi-grupos entre países

	ML			
	BR	US	FR	$\chi^2(2)$
PFES -> FSC	0,16***	0,21**	0,55***	19,04***
FSC -> CCUS	0,32***	0,39***	0,71***	5,73*
FINSOC -> CCUS	0,37***	0,20***	0,23**	9,44***
CCUS -> FWBS	0,27***	0,43***	0,71***	20,27***

Estimativas padronizadas dos coeficientes no modelo estrutural. p-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01. ML indica o método de máxima verossimilhança.

Os efeitos da educação paternal e da autoconfiança financeira são bem mais elevados para a França do que para os EUA e Brasil, assim como o efeito do uso dos cartões de crédito para a sensação de bem-estar. Essas diferenças podem estar atreladas ao uso mais frequente dos cartões de crédito reportado pelos estudantes franceses (ver gráfico 2.1). Talvez esses resultados encontrem, também, algum apoio no fato da França ser caracterizada como tendo

uma cultura de forte aversão à incerteza (De Mooij e Hofstede, 2002), na qual as pessoas comportam-se de maneira mais cuidadosa na tomada de suas decisões podendo, assim, explicar a maior dependência do apoio dos pais e da autoconfiança em gerenciar dívidas. Além disso, a forte recessão econômica que os países europeus vem enfrentando impacta o setor de saúde, aumentando a incidência de transtornos psíquicos e depressão (de Belvis *et al.*, 2012; Karanikolos *et al.*, 2013), o que corrobora para diminuir a sensação de bem-estar atrelada às questões financeiras.

Com relação ao Brasil, destaque para o efeito, superior ao dos outros dois países, que a comparação financeira social tem no uso do cartão de crédito. Essa evidência já havia sido reportada por Braun Santos *et al.* (2015) em um estudo com mulheres universitárias, na comparação entre brasileiras e americanas, e, agora, reforçado nesse estudo que contempla também estudantes do sexo masculino e um país europeu, chama a atenção para esse traço latente como um importante preditor de comportamento de crédito para a cultura brasileira.

2.4 Conclusão

Este estudo analisa as implicações para o bem-estar financeiro sob intermediação do comportamento no uso de cartões de crédito por jovens universitários residentes em São Paulo, Nova York ou Paris. Para tanto, são empregados modelos de equações estruturais, com base em um *survey* com 1.458 respondentes.

Investiga-se os relacionamentos entre os constructos *Financial Social Comparison*, *Parental Financial Education*, *Financial Self-Confidence*, *Modified Credit Card Use Scale* e *Financial Well-Being Scale*. Esses efeitos já foram averiguados isoladamente por outros pesquisadores, nesse trabalho amplia-se a análise ao considerar a dinâmica conjunta desses fatores. Para tanto, replica-se um modelo de equações estruturais (Braun Santos *et al.*, 2015) em que as relações propostas entre os constructos são analisadas através de quatro hipóteses. Todos os coeficientes no modelo de caminhos, estimados por máxima verossimilhança ou pelo método assintótico livre de distribuição, foram positivos e significantes, mesmo na comparação de grupos por gênero ou por países, o que confirmou as quatro hipóteses do modelo, inclusive o efeito da educação financeira que os pais transmitem aos seus filhos para minimizar problemas de autoconfiança na gestão do dinheiro, que não pôde ser comprovado no estudo de Braun Santos *et al.* (2015).

Encontra-se alguma evidência de que o impacto da educação financeira que os pais exercem sobre os filhos é maior para filhos do sexo masculino do que para filhos do sexo feminino. Esse efeito pode ser visto como uma menor dependência das mulheres com relação às atitudes paternas, uma vez que são mais abertas para conversar com seus pais sobre questões financeiras (Edwards *et al.*, 2007), ou, de outro modo, pode ser explicado por uma questão cultural, na qual as expectativas dos pais podem exercer um papel relevante à medida que diferentes práticas são adotadas em relação aos filhos ou às filhas (Newcomb e Rabow, 1999).

Uma comparação entre países mostrou que os estudantes franceses são mais influenciados pela educação dos pais para obterem confiança na gestão financeira e que essa também influencia mais fortemente, em comparação com os outros dois países, o uso consciente dos cartões de crédito. A comparação financeira social tem efeito mais forte para os brasileiros. Como o sentimento de inveja financeira é um fator correlacionado ao comprar compulsivo (Mowen, 2000; O'Guinn e Faber, 1989; Roberts, 2000), qualquer ação no sentido de melhorias do bem-estar financeiro dos brasileiros deveria levar esse fato em consideração. Por exemplo, políticas públicas orientadas para educação financeira poderiam ser mais eficazes se englobassem discussões acerca da necessidade de consumo de determinados bens e sobre a influência exercida pela indústria de marketing.

No entanto, a aplicação desse modelo para a comparação entre os países carece de mais profundidade. A quantidade de informações não pôde garantir boa qualidade nas métricas de ajuste e medição, limitando quaisquer conclusões mais elaboradas acerca de comparações culturais. Pesquisas futuras que repliquem o modelo proposto com mais respondentes podem confirmar ou não esses primeiros achados e podem, ainda, permitir uma comparação por gênero e entre culturas simultaneamente, o que poderia trazer interessantes e novos pontos de vista.

Capítulo 3

Os efeitos das transferências de renda sobre a duração do emprego no mercado formal

3.1 Introdução

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho é a via fundamental para a superação da pobreza, das desigualdades e da exclusão social, e uma das formas mais diretas pela qual o desenvolvimento econômico pode favorecer o bem-estar das pessoas. O mercado de trabalho formal, além de manter famílias fora da pobreza, também oferece acesso a direitos e garantias para trabalhadores e seguridade social. A precariedade da inserção de trabalhadores de baixa renda no mercado formal de trabalho acaba por agravar a volatilidade de renda e a alta rotatividade no emprego, que caracteriza esse estrato da população.

Nesse contexto, é fundamental compreender a dinâmica da participação das populações vulneráveis no mercado formal de trabalho. A construção desse tipo de conhecimento pode sugerir a implantação de reformas ao sistema de proteção social vigente de maneira a garantir a promoção do bem-estar da população e sua adequação às diferentes realidades socioeconômicas e estágios do ciclo de vida.

Oliveira e Soares (2012) fazem uma compilação de diversos artigos focados na investigação de um possível *efeito preguiça*, isto é, uma diminuição da oferta de trabalho associada a uma suposta acomodação: um benefício condicionado ao fato de uma família possuir uma renda baixa poderia levar à diminuição da oferta de trabalho de seus membros. O estudo resume resultados de artigos sobre a oferta de trabalho da população beneficiária de programas de transferência de renda condicionados, baseados em diversas pesquisas amostrais nacionais. A oferta de trabalho é medida a partir de três prismas: participação no mercado de trabalho, jornada de trabalho e providências para conseguir emprego. A conclusão desse estudo aponta que "programas de transferência de renda condicionada possuem impactos

pequenos sobre o mercado de trabalho, e alguns destes impactos - como a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento na probabilidade de trabalho para certos grupos - são positivos ou não necessariamente ruins. Pode-se afirmar, com muito embasamento, que não existe constatação empírica que sustente a hipótese de *efeito preguiça*".

Entretanto, ainda resta uma preocupação com relação à inserção dessa população no mercado formal de trabalho. No presente estudo, a participação no mercado formal de trabalho é analisada sob uma ótica que tem sido pouco explorada nas publicações sobre o tema: a dos tempos de duração dos vínculos de emprego. E utiliza um conjunto bastante abrangente de dados: o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, considerado um censo da população de baixa renda no Brasil, com cerca de 80 milhões de observações; a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, que traz informações de todo o universo de empregados com vínculos formais no Brasil, em torno de 50 milhões de observações/ano; e as folhas de pagamento do Programa Bolsa Família (PBF), o maior programa de transferência de renda do Brasil e um dos maiores do mundo, foco de atenção desse estudo.

A esse respeito, [Leichsenring \(2010\)](#) conduziu uma análise da inserção no mercado formal de trabalho da população inscrita no Cadastro Único. Entre outros aspectos, esse estudo abordou os tempos de permanência no emprego formal dessa população. O presente estudo representa um avanço com relação a esse trabalho, dedicando-se à especificação de um modelo para identificar o efeito específico do Programa Bolsa Família na duração dos vínculos de trabalho no mercado formal. Entre outros artifícios, a caracterização do *status* de beneficiário do programa foi feita por meio de uma covariável variando no tempo, permitindo a identificação dos meses em que a família estava efetivamente beneficiária do programa e dos meses em que ela se encontrava desligada. A covariável de participação no PBF foi construída a partir da elaboração de uma matriz histórica de presença no PBF, baseada nas folhas de pagamento do programa, incluindo todos os meses desde o seu início, em 2004, e conta com as, aproximadamente, 21 milhões de famílias que eram (em 2011) ou foram em algum momento anterior beneficiárias do programa.

O objetivo deste estudo é, portanto, comparar a participação no mercado formal de trabalho de beneficiários do PBF e de um grupo controle de indivíduos não beneficiários inscritos no Cadastro Único. O estudo está estruturado da seguinte forma: a seção 3.2 faz uma breve descrição do Programa Bolsa Família e das condições do emprego no Brasil, além de apresentar as principais publicações sobre esses temas e que são relevantes para esse trabalho; a seção 3.3 descreve as bases de dados utilizadas e a metodologia empregada; na seção 3.4 os resultados do trabalho são apresentados e discutidos e, por fim, a seção 3.5 conclui.

3.2 Contexto de campo

3.2.1 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Em 2011, situação de pobreza era caracterizada por uma renda familiar per capita entre R\$ 70 e R\$ 140 mensais e de extrema pobreza por uma renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais. São condições necessárias para uma família participar do programa o enquadramento na situação de extrema pobreza ou o enquadramento na situação de pobreza desde que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam) ou crianças e adolescentes com idade entre 0 e 17 anos.

O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria e sua gestão é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. A seleção das famílias é feita com base nas informações registradas no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), que tem por intenção identificar todas as famílias de baixa renda no país. Com base nos dados coletados pelos municípios, o MDS seleciona as famílias que serão incluídas no programa. O município é responsável apenas pelo cadastramento das famílias e é o responsável por verificar a veracidade das informações. O MDS fixa os critérios e a Caixa Econômica Federal, agente operacional do programa, aplica tais critérios para selecionar os beneficiários. O recebimento do benefício é realizado por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social (NIS), de uso do Governo Federal. Para uma visão detalhada do processo de seleção e de distribuição dos benefícios do PBF, consultar [Lindert *et al.* \(2007\)](#).

Ainda segundo o MDS, o PBF é composto por três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda tem como objetivo promover o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, exigindo dos beneficiários uma contrapartida para a manutenção do benefício. Por exemplo, exige-se frequência escolar mínima de 85% para as crianças com idades de 6 a 15 anos e, para as menores, que sejam levadas regularmente aos postos de saúde mantendo suas carteiras de vacinação em dia. Por fim, as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. As condicionalidades e ações complementares compõem objetivos de longo prazo de construção de capital humano visando interromper a transmissão geracional da pobreza ([Britto, 2005](#); [Lindert *et al.*, 2007](#)).

Entre 2008 e 2011, houve um aumento acumulado de 26%, de 10.557.966 para 13.352.306, do número de benefícios concedidos, contabilizados ao final de cada ano, o que representa um crescimento médio anual de 8% do programa. No mesmo período, com relação ao valor total dos benefícios, também contabilizados ao final de cada ano, houve um aumento acumulado de 77%, de R\$ 906 milhões para R\$ 1,6 bilhão, com um crescimento médio anual de 21%, o que denota que houve substancial dedicação de aportes adicionais ao programa, o que representou maior disponibilidade de recursos financeiros aos beneficiários do PBF (ver figuras 3.1 e 3.2).

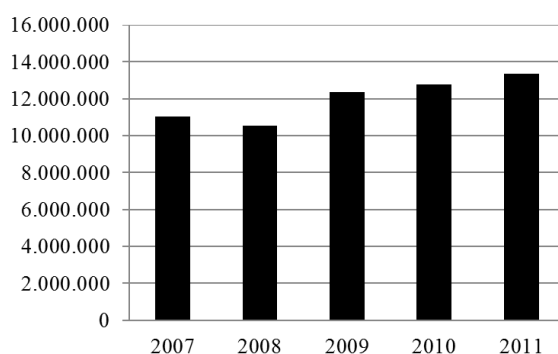


Figura 3.1: Programa Bolsa Família - Número de Benefícios em Dezembro.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Elaborado pelo autor.

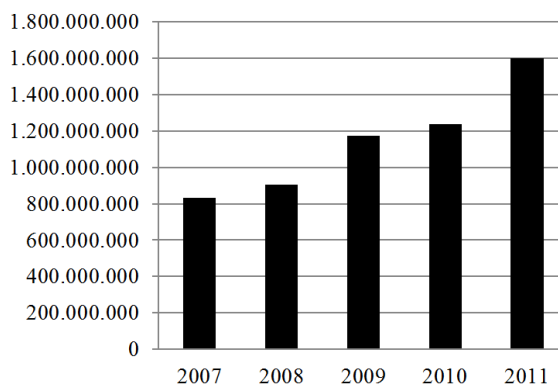


Figura 3.2: Programa Bolsa Família - Valor Total dos Benefícios em Dezembro (R\$).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Elaborado pelo autor.

Com relação aos programas de transferência de renda de um modo geral, [Marshall e Hill \(2014\)](#) compilam diversos estudos e observam as suas eficácias no aumento da frequência escolar e conseqüente aumento da oferta de trabalho das mulheres. Ao dirigir a transferência de recursos para as mães, ao invés do pai, esses programas produzem níveis mais elevados de bem-estar para as crianças e, adicionalmente, contribuem para o empoderamento das mulheres beneficiárias, que passam a ter um papel mais relevante na tomada de decisões do agregado familiar ([Britto, 2005](#)). A diminuição do trabalho infantil também é consenso para os programas de transferência de renda condicionados ([De Hoop e Rosati, 2014](#)).

Não restam dúvidas sobre o impacto positivo do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar (Araújo *et al.*, 2010; Oliveira e Soares, 2012; Soares *et al.*, 2010). No entanto, Oliveira *et al.* (2007) avaliaram que o PBF não teve impacto sobre a vacinação de crianças. Como o programa criou maior consciência sobre a necessidade de acessar os serviços de saúde pública e obter imunização infantil, por meio da condicionalidade imposta, a ausência desse impacto sugere obstáculos do lado da oferta desses serviços (Soares *et al.*, 2010).

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Tavares (2010) estudou o efeito do PBF sobre a oferta de trabalho das mães, grupo que, teoricamente, deveria ser mais impactado pelo recebimento do benefício, uma vez que possuem maior salário reserva devido aos cuidados domésticos e tempo dedicado aos filhos. A autora encontra um efeito renda associado ao valor do benefício (quanto maior a transferência recebida, menor o engajamento da mãe no mercado de trabalho) e um efeito substituição (as mães ampliam sua oferta de trabalho para compensar a redução da oferta dos filhos, que aumentam a frequência escolar). Esse resultado está alinhado com o estudo de Teixeira (2010), em que o autor menciona que os valores do benefício não são suficientemente grandes para gerar um efeito renda capaz de anular o efeito substituição.

A propensão dos beneficiários em transferir suas atividades para o setor informal foi analisada por Barbosa e Corseuil (2014). Também utilizaram os dados da PNAD mas, diferentemente dos trabalhos acima citados, que utilizaram a metodologia de *propensity score matching*, os autores usaram regressão descontínua e concluíram que o programa não tem impactos sobre a escolha ocupacional dos beneficiários entre postos formais e informais.

Outros dois efeitos colaterais reportados são (Britto, 2005): incentivos para o registro civil, uma vez que documentos oficiais são necessários para as mães recolherem o benefício; e maior acesso ao sistema financeiro, pois os beneficiários recebem as transferências via cartões magnéticos de contas bancárias individuais.

3.2.2 Duração do emprego

A partir do ano 2000, o mercado de trabalho brasileiro foi marcado pelo aumento da criação líquida de empregos formais, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Conforme pode ser observado na figura 3.3, para o biênio 1998-1999, houve mais desligamentos do que admissões de trabalhadores formais na economia brasileira, com 389 mil pessoas perdendo o emprego. Todavia, nos anos 2000, a criação líquida de empregos foi positiva em todos os anos, e melhorou substancialmente nos anos recentes. No ano 2000, foram criados 658 mil novos postos de trabalho formal no Brasil, enquanto que em 2008 foram criados quase 1,5 milhão e em 2011 foram criados quase 1,6 milhão, o que denota um maior grau de emprego formal no Brasil.

Assim como apontado por Menezes-Filho e Picchetti (2000) com relação ao tempo de desemprego, um aspecto tão importante quanto a incidência do emprego (e muito menos

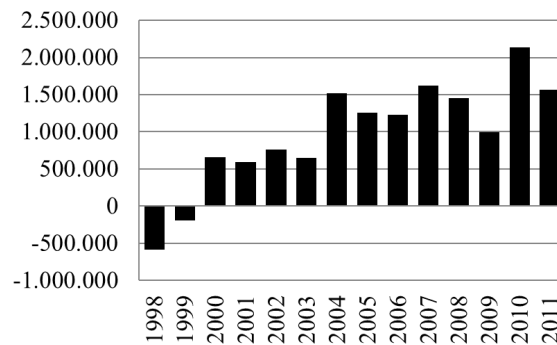


Figura 3.3: Criação líquida de postos formais de trabalho (número de pessoas).

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Elaborado pelo autor.

estudado) diz respeito à sua duração, ou seja, o tempo que os trabalhadores permanecem no emprego e como essa duração depende das características dos trabalhadores. A (curta) duração do emprego afeta a aposentadoria do trabalhador de baixa renda, uma vez que encontram maiores dificuldades em comprovar e requerer o benefício por tempo de serviço devido às constantes mudanças de emprego e períodos no desemprego ou no mercado informal (Além *et al.*, 1998). Como as aposentadorias por tempo de serviço são concedidas, em geral, às pessoas que provêm de empregos estáveis ou que mudaram pouco de emprego durante a vida profissional (Além *et al.*, 1998), pode-se dizer que a duração do emprego formal é uma medida de qualidade do emprego que impactará no bem-estar futuro do trabalhador.

Como exemplo pode-se destacar o levantamento feito por Giambiagi e Afonso (2009), que enfatiza o quanto a aposentadoria por idade no Brasil possui valor médio inferior ao da aposentadoria por tempo de contribuição. Os autores observam que em dezembro de 2008 foram emitidas 14.453.455 de aposentadorias e que, deste total, 7.500.092 (51,9%) foram por idade, 2.835.391 (19,6%) das aposentadorias foram por invalidez e 4.117.972 (28,5%) por tempo de contribuição. Os valores médios das aposentadorias por invalidez e por idade foram, respectivamente, de R\$ 552,01 e R\$ 432,97, enquanto o valor médio das aposentadorias por tempo de contribuição foi de R\$ 1.058,93.

Alguns estudos foram feitos para a avaliação da duração do emprego ou do desemprego no Brasil. Entre eles temos o de Bivar (1993), onde a duração do desemprego no Brasil foi medida, mas sem incorporar qualquer característica pessoal dos desempregados. Menezes-Filho e Picchetti (2000) foram os primeiros a analisar a duração do desemprego na região metropolitana de São Paulo e como essa duração dependia das características de cada trabalhador. Outros trabalhos que seguiram essa linha e que são focados em regiões específicas do país são: Avelino (2001), Penido e Machado (2002), Malbouisson e Menezes (2004), Menezes e Dedecca (2006), Antigo e Machado (2006), Carvalho e Oliveira (2009) e Lira (2011).

O único estudo que avaliou o impacto do Programa Bolsa Família na duração do emprego foi o de Leichsenring (2010). Mesmo não sendo o único foco do estudo, o autor ajustou um modelo de sobrevivência para medir o efeito do programa na duração do emprego e

encontrou que os beneficiários possuem maiores chances de deixar seus empregos. Para tanto, utilizou as mesmas bases de dados que o presente estudo se apoia, mas para outros períodos: bases RAIS de 2004, 2005, 2006 e 2007 e a base do CadÚnico de 2008. No entanto, alguns dos seus procedimentos metodológicos podem ter viesado os resultados, a saber: a variável que indicava se o indivíduo era ou não beneficiário estava baseada em um apontador de presença no PBF para janeiro de 2009 e foi usada para todos os indivíduos, independente da data em que o vínculo de trabalho foi quebrado; todos os indivíduos presentes na RAIS de 2004 (e não somente os admitidos nesse ano) foram acompanhados até 2007 ou até a quebra do vínculo, de modo que muitos dos empregos analisados possuem duração acima de 4 anos devido à seleção; não houve o cuidado de eliminar *outliers* de salários nem indivíduos desligados por motivos como aposentadoria, término de contrato, morte, etc.

3.3 Método e descrição da base de dados

Os dados utilizados neste trabalho são oriundos de três principais fontes: o Cadastro Único (CadÚnico), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e das folhas de pagamento do Programa Bolsa Família (PBF).

O CadÚnico é um instrumento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. É condição necessária para ser beneficiário de programas sociais do Governo Federal, como o PBF, constar previamente do CadÚnico. Famílias com renda superior a meio salário mínimo per capita também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo. Compete a cada município a inclusão das famílias no cadastro e a sua atualização periódica.

A RAIS, por sua vez, é um instrumento de coleta de dados anual, que compete ao Ministério do Trabalho e Emprego, utilizado na gestão pública do setor do trabalho. São obrigados a entregar a declaração da RAIS todos os inscritos no CNPJ, com ou sem empregados, inclusive as empresas públicas, empresas individuais, órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, as fundações e empregadores rurais.

Para a construção da base de dados, foram considerados todos os indivíduos com idades entre 16 e 65 anos que foram admitidos no emprego durante o ano de 2008 e que faziam parte do Cadastro Único (extração de dezembro de 2011). Esse cruzamento, entre as observações da RAIS e do CadÚnico, é possível devido ao número NIS, que identifica cada trabalhador. No caso do indivíduo constar mais de uma vez na base RAIS de 2008 foi considerado somente o principal emprego (o de maior salário). Esses vínculos empregatícios foram, então, acompanhados por um prazo máximo de 4 anos, utilizando as informações das bases RAIS de 2009, 2010 e 2011. Caso o vínculo de trabalho seja rompido, por qualquer

motivo que seja, antes de dezembro de 2011, o indivíduo deixa de ser acompanhado. Desse modo, acompanhamos somente um vínculo empregatício por indivíduo e não observamos reentradas no emprego.

Esse cruzamento produziu mais de 3 milhões de observações. Apesar de existirem informações de 2008 a 2011, somente a informação mais recente (da data do término do vínculo de trabalho) foi mantida nos registros. Exceção se faz a presença dos indivíduos no PBF, para os quais foi considerada a informação mês a mês sobre o recebimento do benefício por parte da família que esse indivíduo faz parte. A relevância de se considerar o recebimento do benefício como uma variável que varia no tempo ficará mais clara após discussões apresentadas nas subseções 3.3.1 e 3.3.2.

3.3.1 Análise descritiva

Os dados registrados em nossa base de dados para cada indivíduo referem-se ao ano em que ocorreu o término do vínculo empregatício ou a 2011, caso o vínculo tenha sido mantido. Conforme pode ser observado na tabela 3.1, 60% dos indivíduos são homens, 87% residem em área urbana, 24% estão em seu primeiro emprego, 7% são sindicalizados e 47% eram beneficiários do PBF em dezembro de 2011. A idade média está próxima de 33 anos e cada trabalhador possui, em média, 1,89 filhos, sendo 1,18 a média de filhos menores de 18 anos. Os indivíduos permaneceram, em média, 13 meses empregados e somente 18% deles mantiveram seu vínculo até dezembro de 2011, os quais são considerados como observações censuradas.

Tabela 3.1: Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas ou dicotômicas

Variável	N	Média	Desv. Padrão	Mín.	Máx.
idade	3.012.384	33,26	9,87	16	68
homen	3.012.384	0,60	0,49	0	1
renda_percap	3.012.384	89,88	63,42	0	311
filhos	3.012.384	1,89	1,41	0	28
menores	3.012.384	1,18	1,23	0	12
salário	2.988.028	616,78	4.249,12	0	3.934.232
localidade	3.007.901	0,87	0,33	0	1
primeiro_emp	3.012.384	0,24	0,42	0	1
sindicalizado	3.012.379	0,071	0,26	0	1
pbf_2011	3.012.384	0,47	0,50	0	1
tempo_emprego	3.012.384	12,99	13,06	0	48
censura	3.012.384	0,18	0,39	0	1

Os dados de cada indivíduo referem-se ao ano em que ocorreu o término do vínculo empregatício ou a 2011, caso o vínculo tenha sido mantido. *idade* em anos; *homen*: 1- sim, 0- não; *renda_percap* indica a renda mensal familiar per capita, em reais, autodeclarada; *filhos* indica o número de filhos; *menores* o número de filhos menores de 18 anos; *salário* é a média salarial recebida no ano em que houve a quebra do vínculo ou em 2011, caso o vínculo tenha permanecido, considerando valores corrigidos pelo INPC para dezembro de 2011; *localidade*: 1- urbana, 0- rural; *primeiro_emp*: 1- primeiro emprego, 0- não; *sindicalizado*: 1- sim, 0- não; *pbf_2011*: 1- beneficiário em dezembro de 2011, 0- não; *tempo_emprego* indica os meses no emprego; *censura*: 1- continuou empregado em dezembro de 2011, 0- não.

A renda mensal familiar per capita, autodeclarada no CadÚnico, possui média próxima a 90 reais, que está dentro do critério de elegibilidade do programa para o ano de 2011,

isto é, abaixo de R\$ 140,00. Os valores dos salários mensais recebidos por cada indivíduo, informação obtida nas bases RAIS, foram corrigidos para dezembro de 2011 pelo INPC. A média salarial foi então calculada para o ano em que houve a quebra do vínculo de trabalho ou, caso o vínculo tenha sido mantido, para o ano de 2011. A média e o desvio-padrão encontrados para todos os 3 milhões de indivíduos foi de, respectivamente, R\$ 616,78 e R\$ 4.249,12. O maior salário observado, próximo a 4 milhões de reais, sugere uma atenção à presença de *outliers* nessa variável, discussão que será realizada mais a frente, nesta mesma seção.

A tabela 3.2 apresenta as médias e desvios-padrões para as variáveis categóricas policotômicas. Com relação à raça nota-se uma predominância de pardos, seguidos por brancos e pretos. Mais da metade dos indivíduos não completaram o ensino fundamental e menos de 1% possuem ensino médio completo ou iniciaram o ensino superior. 45% dos empregos estão na região Sudeste, seguida por 23% no Nordeste, 18% na região Sul, 8,3% na Centro Oeste e 5,7% na região Norte do país. A maior parte dos empregos estão em cidades de 10 a 100 mil habitantes e em estabelecimentos que empregam entre 10 e 100 funcionários. Tanto as atividades quanto as ocupações mais recorrentes estão na indústria, serviços e comércio. A dispensa do funcionário é o principal motivo pelas quebras dos vínculos de trabalho (58,5%), seguido pelos termos de contrato (20%) e pelos pedidos de demissão (18%).

Uma inspeção inicial comparativa entre os grupos de interesse, os beneficiários e os não beneficiários do PBF, é apresentada na tabela 3.3. É importante notar que os grupos foram selecionados por um apontador de presença no programa em uma data específica e comum para todos os indivíduos, no caso para dezembro de 2011. Não surpreende que os beneficiários do programa tenham menores salários e mais filhos, tendo, portanto, menor renda familiar per capita, uma vez que este é o principal critério para a concessão do benefício.

Alguma evidência à favor do *efeito preguiça* é esboçada pelos dois meses a mais no tempo do emprego dos não beneficiários. No entanto essa análise superficial carrega um problema sério: o fato do indivíduo ser do PBF em dezembro de 2011 não significa que este indivíduo era beneficiário no término do vínculo de seu trabalho (veja na tabela 3.1 que somente 18% da amostra manteve seus empregos até essa data).

Na figura 3.4 pode-se observar que 42,5% da amostra é formada por indivíduos que se mantiveram no programa desde o momento que entraram. Também podemos perceber que um terço da amostra já foi do programa em algum momento, mas após sua saída não mais retornaram a obter o benefício. Somente 6,78% da amostra são indivíduos que voltaram a receber o benefício após ter deixado o programa em algum momento.

Desse modo, é possível argumentar que a mudança do apontador de presença no PBF para a data do término do vínculo de trabalho resolveria o problema acima levantado. No entanto, ainda assim estaria-se descartando todo o histórico anterior, ou seja, o tempo em que esse indivíduo esteve ou não recebendo o benefício. Por esse motivo especifica-se o modelo considerando a presença no PBF como uma covariável que varia no tempo, de modo que

Tabela 3.2: Estatísticas descritivas das variáveis policotômicas

Variável	N	Categoria	Média	Desv. Padrão
raça	2.843.787	Branca	0,39	0,49
		Amarela	0,0027	0,052
		Indígena	0,0034	0,058
		Parda	0,51	0,50
		Preta	0,10	0,29
instrução	2.313.213	Sem instrução	0,072	0,26
		Fundamental incompleto	0,58	0,49
		Fundamental completo	0,14	0,35
		Médio incompleto	0,14	0,35
		Médio completo	0,055	0,23
		Superior incompleto ou mais	0,0089	0,094
região	3.012.384	Nordeste	0,23	0,42
		Norte	0,057	0,23
		Centro Oeste	0,083	0,28
		Sudeste	0,45	0,50
		Sul	0,18	0,39
porte_cidade	3.012.384	(0, 10 mil]	0,089	0,29
		(10 mil, 100 mil]	0,42	0,49
		(100 mil, 1 milhão]	0,34	0,47
		(1 milhão, +]	0,15	0,36
porte_estabelecimento	3.012.384	(0, 10]	0,16	0,37
		(10, 100]	0,35	0,48
		(100, 1.000]	0,29	0,46
		(1.000, 10.000]	0,17	0,38
		(10.000, +]	0,018	0,13
cbo	3.012.384	Agropecuária e pesca	0,16	0,36
		Indústria - generalistas	0,33	0,47
		Indústria - operadores	0,051	0,22
		Manutenção e reparação	0,023	0,15
		Serviço, comércio	0,28	0,45
		Serviços administrativos	0,11	0,32
		Técnicos nível médio	0,030	0,17
		Outros	0,020	0,14
cnae	3.012.250	Administração pública	0,037	0,19
		Agricultura, pecuária	0,14	0,34
		Atividades administrativas	0,10	0,31
		Comércio e repar. veículos	0,21	0,41
		Construção	0,13	0,33
		Indústria	0,20	0,40
		Outros	0,18	0,38
causa_desligamento	2.465.298	Aposentadoria	0,00038	0,019
		Falecimento	0,0018	0,042
		Res. por j. c. in. empregado	0,0016	0,040
		Res. por j. c. in. empregador	0,015	0,12
		Res. sem j. c. in. empregado	0,18	0,39
		Res. sem j. c. in. empregador	0,57	0,49
		Transferência	0,020	0,14
		Término contrato	0,20	0,40
		Outros	0,00021	0,014

porte_cidade fornece o número de habitantes na cidade do estabelecimento empregador; *porte_estabelecimento* fornece o número de funcionários do estabelecimento empregador; *cbo*: Classificação Brasileira de Ocupações; *cnae* Classificação Nacional de Atividades Econômicas; *causa_desligamento* informa o motivo do término do vínculo empregatício. As abreviaturas *Res. por/sem j. c. in.* referem-se à *rescisão por/sem justa causa iniciativa do*.

todo o histórico do indivíduo no PBF seja considerado, desde a sua admissão no emprego, em 2008, até o fim de 2011 ou até o término do vínculo.

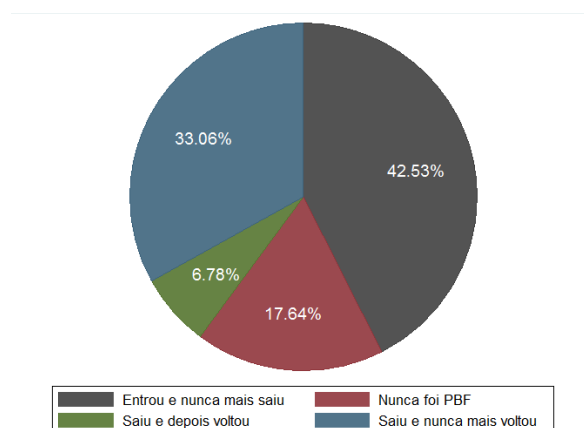
Outra questão bastante relevante para avaliar o impacto do PBF diz respeito aos indivíduos contemplados pelo benefício. Em que pese as normas de concessão baseadas na renda

Tabela 3.3: Comparação entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família

Variável	Não beneficiário	Beneficiário
idade	32,78	33,77
homen	0,605	0,597
renda_percap	107,30	70,32
filhos	1,58	2,24
menores	0,77	1,64
salário	638,25	592,70
área_urbana	0,869	0,873
primeiro_emp	0,238	0,235
sindicalizado	0,069	0,073
tempo_emprego	13,96	11,77

Valores médios das variáveis para beneficiários e não beneficiários do PBF em dezembro de 2011.

Figura 3.4: Dinâmica de entrada e saída no PBF



familiar per capita e no fato de haver gestantes ou menores na composição familiar, isso não basta para garantir nem a manutenção, nem a entrada da família no programa. Mesmo que dentro dos critérios do PBF, é necessário que a família pertença ao CadÚnico e que esteja com os dados atualizados nesse cadastro para que venha a ser contemplada. Uma vez dentro do programa, a manutenção dele dependerá ainda de uma série de condicionalidades, tais como a frequência escolar e a vacinação dos filhos. Ademais a família poderá ter sua renda alterada para cima da faixa de seleção e, ainda assim, permanecer no programa. Conforme descrito por [Leichsenring \(2010\)](#), "as regras do Bolsa Família estipulam um tempo de dois anos entre verificações de renda, e não impedem que um beneficiário continue recebendo a bolsa simultaneamente à manutenção de um emprego, e nem que, nesse período entre verificações, sua renda venha a ultrapassar o teto estabelecido como critério de elegibilidade para ingresso no programa".

O fato do critério de concessão não ser determinístico favorece o objetivo de comparar a duração do emprego entre beneficiários e não beneficiários do programa mas possivelmente elegíveis, pois garante certa aleatoriedade na formação dos grupos. A tabela 3.4 corrobora

com essa análise ao mostrar que, dentre os indivíduos que satisfazem o critério de seleção do PBF em dezembro de 2011, 43% não recebem o benefício. Os motivos para isso podem ser diversos: o recebimento não é imediato a partir do cadastramento; os dados no CadÚnico podem estar desatualizados; a família pode ter sido desligada em algum processo de auditoria, ou por não ter cumprido alguma das condicionalidades do programa ou por declarar renda incompatível.

Tabela 3.4: *Contemplados × elegíveis*

Critério PBF	PBF em 12/2011		Total
	Não	Sim	
Satisfaz	972.875 43%	1.294.108 57%	2.266.983 100%
Não satisfaz	619.137 83%	126.264 17%	745.401 100%
Total	1.592.012 53%	1.420.372 47%	3.012.384 100%

Foi considerado como "satisfaz" o critério PBF aqueles com renda per capita abaixo de R\$ 70,00 ou aqueles com renda per capita abaixo de R\$ 140,00 e que possuem ao menos um filho menor de idade na composição familiar.

Deve-se considerar, também, o fato da renda familiar per capita ser autodeclarada, de modo que possa haver fraude e famílias fora do escopo definido sejam contempladas pelo benefício. O MDS procura minimizar a incidência desses casos com auditorias periódicas, em que os salários reportados na base RAIS são usados para atestar a fidedignidade dos valores reportados. No entanto existe uma defasagem grande nesse processo, pois a base RAIS só é liberada dois anos mais tarde, isto é, a base RAIS de 2008 só estará disponível em 2010, e assim sucessivamente. Além disso, devido ao alto grau de informalidade da economia brasileira, muitos indivíduos que se inserem nesse contexto omitem a parcela não auditável de sua renda para conseguir o benefício (Soares *et al.*, 2010).

Apesar de se utilizar a renda familiar reportada no CadÚnico como uma variável de controle nas estimações apresentadas na seção 3.4, onde os resultados são discutidos, evita-se usar essa variável como um filtro para a seleção de grupos homogêneos pois, além dos problemas acima abordados, outra questão ainda mais importante dificulta o seu uso: a data do reporte. Por mais que o MDS recomende a atualização dos dados das famílias a cada dois anos, essa atualização fica a cargo dos municípios (e das famílias) e existe muita variação nessa consulta.

O salário informado na base RAIS, no entanto, não é reportado pelo indivíduo mas sim pelo estabelecimento empregador. Dos 3 milhões de indivíduos na amostra, somente 97 casos registram um salário acima de 10 mil reais, dentre os quais temos 17 casos acima de 50 mil reais e apenas 9 casos com salário superior a 100 mil reais. Existem três possibilidades para essas observações constarem da base: erro de registro, o que é bastante provável no caso

de um salário de 4 milhões de reais; fraude, uma vez que a renda no CadÚnico é autoreportada; ou indivíduos que prosperaram, já que a base do CadÚnico não elimina os indivíduos que uma vez pertenceram à base.

Salários baixos também são observados. Em torno de 790 mil registros apresentaram salários abaixo de 450 reais, que é menor do que o salário mínimo nacional corrigido pelo INPC em qualquer um dos anos considerados, conforme mostra a tabela 3.5. Esses podem estar relacionados desde erros de registro à afastamentos temporários ou jornadas de trabalho reduzidas. A medida provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, dispôs sobre o regime de trabalho em tempo parcial. À Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi incorporada o artigo 58-A, que considera trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda vinte e cinco horas semanais, e cujo parágrafo primeiro versa: "o salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral".

Tabela 3.5: *Salário mínimo corrigido pelo INPC*

Salário mínimo nacional (R\$)		
Ano	1º de janeiro	INPC 12/2011
2008	380	476
2009	415	488
2010	510	576
2011	510	541

Para tratar tanto dos altos quanto dos baixos salários na base de dados, os valores foram separados em dez classes de salários (ver tabela 3.6). Em nosso filtro principal usado nas estimativas que são apresentadas na seção 3.4, utilizamos os registros que contém os 40% dos salários centrais, as classes de 4 a 7 na tabela 3.6. Vale notar que esse filtro, além de considerar na análise salários mais homogêneos, desconsidera salários altos e aqueles bastante inferiores ao salário mínimo.

Tabela 3.6: *Separação em 10 classes de salários*

Classe	Média	Classe	Média
1	202,19	6	587,32
2	373,30	7	649,56
3	450,58	8	734,37
4	497,40	9	868,46
5	539,92	10	1.390,35

3.3.2 Análise de sobrevivência

A análise de sobrevivência é um conjunto de procedimentos estatísticos para a análise de dados em que a variável de interesse é o tempo até a ocorrência de determinado evento. Na

nomenclatura da sobrevivência, quando o evento ocorre diz-se que foi observada a "falha", e, caso contrário, se o evento de interesse não ocorrer durante o universo de tempo da análise diz-se que a informação é "censurada". Para esse estudo a variável analisada é o tempo no emprego e o evento de interesse o desligamento (saída) do emprego. Todos aqueles que permaneceram empregados (não ocorreu a falha) até dezembro de 2011 são censurados.

Considerando uma variável aleatória t , com densidade de probabilidade $f(t)$ e distribuição acumulada $F(t)$, define-se a *função de sobrevivência* por

$$S(t) = 1 - F(t) = P(T > t)$$

e a *função de risco* por

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{P(t \leq T < t + \Delta t | T \geq t)}{\Delta t} = \frac{f(t)}{1 - F(t)} = \frac{f(t)}{S(t)}.$$

Enquanto a função de sobrevivência indica a probabilidade de permanecer no emprego mais que um tempo específico t , a função risco é uma taxa que representa o potencial do emprego terminar num dado instante, já que ele durou até aquela data.

A função de sobrevivência $S(t)$ pode ser estimada usando o método de Kaplan-Meier. Esse estimador ordena os tempos de falhas e calcula a probabilidade de sobreviver em cada intervalo de tempo, levando-se em consideração somente os indivíduos em risco. Desse modo a questão da "censura" é considerada por este estimador. Esse é um procedimento não paramétrico, uma vez que não impõe nenhum modelo teórico para as falhas (ou censuras) observadas na amostra. No entanto, esse método não permite estimar os efeitos conjuntos de um grupo de dados covariados sobre a duração do emprego. Para tanto são necessários outros métodos que incorporem as variáveis explicativas no modelo.

O mais comum desses métodos é o chamado *modelo de riscos proporcionais de Cox*. A forma da função de risco é

$$h(t, \mathbf{X}) = h_0(t) e^{\sum_{i=1}^p \beta_i X_i},$$

onde $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p)$ é o vetor de variáveis explicativas e $h_0(t)$ é a chamada função de risco base, comum a todos os indivíduos. Assim, esse modelo considera que as características individuais determinam o risco de cada elemento da amostra como uma proporção em relação ao risco comum a todos os indivíduos. Por não especificar a função $h_0(t)$, essa metodologia é chamada de semi-paramétrica. Em contraste, os modelos paramétricos são aqueles em que a forma funcional da $h_0(t)$ está completamente especificada, exceto os valores dos parâmetros desconhecidos. Por exemplo, a função de risco de Weibull é dada por $h(t, \mathbf{X}) = \lambda p t^{p-1}$, onde $h_0(t) = p t^{p-1}$ e $\lambda = e^{\sum_{i=1}^p \beta_i X_i}$.

Uma das principais razões para a popularidade do modelo de Cox é que, apesar da função de risco base não ser especificada, boas estimativas dos coeficientes de regressão são obtidas, isto é, o modelo é robusto no sentido que os resultados do modelo de Cox se aproximam

dos resultados do modelo paramétrico corretamente especificado (Kleinbaum e Klein, 1996). Deve-se atentar que função de risco envolve o produto de duas funções, o risco base ($h_0(t)$), que é uma função de t mas não de \mathbf{X} , e a exponencial ($e^{\sum_{i=1}^p \beta_i X_i}$), que é uma função de \mathbf{X} mas não de t . Por isso as características \mathbf{X} são chamadas de invariantes no tempo.

No presente estudo utilizam-se variáveis explicativas que são invariantes no tempo por natureza, como por exemplo *sexo* ou *raça*, e outras que, apesar de mudarem com o tempo, como *idade* ou *renda*, foram tratadas como invariantes por simplificação do modelo e por acreditar-se que os efeitos dessas variáveis para o risco de sobrevivência pode ser medido por um único valor, em um dado instante do tempo. A única exceção é a variável que indica a presença no PBF. Como existe uma dinâmica de entrada e saída no programa, conforme discutido na seção 3.3.1, e como o objetivo principal é medir o impacto do PBF na duração do emprego, foi necessário considerar essa informação como uma variável tempo-dependente.

A função de risco considerando covariadas que variam no tempo pode ser expressa por

$$h(t, \mathbf{X}(t)) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{P(t \leq T < t + \Delta t | T \geq t, \mathbf{X}(t + \Delta t))}{\Delta t}.$$

Uma discussão detalhada sobre a existência desse limite pode ser encontrada em Lancaster (1992) mas, segundo Wooldridge (2010), uma condição suficiente ocorre quando $\mathbf{X}(t)$ assume valores constantes em intervalos de tempo, como dias, semanas ou meses. Nesse estudo a variável *pbf* assume valores 1 (para beneficiários) ou 0 (para não beneficiários) em intervalos de tempo de no mínimo um mês (período entre folhas de pagamento).

O modelo de Cox pode ser estendido para covariáveis variando no tempo:

$$h(t, \mathbf{X}(t)) = h_0(t) e^{\sum_{i=1}^p \beta_i X_i(t)}.$$

Segundo Kleinbaum e Klein (1996), um pressuposto importante do modelo de Cox estendido é que o efeito de uma variável variante no tempo sobre a probabilidade de sobrevivência no tempo t deve depender do valor dessa variável no mesmo instante de tempo, e não do seu valor passado ou futuro. Parece razoável que a decisão de deixar ou não o emprego em certo instante seja influenciada pelo fato do indivíduo ser beneficiário do PBF nesse momento, e não por já ter sido beneficiário no passado ou pela expectativa futura de vir a ser.

3.4 Resultados

Na figura 3.5 vê-se as funções de sobrevivência e risco estimadas pelo modelo não-paramétrico de Kaplan-Meier. A durabilidade média do emprego foi de 597 dias (20 meses) com mediana de 424 dias (14 meses), o que indica que metade dos indivíduos perdem ou deixam seus empregos em menos de um ano e dois meses de trabalho.

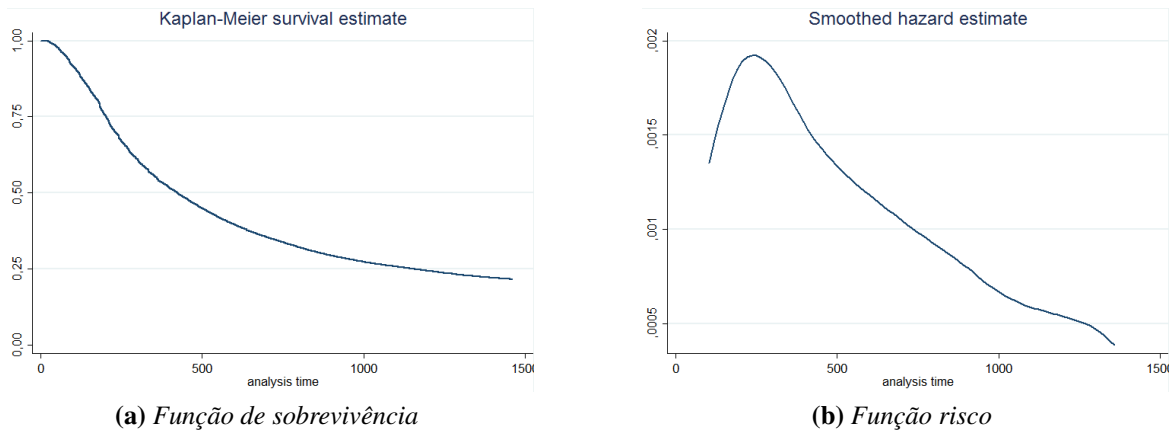


Figura 3.5: Curvas de Kaplan-Meier.

Nessa inspeção inicial e em todos os gráficos seguintes, que dizem respeito às curvas de Kaplan-Meier, a amostra utilizada foi de todos os admitidos em 2008 que se mantiveram no emprego até o final de 2011 ou que quebraram o vínculo de trabalho pelo motivo de rescisão (tanto por justa causa quanto sem justa causa e tanto por iniciativa do empregado quanto por iniciativa do empregador) e que possuíam remuneração dentre as classes de salários de 4 a 7, conforme a tabela 3.6. Essas restrições para a composição da amostra serão relaxadas ou comprimidas nos modelos de Cox, de modo a garantir robustez nas estimativas. Assim, a amostra contou com 1.007.315 indivíduos, dos quais 771.634 apresentaram a falha (saíram do emprego). O restante, 235.681 indivíduos, permaneceram até dezembro de 2011 no emprego (dados censurados).

A figura 3.6 mostra as curvas de sobrevivência de Kaplan-Meier em relação à diversas variáveis do estudo. Essas curvas proporcionam uma visão do comportamento da duração do emprego em relação aos fatores considerados. Nota-se, por exemplo, que as mulheres, aqueles que estão no primeiro emprego e moradores de área rural tem maior sobrevida nos empregos. Os vínculos de trabalho são mais duradouros na região Nordeste e menos duradouros na região Sul do país. Salários mais baixos parecem ser um dos motivos pela saída precoce do emprego. Pais que possuem ao menos um filho menor de idade também possuem menos chance de permanência no emprego.

A figura 3.7 mostra as funções de sobrevivência e risco para os beneficiários (pbf=1) e não beneficiários (pbf=0) do PBF. Nota-se que a sobrevida para os beneficiários é maior do que para os não-beneficiários. Vale lembrar que essa variável que indica a presença no PBF

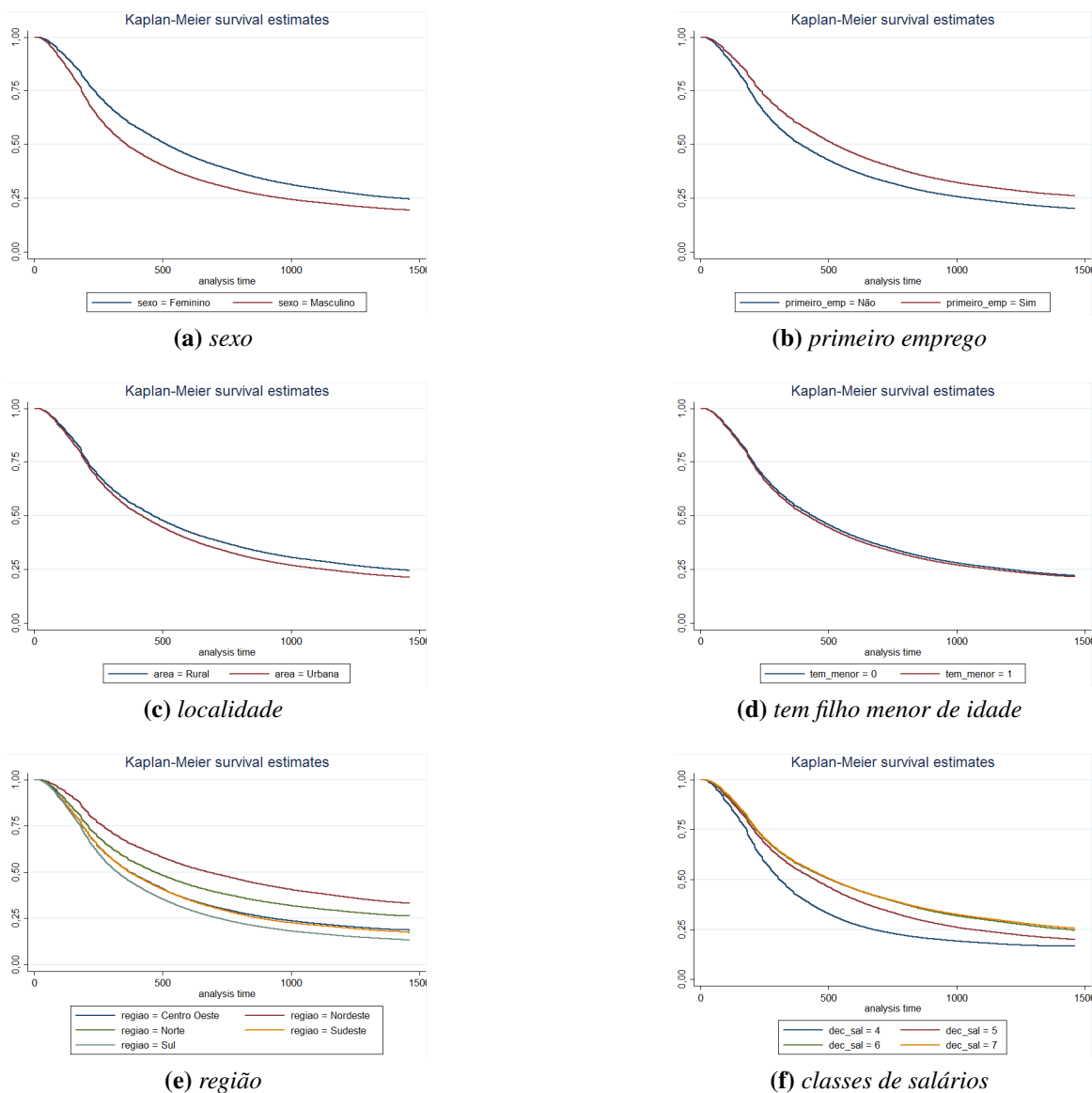


Figura 3.6: *Curvas de sobrevivência de Kaplan-Meier.*

é variável no tempo. Utiliza-se o modelo de Cox para quantificar o efeito dessa covariável variando no tempo, controlando pelos outros fatores os quais são invariantes no tempo. A tabela 3.7 apresenta as razões de risco estimadas para 5 modelos em que a amostra utilizada foi sendo alterada.

No modelo 1 considera-se somente os admitidos em janeiro de 2008, com salários pertencentes às classes de 4 a 7 e que saíram do emprego por motivo de rescisão (por ou sem justa causa e iniciativa do empregado ou empregador). No modelo 2 a restrição de salário foi relaxada para as classes de 2 a 9. Nos modelos 3 e 4 procede-se do mesmo modo mas considerando todos os admitidos no ano de 2008. Por fim, o modelo 5 considerou toda a amostra sem nenhuma restrição, nem para salários, nem para a causa do desligamento.

Devido à variabilidade contida em um grande volume de informações ou mesmo no fato dessas informações comporem todo universo em análise, a significância estatística passa

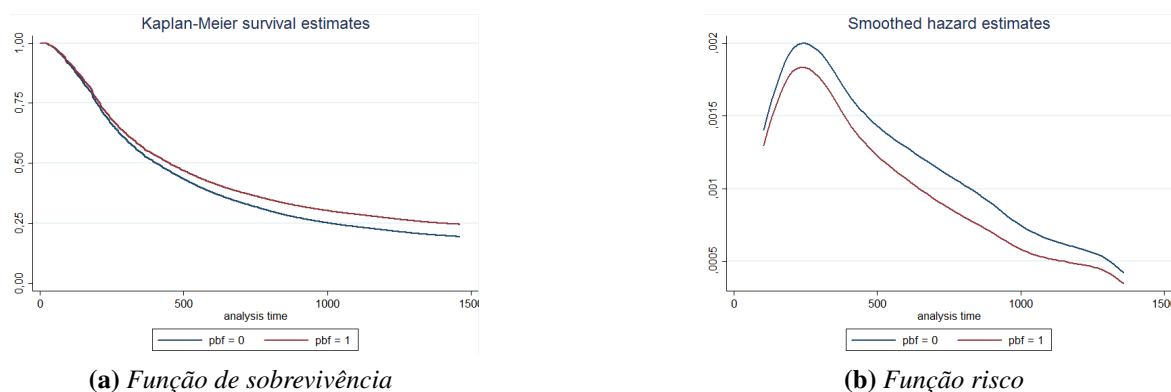


Figura 3.7: Curvas de Kaplan-Meier para beneficiários e não beneficiários do PBF.

a ser um dado menos relevante. A ideia de alterar a amostra pode, no entanto, acrescentar robustez aos resultados, a medida que as estimativas convergirem. A restrição para admitidos em janeiro de 2008 permite analisar um grupo mais homogêneo, em que todos os indivíduos estão expostos às mesmas condições macroeconômicas desde o início de seus empregos. Concentrar a análise em torno de salários mais homogêneos também ajuda a garantir que os grupos controle e tratamento contendam, de fato, indivíduos comparáveis.

Nota-se que o impacto do PBF, medido pela razão de risco, variou de 0,898 a 0,929 de acordo com a amostra utilizada. Mesmo na última regressão, em que todas as restrições foram relaxadas, inclusive quanto as causas do desligamento do emprego, foi encontrado um valor intermediário, 0,913. Esses resultados mostram que beneficiários do PBF possuem chance de 7% a 10% menor de sair de seus empregos em comparação com não beneficiários, o que não só contraria a hipótese de um *efeito preguiça* resultante da transferência de renda como abre margem para a possibilidade de que essa renda extra produza um incentivo para a permanência no emprego.

Esse efeito, de um programa de transferência de renda condicionado, no presente estudo medido sobre a duração do emprego formal, está alinhado com diversos outros estudos que encontraram evidências de aumento na oferta de trabalho (Brito e Kerstenetzky, 2010; Medeiros *et al.*, 2007; Tavares, 2010; Teixeira, 2010). E as explicações para o efeito sobre a duração no emprego podem ser as mesmas usadas para a jornada de trabalho, cuja fonte está no aumento da frequência escolar e a decorrente diminuição do trabalho infantil (Pianto e Soares, 2004; Tavares, 2010). O argumento é que se os filhos ficavam em casa o dia todo, os pais passam a ter mais tempo disponível para o trabalho conforme eles frequentam as escolas ou, caso os filhos estivessem trabalhando, um efeito substituição ocorre devido à necessidade de complementar a renda familiar.

No entanto, o resultado também pode ser explicado não pelo caminho das condicionais do programa mas pelo benefício em si. Em 2011, o valor médio do benefício por família era de R\$ 120,19. Por menor que pareça o valor desse benefício financeiro, para uma família que vive com menos de 140 reais per capita (ou menos de 70 reais), essa renda ex-

Tabela 3.7: Razões de risco das regressões de Cox para o tempo no emprego

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
pbf	0,923***	0,929***	0,898***	0,904***	0,913***
idade	0,991***	0,993***	0,995***	0,996***	0,996***
homen	1,234***	1,214***	1,214***	1,196***	1,027***
salário	0,997***	0,997***	0,997***	0,997***	0,999***
renda_percap	0,999***	0,999***	0,999***	0,999***	0,999***
filhos	0,976***	0,976***	0,981***	0,979***	0,985***
menores	1,033***	1,035***	1,031***	1,032***	1,022***
primeiro_emp	0,902***	0,928***	0,897***	0,908***	0,926***
sindicalizado	0,918***	0,863***	0,960***	0,916***	0,891***
localidade	1,097***	1,096***	1,096***	1,092***	1,095***
raça (ref.: Preta)					
Amarela	1,142*	1,133**	0,994	1,018	1,018
Branca	1,087***	1,092***	1,076***	1,074***	1,037***
Indígena	1,059	1,256***	1,146***	1,210***	1,265***
Parda	1,018	1,042***	1,027***	1,029***	1,012***
instrução (ref.: Superior inc. ou mais)					
Sem instrução	0,871***	0,842***	0,885***	0,890***	0,917***
Fundamental incompleto	0,875***	0,852***	0,906***	0,908***	0,915***
Fundamental completo	0,890**	0,850***	0,918***	0,912***	0,913***
Médio incompleto	0,896**	0,866***	0,917***	0,904***	0,896***
Médio completo	0,881**	0,850***	0,911***	0,907***	0,910***
região (ref.: Sul)					
Centro Oeste	0,840***	0,976*	0,863***	0,975***	0,968***
Nordeste	0,460***	0,592***	0,517***	0,638***	0,736***
Norte	0,612***	0,745***	0,707***	0,833***	0,866***
Sudeste	0,826***	0,944***	0,860***	0,975***	1,016***
porte_cidade (ref.: (0, 10 mil])					
(10 Mil, 100 Mil]	1,011	1,006	1,032***	1,023***	1,057***
(100 Mil, 1 Milhão]	1,097***	1,044***	1,078***	1,037***	1,066***
(1 Milhão, +]	1,023	0,992	1,066***	1,024***	1,026***
porte_estabelecimento (ref.: (0, 10])					
(10, 100]	1,308***	1,260***	1,267***	1,231***	1,333***
(100, 1.000]	1,386***	1,295***	1,323***	1,246***	1,390***
(1.000, 10.000]	1,487***	1,411***	1,412***	1,327***	1,472***
(10.000, +]	1,238***	1,178***	1,107***	1,112***	1,306***
cbo (ref.: Agropecuária e pesca)					
Indústria - generalistas	0,883***	0,901***	0,880***	0,881***	0,804***
Indústria - operadores	0,870***	0,821***	0,918***	0,866***	0,786***
Manutenção e reparação	0,783***	0,786***	0,836***	0,829***	0,737***
Serviço, comércio	0,749***	0,762***	0,786***	0,765***	0,669***
Serviços administrativos	0,743***	0,747***	0,787***	0,751***	0,628***
Técnicos nível médio	0,760***	0,764***	0,825***	0,804***	0,710***
Outros	0,837***	0,822***	0,837***	0,807***	0,731***
cnae (ref.: Administração pública)					
Agricultura, pecuária	3,041***	3,316***	3,161***	3,048***	1,994***
Atividades administrativas	2,981***	3,083***	2,789***	2,656***	1,866***
Comércio e repar. veículos	3,864***	3,681***	3,585***	3,239***	1,847***
Construção	5,903***	5,638***	4,854***	4,418***	2,469***
Indústria	3,457***	3,381***	3,385***	3,108***	1,727***
Outros	3,699***	3,474***	3,466***	3,104***	1,689***
Admissão	jan/08	jan/08	2008	2008	2008
Classes de salário	4 a 7	2 a 9	4 a 7	2 a 9	1 a 10
Causa desligamento	rescisão	rescisão	rescisão	rescisão	todas
Núm. observações	85.663	168.565	909.291	1.766.564	2.617.064
Núm. indivíduos	69.537	138.370	729.786	1.432.657	2.178.741
Núm. falhas	56.386	114.933	565.040	1.136.191	1.805.839
Wald chi2 (43)	11.398***	24.867***	80.857***	198.900***	146.435***

P-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01.

tra pode fazer muita diferença. O dinheiro pode ser usado na atenção com seus dependentes, contratando cuidadores para os velhos, crianças ou parentes com necessidades especiais, melhorando hábitos de alimentação ou com investimento em saúde. Assim, o benefício financeiro pode reduzir o salário reserva dos pais, contribuindo para a manutenção do emprego.

Corroborar com essa análise o estudo de [Oliveira et al. \(2007\)](#), que constatou que o efeito do PBF sobre o consumo das famílias beneficiárias recaiu sobre os gastos com alimentação, educação e roupas das crianças. O aumento das despesas com vestuário infantil é semelhante aos impactos registrados para os programas de transferência de renda no México e Colômbia, e está relacionado à percepção das famílias que o benefício é um bônus para ser gasto no melhor interesse de seus filhos ([Soares et al., 2010](#)).

Um exercício simples mas interessante é notar (com base na regressão de número 3 na tabela 3.7) que o risco de deixar o emprego é 3,1% maior para indivíduos que tem um filho menor de idade (razão de risco: $e^{0,030529} = 1,031$). Já um indivíduo com três filhos menores, em comparação com um indivíduo sem filho menor de idade, teria 9,6% mais chance de deixar seu emprego (razão de risco: $e^{3 \cdot 0,030529} = 1,096$). Ser beneficiário do PBF é capaz, no entanto, de anular esse efeito (razão de risco: $1,096 \cdot 0,898 = 0,984$). Em outras palavras, suponha um empregador que está entre um candidato que não é beneficiário do PBF e não possui filho menor de idade e um outro candidato com três filhos menores de idade. *Ceteris paribus*, se esse outro candidato com três filhos menores for beneficiário do PBF ele terá as mesmas chances de permanecer no emprego do que o outro candidato.

As razões de risco para as outras variáveis no modelo corroboram com as curvas de sobrevivência de Kaplan-Meier apresentadas na figura 3.6. Em conformidade com as estimativas elaboradas por [Leichsenring \(2010\)](#) para o quadriênio de 2004 a 2007, temos um menor risco de saída do emprego para moradores da região Nordeste, moradores de áreas rurais, pessoas com mais idade e empregados na administração pública, além de um maior risco de saída do emprego observado para empregados da construção civil e para moradores da região Sul do país.

Alguns resultados, no entanto, são contrários às estimativas do estudo de [Leichsenring \(2010\)](#). Acredita-se que essas diferenças sejam fruto do viés de seleção contido nesse estudo, conforme discutido na seção 3.2.2, mais do que representar algum tipo de modificação nas relações individuais com os empregos. Dentre esses resultados antagônicos pode-se citar, dentre os achados dessa pesquisa: homens possuem mais risco de deixar seus empregos do que mulheres; aqueles que se declaram de cor Preta tem menos chance de deixar seus empregos do que aqueles que se declaram de cor Branca; indivíduos com grau de instrução acima do ensino médio são os mais propensos a sair do emprego; moradores em cidades grandes, com porte entre 100 mil e 1 milhão de indivíduos, são os que possuem mais risco de saída do emprego. Além disso, encontra-se um menor risco de saída do emprego para aqueles que recebem melhores salários, que trabalham em estabelecimentos com no máximo 10 empregados, que possuem filhos maiores de idade, que estão no primeiro emprego ou que

são sindicalizados.

Adicionalmente ajustam-se modelos paramétricos cujos coeficientes estimados podem ser vistos na tabela 3.8. Todos esses modelos estão na forma de aceleração de tempo de falha (AFT). Nesse contexto, um sinal positivo para o coeficiente indica maior chance de sobrevivência (mais tempo no emprego). Ao contrário do modelo de Cox, onde e^β indica a razão de risco, na métrica AFT a quantidade e^β fornece a razão de tempo de sobrevivência. Por exemplo, o coeficiente estimado para a variável *pbf* no modelo Loglogístico foi de 0,093. Esse valor representa uma razão de tempo de sobrevivência de beneficiários *versus* não beneficiários de $e^{0,093} = 1,097$, o que significa que os beneficiários do PBF possuem uma sobrevivência no emprego 9,7% maior do que não beneficiários.

Segundo os critérios de Akaike (AIC) e Bayesiano (BIC), o melhor ajuste ficou por conta da função Gamma, na qual o coeficiente estimado foi de 0,086, o efeito mais conservador dentre todos os modelos. Esse valor indica que os beneficiários do PBF permanecem no emprego por um tempo 8,95% maior que os não beneficiários, com intervalo de 95% de confiança compreendido entre 8,34% e 9,56%.

Tabela 3.8: Coeficientes estimados nos modelos paramétricos

	Exponencial	Weibull	Loglogística	Lognormal	Gamma
pbf	0,117***	0,114***	0,093***	0,095***	0,086***
idade	0,006***	0,006***	0,004***	0,004***	0,003***
homen	-0,202***	-0,198***	-0,223***	-0,216***	-0,214***
salário	0,004***	0,004***	0,004***	0,004***	0,003***
renda_percap	0,001***	0,001***	0,001***	0,001***	0,001***
filhos	0,020***	0,020***	0,023***	0,022***	0,022***
menores	-0,032***	-0,032***	-0,031***	-0,030***	-0,029***
primeiro_emp	0,109***	0,107***	0,126***	0,118***	0,115***
sindicalizado	0,036***	0,036***	0,053***	0,058***	0,070***
localidade	-0,094***	-0,092***	-0,108***	-0,100***	-0,096***
raça (ref.: Preta)					
Amarela	0,007	0,007	0,002	0,005	0,006
Branca	-0,077***	-0,076***	-0,081***	-0,079***	-0,073***
Indígena	-0,130***	-0,129***	-0,132***	-0,127***	-0,123***
Parda	-0,028***	-0,028***	-0,026***	-0,027***	-0,027***
instrução (ref.: Superior inc. ou mais)					
Sem instrução	0,126***	0,123***	0,137***	0,131***	0,130***
Fundamental incompleto	0,101***	0,099***	0,124***	0,119***	0,122***
Fundamental completo	0,085***	0,083***	0,115***	0,109***	0,115***
Médio incompleto	0,085***	0,083***	0,119***	0,113***	0,120***
Médio completo	0,089***	0,087***	0,135***	0,126***	0,135***
região (ref.: Sul)					
Centro Oeste	0,163***	0,161***	0,130***	0,131***	0,116***
Nordeste	0,704***	0,690***	0,707***	0,691***	0,666***
Norte	0,378***	0,372***	0,355***	0,351***	0,329***
Sudeste	0,162***	0,160***	0,143***	0,136***	0,119***
porte_cidade (ref.: (0, 10 mil])					
(10 Mil,100 Mil]	-0,037***	-0,036***	-0,023***	-0,027***	-0,025***
(100 Mil,1 Milhão]	-0,087***	-0,086***	-0,066***	-0,067***	-0,061***
(1 Milhão ,+]	-0,078***	-0,077***	-0,055***	-0,063***	-0,060***
porte_estabelecimento (ref.: (0, 10])					
(10, 100]	-0,356***	-0,350***	-0,365***	-0,364***	-0,357***
(100, 1.000]	-0,108***	-0,108***	-0,045***	-0,074***	-0,069***
(1.000, 10.000]	-0,247***	-0,242***	-0,262***	-0,262***	-0,261***
(10.000, +]	-0,289***	-0,284***	-0,307***	-0,308***	-0,307***
cbo (ref.: Agropecuária e pesca)					
Indústria - generalistas	0,123***	0,120***	0,182***	0,150***	0,148***
Indústria - operadores	0,076***	0,074***	0,139***	0,115***	0,119***
Manutenção e reparação	0,168***	0,164***	0,274***	0,237***	0,243***
Serviço, comércio	0,232***	0,226***	0,339***	0,308***	0,317***
Serviços administrativos	0,223***	0,218***	0,352***	0,315***	0,331***
Técnicos nível médio	0,182***	0,178***	0,283***	0,245***	0,250***
Outros	0,168***	0,165***	0,244***	0,200***	0,200***
cnae (ref.: Administração pública)					
Agricultura, pecuária	-1,251***	-1,219***	-1,077***	-0,960***	-0,861***
Atividades administrativas	-1,107***	-1,077***	-1,011***	-0,877***	-0,793***
Comércio e repar. veículos	-1,383***	-1,348***	-1,226***	-1,088***	-0,976***
Construção	-1,674***	-1,633***	-1,629***	-1,449***	-1,336***
Indústria	-1,327***	-1,293***	-1,131***	-0,997***	-0,877***
Outros	-1,341***	-1,306***	-1,212***	-1,074***	-0,970***
constante	5,490***	5,501***	4,773***	4,794***	4,630***
Wald chi2 (43)	84.321***	87.453***	117.348***	105.869***	91.278***
AIC	2.129.206	2.127.993	2.043.432	2.037.241	2.030.510
BIC	2.129.721	2.128.520	2.043.959	2.037.768	2.031.050

A amostra é composta por todos os admitidos em 2008 e que permaneceram empregados até dezembro de 2011 ou que rescindiram seus contratos com ou sem justa causa e por iniciativa do empregado ou do empregador, considerando as classes de salário de 4 a 7. O número total de observações foi de 909.291, sendo 729.786 indivíduos. O número de falhas foi 565.040. Todos os modelos estão na métrica AFT (aceleração de tempo de falha). P-value: *<0,10, **<0,05, ***<0,01.

3.5 Conclusão

Nesse trabalho analisa-se a parcela pobre da população brasileira, constante do Cadastro Único dos Programas Sociais, e com vínculo no mercado formal de trabalho. Conclui-se que as chances dos beneficiários do Programa Bolsa Família permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários do programa. Essa constatação não só contraria a hipótese de um *efeito preguiça* vinculado à concessão do benefício como estabelece o efeito inverso, de que o benefício financeiro advindo do programa ajude na manutenção do emprego. Em termos de políticas públicas esse é um resultado bastante desejável, uma vez que a população pobre brasileira é caracterizada por uma alta volatilidade na renda e rotatividade no emprego, o que impacta o seu bem-estar presente e futuro, uma vez que dificulta a obtenção de aposentadorias por tempo de contribuição.

O estudo inova ao analisar o efeito do programa de transferência de renda sobre a duração do emprego (em contraste com a maioria dos estudos que abordaram a questão sob a ótica da participação e da jornada de trabalho) e ao tratar a presença no Programa Bolsa Família como uma variável tempo-dependente. Utilizando o modelo semi-paramétrico de Cox, mede-se o risco de desligamento do emprego para os beneficiários do Bolsa Família como sendo de 7% a 10% menor do que para os não beneficiários. Para se ter ideia do que isso significa, pode-se comparar ao efeito causado por filhos menores de idade, que aumentam as chances dos pais deixarem seus empregos. Na regressão principal, a presença de três crianças no lar é responsável por aumentar em 9,6% a chance de saída do emprego. No entanto, essa probabilidade é anulada se o indivíduo receber o benefício do PBF. Os modelos paramétricos também corroboraram o resultado, indicando que os beneficiários do PBF permanecem no mínimo 9% mais tempo em seus empregos do que os não beneficiários.

Esse efeito descrito pode estar apoiado no próprio benefício financeiro ou às condicionalidades impostas pelo programa. Por um lado a renda extra é capaz de diminuir o salário reserva dos pais, a medida que for usada no cuidado com seus dependentes. Por outro, a exigência de frequência escolar para as crianças alivia o tempo destinado pelos pais nos cuidados domésticos, o que facilita a manutenção do emprego, e reduz o trabalho infantil, o que torna a família mais dependente do emprego dos pais.

Apêndice A

Questionário

Estudantes Universitários e o Dinheiro

Obrigado por concordar em participar deste estudo acerca da relação de estudantes com o dinheiro. Nós estamos interessados em aprender sobre as atitudes dos estudantes universitários em relação ao dinheiro no Brasil e nos Estados Unidos. Por favor, preencha o questionário adiante, não escreva seu nome tampouco número de matrícula, os dados são inteiramente anônimos.

1. Sexo: A. Masculino B. Feminino

2. Por favor, identifique seu ano na Faculdade:

A. Calouro (1º ano) B. 2º ano C. 3º ano D. 4º ano E. Concluinte (5º ano ou mais)

3. Por favor, identifique o grupo étnico com o qual você acha que mais de assemelha:

A. Branco B. Pardo C. Negro D. Amarelo E. Indígena

4. Quantos cartões de crédito você tem (tal como Visa, Mastercard, AMEX)?

A. Zero B. Um C. Dois D. Três E. Quatro ou mais

5. Quantos cartões de loja você possui (tal como Riachuelo e C&A)?

A. Zero B. Um C. Dois D. Três E. Quatro ou mais

6. Com que frequência você usa os seus cartões de crédito?

A. Somente em emergências B. Menos de uma vez por semana C. Uma vez por semana D. Algumas vezes na semana E. Diariamente ou mais de uma vez por dia

7. Você costuma carregar dívida (manter saldo devedor) no cartão de crédito?

A. Sim. B. Algumas vezes eu pago o valor total da fatura mensal, mas frequentemente carrego o saldo devedor de um mês para outro C. Algumas vezes eu carrego o saldo devedor, mas normalmente pago o valor integral da fatura todo mês D. Não. Eu pago sempre assim que recebo a fatura

8. Durante este ano escolar, você desempenhou atividades em algum emprego?

A. Mais de 40 horas por semana B. Tempo integral C. 15 a 30 horas por semana D. 1 a 14 horas por semana E. Não. Somente estudei.

9. Durante as férias, você trabalhou em algum lugar?

A. Mais de 40 horas por semana B. Tempo integral C. 15 a 30 horas por semana D. 1 a 14 horas por semana E. Não. Somente estudei.

10. Qual das alternativas abaixo melhor descreve seu rendimento escolar na Faculdade?

A. Acima de 9 B. Entre 8 e 9 C. Entre 7 e 8 D. Entre 7 e 6 E. Menor que 6

FSC | Financial Self Confidence

Por favor, use a escala a seguir para responder ao grupo de questões adiante:

A- Concordo fortemente, B- Concordo, C- Nem Concordo Nem Discordo, D- Discordo, E- Discordo Fortemente

11. Estou confiante de que eu sei como lidar com o meu dinheiro. ()
12. Se eu não tiver certeza do que fazer em termos de finanças, eu sei como posso encontrar a informação de que eu preciso. ()
13. Se eu tiver dúvidas sobre o meu dinheiro, eu não conheço ninguém a quem eu possa pedir conselhos. ()
14. Eu confio na minha capacidade para lidar com cartões de crédito. ()
15. Eu confio na minha capacidade para lidar com contas bancárias. ()
16. Eu desejo sabia mais sobre como gerenciar o meu dinheiro. ()
17. Eu não sei tanto quanto a maioria dos meus amigos sabem sobre gestão do dinheiro.
18. Se eu precisava tomar um empréstimo, gostaria de conhecer mais sobre como ocorre esse processo. ()
19. Estou preocupado(a) com minha falta de conhecimentos financeiros. ()
20. Eu serei capaz de lidar com o meu dinheiro no futuro que está por vir. ()

SATD | Student Attitude Toward Debt

Por favor, use a escala a seguir para responder ao grupo de questões adiante: A- Concordo

fortemente, B- Concordo, C- Nem Concordo Nem Discordo, D- Discordo, E- Discordo Fortemente

21. Não há desculpa para tomar dinheiro emprestado. ()
22. Os bancos não devem dar empréstimos sem juros para estudantes. ()
23. Acho que estudantes têm que se endividar. ()
24. Acho correto pedir dinheiro emprestado para comprar comida. ()
25. Você deve sempre economizar primeiro antes de comprar algo. ()
26. Dívidas são parte integrante do estilo de vida moderno. ()
27. Estudantes devem ser desencorajados a usar cartões de crédito. ()
28. Os bancos não deveriam se surpreender quando os estudantes estão com grandes dívidas. ()
29. Não vejo problemas em usar cheque especial, se eu sei que posso pagar depois. ()
30. Uma vez que você estiver endividado é muito difícil sair. ()
31. Você deve ficar em casa ao invés de pedir dinheiro emprestado para sair para uma noite em um bar. ()
32. É melhor ter alguma coisa agora e pagar por ela mais tarde. ()
33. Tomar um empréstimo é uma coisa boa, porque permite-lhe desfrutar a vida ainda como um estudante. ()
34. Dever dinheiro a outros é basicamente um erro. ()

CCU | Credit Card Use

Por favor, indique com que frequência você usou o cartão de crédito para comprar os itens a seguir ao longo dos últimos 6 meses: A-Nunca, 0 vezes B-Raramente, menos de 5 vezes C-Uma vez ou outra, 5-10 vezes D-Com alguma frequência, 11-20 vezes E-Com frequência, 21 vezes ou mais

35. Roupas ou sapatos ()
36. Livros ou revistas (não considere livros escolares) ()
37. Itens comestíveis (não comida de restaurante) ()
38. Saque em dinheiro ()
39. Comida em um restaurante ()
40. Bebidas (não aquelas que acompanham refeições) ()
41. CDs, DVDs e similares ()
42. Entretenimento (filmes, ingressos para shows, etc.) ()
43. Combustível ()
44. Peças ou manutenção para automóveis ()
45. Compras On-line ()
46. Reservas (hoteis, aluguel de carro, passagens aéreas) ()
47. Emergências (guinchos, hospitais, ou clínicas médicas, etc.) ()
48. Quanto tempo você acha que irá demorar para pagar seus cartões de crédito? Deixe em

branco se você não tem cartões de crédito.

A. Eu pagarei este mês ou no próximo.

B. Eu pagarei ao longo deste ano.

C. Eu pagarei enquanto ainda estiver fazendo faculdade.

D. Eu pagarei dentro de um, ou dois, anos após a graduação na faculdade.

E. Eu pagarei após mais de dois anos de concluída a faculdade.

49. Quanto tempo você acha que vai demorar um estudante médio para pagar suas dívidas com cartões de crédito?

A. Um estudante médio pagaria em 1 ou 2 meses.

B. Um estudante médio pagaria ao longo deste ano.

C. Um estudante médio pagaria enquanto estivesse na faculdade.

D. Um estudante médio pagaria em 1 ou 2 anos depois de formado.

E. Um estudante médio pagaria somente após mais de 2 anos de formado.

50. Quanto você espera ganhar por ano imediatamente após a sua formatura?

A. Menos de R\$40.000 B. Entre R\$40.000 e R\$59.999 C. Entre R\$60.000 e R\$79.999 D. Entre R\$80.000 e \$99.999 E. R\$100.000 ou mais

51. Quanto você acha que o estudante médio vai ganhar por ano imediatamente após a formatura?

A. Menos de R\$40.000 B. Entre R\$40.000 e R\$59.999 C. Entre R\$60.000 e R\$79.999 D. Entre R\$80.000 e \$99.999 E. R\$100.000 ou mais

52. Quais são seus planos para logo após a sua formatura na faculdade?

A. Ter um emprego em tempo integral

B. Ter um emprego em tempo parcial

C. Entrar em um curso de Mestrado

D. Entrar em um curso de Doutorado

E. Outro:

53. Se você se estivesse bastante endividado(a), como provavelmente seus pais iriam ajudá-lo?

A. Muito provavelmente

B. Provavelmente

C. Possivelmente

D. Improvável

E. Muito improvável

54. Se você estivesse bastante endividado no cartão de crédito, qual seria sua atitude mais provável?

A. Pagar o que fosse possível ainda na faculdade, mas pagaria o resto após a formatura.

B. Trancaria a faculdade para trabalhar mais horas e pagar a dívida.

C. Pediria ajuda aos meus pais.

D. Procuraria ajuda de um profissional.

E. Declararia minha falência pessoal (incapacidade de pagamento perante o banco).

FWBS | Financial Well Being Subjective

Por favor, use a escala a seguir para responder ao grupo de questões adiante:

A- Concordo fortemente, B- Concordo, C- Nem Concordo Nem Discordo, D- Discordo, E- Discordo Fortemente

55. Estou incomodado com as dívidas que tenho atualmente. ()
56. Eu me preocupo com o pagamento de meus financiamentos e empréstimos. ()
57. Eu me preocupo com o pagamento de meus cartões de crédito. ()
58. Eu acho que estou em uma boa situação financeira. ()
59. A partir de hoje, daqui 5 anos eu não terei dívidas no cartão de crédito. ()
60. A partir de hoje, daqui 1 ano eu não terei dívidas no cartão de crédito. ()
61. Eu penso muito sobre as minhas dívidas atuais. ()
62. Eu tenho discutido bastante com os outros (pais, amigos, e outros que considero) sobre meu nível de gastos. ()
63. Eu me pego pensando sobre minhas dívidas com frequência. ()
64. Eu nunca tive problemas para dormir por causa de questões relacionadas a dinheiro. ()

DOG | Delay of Gratification

Por favor, responda ao próximo conjunto de itens usando a escala a seguir:

A-Sim

B-Inseguro para responder a essa questão

C-Não

65. Você é bom em guardar o seu dinheiro ao invés de gastá-lo imediatamente? ()
66. Você gosta de uma coisa ainda mais porque teve que esperar por ela e planejá-la? ()
67. Será que você tende a poupar o seu dinheiro de bolso tal como faz uma criança? ()
68. Quando você está em um supermercado você tende a comprar um monte de coisas que você não tinha planejado comprar? ()
69. Você está constantemente em crise financeira? ()
70. Você concorda com a filosofia, "Comer, beber e ser feliz, porque amanhã pode ser que estejamos todos mortos"? ()
71. Você descreveria a si mesmo como sendo muitas vezes demasiadamente impulsivo para satisfazer seus interesses pessoais? ()
72. Você, com bastante frequência, acha que vale a pena esperar e pensar sobre as coisas antes de decidir? ()

A-Sim

B-Inseguro para responder a essa questão

C-Não

73. Você gosta de gastar o dinheiro assim que você ganha? ()
74. É difícil para você manter-se de cabeça fria quando alguém tenta tirar você do sério? ()
75. Você tolera manter-se esperando pelas coisas tranquilamente na maioria das vezes? ()
76. Você é bom em planejar as coisas com antecedência? ()

INCOM | Income Social

A maioria das pessoas se compara com os outros ao longo do tempo. Por exemplo, elas podem comparar a forma como elas se sentem, suas opiniões, suas habilidades, e/ou a sua situação com a de outras pessoas. Não há nada particularmente 'bom' ou 'ruim' sobre este tipo de comparação e algumas pessoas fazem isso mais do que outras. Nós gostaríamos de descobrir quantas vezes você se compara com outras pessoas. Para isso, gostaríamos de lhe pedir para indicar o quanto você concorda com cada afirmação abaixo utilizando a seguinte escala:

A- Concordo fortemente, B- Concordo, C- Nem Concordo Nem Discordo, D- Discordo, E- Discordo Fortemente

77. Costumo comparar a forma como os meus entes queridos (namorado ou namorada, familiares, etc) estão agindo em relação ao modo de se comportar de outras pessoas. ()
78. Eu sempre presto muita atenção em como eu faço as coisas em comparação com a forma como os outros o fazem. ()
79. Se eu quiser descobrir o quão bem eu fiz alguma coisa, eu comparo o que eu fiz com a forma como os outros fizeram. ()
80. Costumo comparar como eu estou agindo socialmente (por exemplo, habilidades sociais, popularidade) com outras pessoas. ()
81. Eu não sou o tipo de pessoa que se compara com os outros. ()
82. Muitas vezes me compare com outras pessoas em relação ao que tenho feito na vida. ()
83. Muitas vezes eu me comparo com os outros a respeito do que eu tenho feito na vida. ()
84. Costumo tentar descobrir o que os outros pensam sobre alguém que enfrenta problemas semelhantes aos que eu enfrento. ()
85. Eu sempre gosto de saber o que os outros fariam se estivessem em uma similar à minha. ()
86. Se eu quiser saber mais sobre alguma coisa, eu tento descobrir o que os outros pensam sobre ela. ()
87. Eu nunca considero minha situação na vida em relação à de outras pessoas. ()

FINSOC | Financial Social Comparison

A- Concordo fortemente, B- Concordo, C- Nem Concordo Nem Discordo, D- Discordo, E- Discordo Fortemente

88. Quando vejo as coisas que os outros possuem, como roupas ou um carro, muitas vezes eu desejaria ter aquilo também. ()
89. Costumo comparar o que eu tenho com o que meus amigos têm. ()
90. Fico feliz quando vejo que eu tenho coisas mais agradáveis do que outras pessoas. ()
91. Eu não preciso comparar meus bens e posses com as coisas das outras pessoas para me sentir contente e feliz. ()
92. Quando vejo alguém com uma tecnologia mais nova do que eu (por exemplo, telefone celular, MP3 player, etc), eu quero ir em busca de ter isso para mim também. ()
93. Costumo aprender sobre coisas novas para comprar de meus amigos e daquelas pessoas que eu admiro. ()
94. Minhas compras não são influenciadas por qualquer comparação com outras pessoas. ()
95. Sinto-me rico em comparação com a maioria dos meus amigos. ()
96. Costumo comprar coisas que eu realmente não poderia pagar para eu parecer estar no mesmo nível que os meus amigos. ()

PFES | Parental Financial Education Scale

Por favor, use a escala a seguir para responder o próximo grupo de perguntas sobre a educação que seus pais lhe deram sobre o dinheiro:

A- Concordo fortemente, B- Concordo, C- Nem Concordo Nem Discordo, D- Discordo, E- Discordo Fortemente

97. Meus pais me ensinaram como gerir adequadamente um talão de cheques. ()
98. Meus pais consideraram importante ensinar-me sobre dinheiro. ()
99. Eu fui receptivo(a) para aprender sobre gestão do meu dinheiro. ()
100. Meus pais conversaram comigo sobre o uso apropriado de cartões de crédito na faculdade. ()
101. Meus pais evitavam falar sobre o dinheiro comigo. ()
102. Meus pais estavam frequentemente endividados (além do financiamento da moradia ou do financiamento do carro). ()
103. Meus pais pagavam em dinheiro, usavam cheques, cartões de débito, ao invés de usar cartões de crédito. ()
104. Meus pais conversavam comigo sobre o orçamento familiar. ()
105. Meus pais me pagavam mesada. ()
106. Meus pais me ajudavam a administrar a minha mesada. ()
107. Meus pais abriram uma caderneta de poupança para mim. ()
108. Meus pais me ajudaram a como economizar dinheiro. ()
109. Meus pais conversavam comigo sobre suas prioridades para os gastos domésticos. ()
110. Meus pais carregam um saldo devedor no cartão de crédito. ()
111. Meus pais são bons exemplos de gestão financeira para mim. ()

112. Eu gostaria que meus pais me ensinassem mais sobre como administrar meu dinheiro. ()
113. Meus pais me ajudaram a descobrir maneiras de como pagar a faculdade. ()
114. Eu raramente via os meus pais pagando as contas. ()
115. Meus pais costumam preocupar-se com dinheiro. ()
116. Eu tenho uma boa percepção do bem-estar (situação) financeiro da minha família. ()
117. Eu cresci preocupado com as finanças da minha família. ()
118. Meus pais me incentivaram a conseguir um emprego para pagar a faculdade. ()
119. Meus pais me livraram das minhas dívidas passadas no cartão de crédito. ()
120. Meus pais me ensinaram como comparar lojas para encontrar o melhor valor. ()
121. Muitas vezes eu fui fazer compras de supermercado com meu(s) pai(s). ()
122. Falar de dinheiro com os meus pais me faziam ficar envergonhado. ()
123. Sempre que meus pais falavam sobre dinheiro comigo, isso foi constrangedor. ()
124. Meus pais me ajudaram a entender as suas prioridades financeiras. ()
125. Meus pais inculcaram bons valores financeiros em minha personalidade. ()
126. Eu já não mais sigo os valores financeiros ensinados pelos meus pais. ()
127. Eu aprendi sobre como gerenciar o meu dinheiro por conta própria, por tentativa e erro. ()
128. Eu aprendi sobre como gerenciar o meu dinheiro nas aulas do colégio. ()
129. Eu aprendi sobre como gerenciar o meu dinheiro com meus amigos. ()
130. Eu aprendi sobre como gerenciar o meu dinheiro nas aulas na faculdade. ()

CCUS | Credit Card Use Scale

Por favor, responda ao próximo conjunto de itens usando a escala a seguir:

A- Concordo fortemente, B- Concordo, C- Nem Concordo Nem Discordo, D- Discordo, E- Discordo Fortemente

Se acaso você nunca teve um cartão de crédito, esqueça os itens 131 ao 146 e vá direto ao item 147.

131. Usar cartões de crédito me faz sentir bem. ()
132. Eu prefiro colocar minhas despesas no cartão de crédito porque isso me ajuda a controlar o meu orçamento mensal. ()
133. É inseguro entregar o número do meu cartão de crédito para outras pessoas. ()
134. Pagar meu cartão de crédito me faz sentir orgulhoso. ()
135. O tipo de cartão que eu uso reflete o meu status. ()
136. Todo mês sinto medo ao receber a minha fatura do cartão de crédito. ()
137. Eu controlo melhor minhas despesas quando eu pago meu cartão. ()
138. Eu acredito que as empresas estão tentando me fazer gastar mais quando me dão um limite de crédito elevado. ()

139. Eu tendo a usar meu cartão de crédito sem pensar no seu valor da fatura mensal. ()
140. Eu gasto menos quando compro e pago com dinheiro. ()
141. Eu lamento o valor das minhas faturas de cartão quando finalmente tenho que pagá-las.()
142. Acho que pagar em dinheiro é um inconveniente. ()
143. Eu compro itens desnecessários quando uso o cartão de crédito. ()
144. Eu subestimo a despesa total de viagem de compras quando estou planejando o uso do cartão de crédito. ()
145. Quando eu pago em dinheiro, eu acho difícil lembrar quanto gastei. ()
146. Usar cartões de crédito me faz sentir culpado(a). ()

Por favor, responda os itens 147 ao 160, independentemente de ter ou não cartão de crédito

147. Carregar cartões é mais conveniente que carregar dinheiro vivo. ()
148. Eu acredito que cartões de crédito levam a gastos desnecessários. ()
149. Cartões de crédito são convenientes. ()
150. Faturas de cartão de crédito dão um resumo das despesas mensais. ()
151. Como regra geral, estudantes universitários não deveriam ter cartão de crédito. ()
152. Cartões de crédito simplificam o pagamento de contas. ()
153. A maioria dos estudantes que possui cartões de crédito entra em apuros financeiros. ()
154. Ter um cartão de crédito é útil em caso de uma emergência. ()
155. Empresas de cartões de crédito ajudam os estudantes a desenvolver sua história de crédito. ()
156. Empresas de cartões de crédito preocupam-se somente em como ganhar dinheiro. ()
157. No geral, eu tenho uma opinião positiva em relação aos cartões de crédito. ()
158. Carregar e realizar pagamentos com cartões de crédito é mais seguro que usar dinheiro vivo. ()
159. Eu não quero ter cartões de crédito neste momento. ()
160. Cartões de crédito levam ao endividamento. ()

Para os itens restantes, por favor use a escala a seguir:

A- Muito Importante, B- Importante, C- Um pouco Importante, D- Não Muito Importante, E- Nada Importante

Quando você solicita um cartão de crédito, quão importante é para você pessoalmente saber:

161. A taxa de juros ()
162. As recompensas ou prêmios (milhagem para vôos, créditos em dinheiro). ()
163. Penalidades por atraso de pagamento ()
164. Como o pagamento mínimo é calculado ()

165. A afiliação do cartão (por exemplo: um cartão associado sua faculdade ou Fiat Visa) ()

Quão importante é para você pessoalmente entender o seguinte:

166. Como os cartões de crédito funcionam, incluindo o cálculo dos juros. ()

167. Como funcionam os financiamentos de automóveis, incluindo o processo de análise do crédito e o prazo do financiamento. ()

168. Como funcionam financiamentos escolares, incluindo carência, taxa de juros, e o prazo do financiamento. ()

169. Como planejar a aposentadoria, incluindo pensões e investimentos. ()

Quão importante é para você ter os itens a seguir, agora ou durante o ano de graduação da faculdade:

170. Cartões de crédito (Visa, Mastercard, AMEX) ()

171. Conta corrente ()

172. Caderneta de poupança ()

173. Investimentos em ações ()

174. Investimentos em fundos ()

175. Financiamento de automóveis ()

176. Previdência privada ()

177. Por favor, preencha seus saldos devedores atuais conforme se segue:

Renda anual (individual) em R\$


Débito no cartão de crédito em R\$

Saldo devedor na Faculdade R\$

Outros débitos em R\$

Apêndice B

Ofícios


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

Ofício nº *2117* SENARC/MDS Brasília, *29* de *outubro* de 2013.

Ao Senhor
DANILO BRAUN SANTOS
Pesquisador – Fundação Getúlio Vargas
Rua Camburiú, nº 370 – Vila Ipojuca – Lapa
050058-020 – São Paulo – SP

Assunto: Disponibilização dos dados do Cadastro Único

Senhor Danilo,

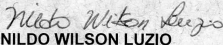
1. Com os meus cumprimentos, encaminho a mídia contendo a extração da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) de janeiro de 2013, com exceção dos Blocos 9 (nove) e 10 (dez), e as marcações do Programa Bolsa Família de setembro de 2009, 2010, 2011 e 2012; janeiro de 2010, 2012 e 2013; e fevereiro de 2011.

2. Ratifico que os dados repassados devem ser utilizados apenas para o alcance dos objetivos do projeto de pesquisa para a Tese de Doutorado na área de Finanças Comportamentais, intitulado "O impacto de políticas sociais no comportamento financeiro da população pobre brasileira". É vedada a utilização para outros fins, bem como a cessão a terceiros, conforme disposto no Termo de Responsabilidade, assinado por Vossa Senhoria, em 26 de agosto de 2013.

3. Solicito que, assim que o estudo ou a pesquisa forem concluídos e o respectivo relatório tiver sido finalizado, enviar uma cópia ao MDS, em formato impresso e eletrônico.

4. Por fim, solicito ainda, que envie a esta Secretaria o Termo de Recebimento anexo, preenchido e assinado.

Atenciosamente,


NILDO WILSON LUZIO
Chefe de Gabinete

Decau/FGPS/R

Av. W3 Norte – SEPN Quadra 415, Bloco B, 5º Andar – SENARC – Sala 548 – CEP: 70770-502 – Brasília – DF
Fone/Atendimento: 0800-707-2003
Fax – Gabinete/Senarc: 2030-3615
bolsa.familia@mds.gov.br / cadastrounico@mds.gov.br

Figura B.1: Ofício MDS



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

Espanada dos Ministérios, Bloco F, Ala B, Sala 211
CEP 70059-900 – Brasília-DF
Fone (61) 3317-6667 - Fax (61) 3317-8272

Ofício n.º 180/2014/CGET/DES/SPPE/MTE

Brasília, 9 de janeiro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor

WESLEY MENDES DA SILVA

Professor do Departamento de Contabilidade,
Finanças e Controle – CFC
Fundação Getúlio Vargas
Av. 9 de julho, 2029
01.313-902 / São Paulo - SP

Assunto: Encaminha Termo de Sigilo e dados.

Prezado Senhor,

Em atendimento a correspondência enviada, estamos enviando uma via do Termo de Compromisso assinado para arquivamento e os dados solicitados.

Lembramos que as informações disponibilizadas são sigilosas e de caráter reservado, de acordo com o disposto na Lei n.º 12.527/2011.

Atenciosamente,

Maria Emilia Piccinini Veras

Coordenadora-Geral de Estatísticas do Trabalho

Figura B.2: Ofício MTE

Referências Bibliográficas

- Além et al. (1998)** Ana Cláudia Além, Florinda Pastoriza, Fabio Giambiagi et al. A aposentadoria por tempo de serviço no brasil: estimativa do subsídio recebido pelos seus beneficiários. *Revista Brasileira de Economia*, 52(1):169–206. Citado na pág. 58
- Allais (1952/1979)** Maurice Allais. *The foundations of a positive theory of choice involving risk and a criticism of the postulates and axioms of the American School (1952)*. Springer. Citado na pág. 25
- Angst e de Abreu (2007)** Danilo Angst e Jorge Arantes Pinto de Abreu. Títulos de capitalização-efeitos dos resgates antecipados na rentabilização e fidelização de clientes em um banco no paraná capitalization bonds-effects of anticipated recoveries in profitability and loyalty of customer at a bank in paraná. *Revista da FAE*, 10(2):99–113. Citado na pág. 26, 29
- Antigo e Machado (2006)** Mariangela Furlan Antigo e Ana Flávia Machado. Transições e duração do desemprego: uma revisão da literatura com novas evidências para belo horizonte. *Nova economia*, 16(3):375–406. Citado na pág. 58
- Araújo et al. (2010)** Guilherme Silva Araújo, Rosana Ribeiro e Henrique Dantas Neder. Impactos do programa bolsa família sobre o trabalho de crianças e adolescentes residentes na área urbana. *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 38. Citado na pág. 57
- Atkinson e Messy (2012)** Adele Atkinson e Flore-Anne Messy. Measuring financial literacy. *OECD Publishing*. Citado na pág. 19
- Avelino (2001)** Ricardo Rezende Gomes Avelino. *Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo*. Tese de Doutorado. Citado na pág. 58
- Bailey e Lown (1993)** William C Bailey e Jean M Lown. A cross-cultural examination of the aetiology of attitudes towards money. *Journal of Consumer Studies & Home Economics*, 17(4):391–402. Citado na pág. 50
- Banco Central do Brasil (2011)** Banco Central do Brasil. Relatório de inclusão financeira - número 2. <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>, 2011. Último acesso em 7/7/2014. Citado na pág. 33
- Barbosa e Corseuil (2014)** Ana Luiza Neves De Holanda Barbosa e Carlos Henrique L Corseuil. Bolsa família, escolha ocupacional e informalidade no brasil. Citado na pág. 57
- Berger e Udell (1998)** Allen N Berger e Gregory F Udell. The economics of small business finance: The roles of private equity and debt markets in the financial growth cycle. *Journal of Banking & Finance*, 22(613):673. Citado na pág. 18

- Bertrand e Morse (2011)** Marianne Bertrand e Adair Morse. Information disclosure, cognitive biases, and payday borrowing. *The Journal of Finance*, 66(6):1865–1893. Citado na pág. 17
- Bhutta et al. (2012)** Neil Bhutta, Paige Marta Skiba e Jeremy Tobacman. Payday loan choices and consequences. *Vanderbilt Law and Economics Research Paper*, (12-30). Citado na pág. 17
- Bivar (1993)** Wasmália Bivar. Estimativas da duração média do desemprego no brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 23(2):275–312. Citado na pág. 58
- Bollen (2014)** Kenneth A Bollen. *Structural equations with latent variables*. John Wiley & Sons. Citado na pág. 46
- Bontempo et al. (2007)** Daniel E Bontempo, Scott M Hofer e FR Lawrence. Assessing factorial invariance in cross-sectional and longitudinal studies. *Handbook of methods in positive psychology*, páginas 153–175. Citado na pág. 47
- Braun Santos et al. (2015)** Danilo Braun Santos, Wesley Mendes-Da-Silva, Eduardo Flores e Jill M Norvilitis. Predictors of credit card use and perceived financial well-being in female college students: a brazil-united states comparative study. *International Journal of Consumer Studies*. Citado na pág. 42, 49, 51
- Brito e Kerstenetzky (2010)** Alessandra Brito e Célia Kerstenetzky. Beneficiários do programa bolsa família e mercado de trabalho: considerações metodológicas e substantivas. *Rio de Janeiro: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento*. Citado na pág. 70
- Britto (2005)** Tatiana Britto. Recent trends in the development agenda of latin america: an analysis of conditional cash transfers. *Brasilia, Ministry of Social Development. Mimeo-graphed document*. Citado na pág. 55, 56, 57
- Browne (1984)** MW Browne. Asymptotically distribution-free methods for the analysis of covariance structures. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 37(1): 62–83. Citado na pág. 50
- Byrne et al. (1989)** Barbara M Byrne, Richard J Shavelson e Bengt Muthén. Testing for the equivalence of factor covariance and mean structures: The issue of partial measurement invariance. *Psychological Bulletin*, 105(3):456. Citado na pág. 46, 47
- Campbell (2006)** John Y Campbell. Household finance. *The Journal of Finance*, 61(4): 1553–1604. Citado na pág. 18
- Carlin e Robinson (2012)** Bruce Ian Carlin e David T Robinson. What does financial literacy training teach us? *The journal of economic education*, 43(3):235–247. Citado na pág. 19
- Carvalho e Oliveira (2009)** José Raimundo Carvalho e Paulo Felipe Alencar de Oliveira. Desigualdade de gênero da duração do desemprego e seus efeitos sobre os salários aceitos no brasil. Citado na pág. 58
- Cole et al. (2011)** Shawn Cole, Thomas Sampson e Bilal Zia. Prices or knowledge? what drives demand for financial services in emerging markets? *The Journal of Finance*, 66(6): 1933–1967. Citado na pág. 16, 18, 19, 37

- Cravo (2013)** Daniela Copetti Cravo. Venda casada: é necessária a dúplice repressão? *Revista de Defesa da Concorrência*, 1(1):p-52. Citado na pág. 27
- d'Astous (1990)** Alain d'Astous. An inquiry into the compulsive side of "normal" consumers. *Journal of Consumer Policy*, 13(1):15-31. Citado na pág. 49
- d'Astous et al. (1990)** Alain d'Astous, Julie Maltais e Caroline Roberge. Compulsive buying tendencies of adolescent consumers. *Advances in consumer research*, 17(1). Citado na pág. 40
- Davies e Lea (1995)** Emma Davies e Stephen EG Lea. Student attitudes to student debt. *Journal of Economic Psychology*, 16(4):663-679. Citado na pág. 40
- de Belvis et al. (2012)** Antonio Giulio de Belvis, Francesca Ferrè, Maria Lucia Specchia, Luca Valerio, Giovanni Fattore e Walter Ricciardi. The financial crisis in Italy: implications for the healthcare sector. *Health policy*, 106(1):10-16. Citado na pág. 51
- De Hoop e Rosati (2014)** Jacobus De Hoop e Furio C Rosati. Cash transfers and child labor. *The World Bank Research Observer*, 29(2):202-234. Citado na pág. 56
- De Mooij e Hofstede (2002)** Marieke De Mooij e Geert Hofstede. Convergence and divergence in consumer behavior: implications for international retailing. *Journal of Retailing*, 78(1):61-69. Citado na pág. 51
- Demirgüç-Kunt e Klapper (2012)** Asli Demirgüç-Kunt e Leora F Klapper. Measuring financial inclusion: The global Findex database. *World Bank Policy Research Working Paper*, (6025). Citado na pág. 33
- Edwards et al. (2007)** Renee Edwards, Myria Watkins Allen e Celia Ray Hayhoe. Financial attitudes and family communication about students' finances: The role of sex differences. *Communication Reports*, 20(2):90-100. Citado na pág. 50, 51
- Faber e O'guinn (1992)** Ronald J Faber e Thomas C O'guinn. A clinical screener for compulsive buying. *Journal of Consumer Research*, páginas 459-469. Citado na pág. 40
- FenaCap (2013)** FenaCap. Capitalização: o que você precisa saber. <http://www.cnseg.org.br/fenacap/publicacoes/>, 2013. Último acesso em 11/6/2015. Citado na pág. 20
- FenaCap (2015a)** FenaCap. Título de capitalização: o que você precisa saber. <http://www.cnseg.org.br/fenacap/publicacoes/>, 2015a. Último acesso em 13/12/2015. Citado na pág. 20, 21
- FenaCap (2015b)** FenaCap. A capitalização na agenda econômica e social brasileira. <http://www.cnseg.org.br/fenacap/publicacoes/>, 2015b. Último acesso em 13/12/2015. Citado na pág. 21
- Fonseca et al. (2012)** Raquel Fonseca, Kathleen J Mullen, Gema Zamarro e Julie Zissimopoulos. What explains the gender gap in financial literacy? the role of household decision making. *Journal of Consumer Affairs*, 46(1):90-106. Citado na pág. 32
- Frederick et al. (2002)** Shane Frederick, George Loewenstein e Ted O'donoghue. Time discounting and time preference: A critical review. *Journal of economic literature*, páginas 351-401. Citado na pág. 13

- Gabaix e Laibson (2006)** Xavier Gabaix e David Laibson. Shrouded attributes, consumer myopia, and information suppression in competitive markets. *The Quarterly Journal of Economics*, páginas 505–540. Citado na pág. 18
- Giambiagi e Afonso (2009)** Fabio Giambiagi e Luís Eduardo Afonso. Cálculo da alíquota de contribuição previdenciária atuarialmente equilibrada: uma aplicação ao caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 63(2):153–179. Citado na pág. 58
- Hancock et al. (2013)** Adam M Hancock, Bryce L Jorgensen e Melvin S Swanson. College students and credit card use: The role of parents, work experience, financial knowledge, and credit card attitudes. *Journal of family and economic issues*, 34(4):369–381. Citado na pág. 43
- Harvanko et al. (2013)** Arit Harvanko, Katherine Lust, Brian L Odlaug, Liana Schreiber, Katherine Derbyshire, Gary Christenson e Jon E Grant. Prevalence and characteristics of compulsive buying in college students. *Psychiatry research*, 210(3):1079–1085. Citado na pág. 49
- Hoff e Stiglitz (1998)** Karla Hoff e Joseph E Stiglitz. Moneylenders and bankers: price-increasing subsidies in a monopolistically competitive market. *Journal of Development Economics*, 55(2):485–518. Citado na pág. 18
- Hu e Bentler (1999)** Li-tze Hu e Peter M Bentler. Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1):1–55. Citado na pág. 45, 46
- Hung et al. (2009)** Angela Hung, Andrew M Parker e Joanne Yoong. Defining and measuring financial literacy. Citado na pág. 19
- Huston (2010)** Sandra J Huston. Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2):296–316. Citado na pág. 19
- Iacobucci (2010)** Dawn Iacobucci. Structural equations modeling: Fit indices, sample size, and advanced topics. *Journal of Consumer Psychology*, 20(1):90–98. Citado na pág. 46
- Karanikolos et al. (2013)** Marina Karanikolos, Philipa Mladovsky, Jonathan Cylus, Sarah Thomson, Sanjay Basu, David Stuckler, Johan P Mackenbach e Martin McKee. Financial crisis, austerity, and health in europe. *The Lancet*, 381(9874):1323–1331. Citado na pág. 51
- Kleinbaum e Klein (1996)** David G Kleinbaum e Mitchel Klein. *Survival analysis*. Springer. Citado na pág. 67
- Lancaster (1992)** Tony Lancaster. *The econometric analysis of transition data*. Number 17. Cambridge university press. Citado na pág. 67
- Leichsenring (2010)** Alexandre R Leichsenring. Precariedade laboral eo programa bolsa família. *Bolsa família*, 2010:271–300. Citado na pág. 54, 58, 63, 72
- Limbu et al. (2012)** Yam B Limbu, Bruce A Huhmann e Bing Xu. Are college students at greater risk of credit card abuse& quest; age, gender, materialism and parental influence on consumer response to credit cards. *Journal of Financial Services Marketing*, 17(2): 148–162. Citado na pág. 43

- Lindert et al. (2007)** Kathy Lindert, Anja Linder, Jason Hobbs e Bénédicte De la Brière. The nuts and bolts of brazil's bolsa família program: implementing conditional cash transfers in a decentralized context, 2007. Citado na pág. 55
- Lira (2011)** Sachiko Araki Lira. Duração do desemprego na região metropolitana de curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, (109):139–160. Citado na pág. 58
- Lo e Harvey (2011)** Hui-Yi Lo e Nigel Harvey. Shopping without pain: Compulsive buying and the effects of credit card availability in europe and the far east. *Journal of Economic Psychology*, 32(1):79–92. Citado na pág. 39
- Lopes (2013)** Lola L Lopes. Goals and the organization of choice under risk. Citado na pág. 25
- Lopes e Oden (1999)** Lola L Lopes e Gregg C Oden. The role of aspiration level in risky choice: A comparison of cumulative prospect theory and sp/a theory. *Journal of mathematical psychology*, 43(2):286–313. Citado na pág. 25
- Lusardi (2008)** Annamaria Lusardi. Financial literacy: an essential tool for informed consumer choice? Relatório técnico, National Bureau of Economic Research. Citado na pág. 18, 19
- Lusardi e Mitchell (2008)** Annamaria Lusardi e Olivia S Mitchell. Planning and financial literacy: How do women fare? Relatório técnico, National Bureau of Economic Research. Citado na pág. 32
- Lusardi e Mitchell (2009)** Annamaria Lusardi e Olivia S Mitchell. How ordinary consumers make complex economic decisions: Financial literacy and retirement readiness. Relatório técnico, National Bureau of Economic Research. Citado na pág. 19
- Lusardi e Mitchell (2011)** Annamaria Lusardi e Olivia S Mitchell. Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(04):497–508. Citado na pág. 19, 33
- Lusardi e Mitchell (2013)** Annamaria Lusardi e Olivia S Mitchell. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. Relatório técnico, National Bureau of Economic Research. Citado na pág. 18
- Lusardi e Tufano (2009)** Annamaria Lusardi e Peter Tufano. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. Relatório técnico, National Bureau of Economic Research. Citado na pág. 18, 19, 37
- Lusardi et al. (2010)** Annamaria Lusardi, Olivia S Mitchell e Vilsa Curto. Financial literacy among the young. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2):358–380. Citado na pág. 39, 43
- Madestam (2014)** Andreas Madestam. Informal finance: A theory of moneylenders. *Journal of Development Economics*, 107:157–174. Citado na pág. 18, 37
- Malbouisson e Menezes (2004)** Cláudia Sá Malbouisson e Wilson F Menezes. Duração do desemprego na região metropolitana de salvador: mensuração e análise. *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 32. Citado na pág. 58
- Marshall e Hill (2014)** Caroline Marshall e Peter S Hill. Ten best resources on conditional cash transfers. *Health policy and planning*, página czu051. Citado na pág. 56

- McDonald e Ho (2002)** Roderick P McDonald e Moon-Ho Ringo Ho. Principles and practice in reporting structural equation analyses. *Psychological methods*, 7(1):64. Citado na pág. 44, 45
- Medeiros et al. (2007)** Marcelo Medeiros, Tatiana Britto e Fábio Soares. Transferência de renda no brasil. *Novos Estudos-CEBRAP*, (79):5–21. Citado na pág. 70
- Melo et al. (2012)** Eduardo Fraga Lima de Melo, Sergio Luis Franklin Jr e César da Rocha Neves. Mensuração do risco de sorteio em títulos de capitalização. *Revista Brasileira de Finanças*, 10(2):197–213. Citado na pág. 20
- Melzer (2011)** Brian T Melzer. The real costs of credit access: Evidence from the payday lending market*. *The Quarterly Journal of Economics*, 126(1):517–555. Citado na pág. 17
- Mendes-Da-Silva et al. (2012)** Wesley Mendes-Da-Silva, Wilson Toshiro Nakamura e Daniel Carrasqueira de Moraes. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from brazil. *BAR-Brazilian Administration Review*, 9(3):351–373. Citado na pág. 18
- Menezes e Dedecca (2006)** Wilson F Menezes e Cláudio S Dedecca. Avaliação da duração do desemprego nas regiões metropolitanas de salvador e de são paulo. *Revista economia contemporânea*, 1(10):35–60. Citado na pág. 58
- Menezes-Filho e Picchetti (2000)** Naercio Aquino Menezes-Filho e Paulo Picchetti. Os determinantes da duração do desemprego em são paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 30(1):23–47. Citado na pág. 57, 58
- Modigliani e Brumberg (1954)** Franco Modigliani e Richard Brumberg. Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data. *FRANCO MODIGLIANI*, 1. Citado na pág. 32
- Mowen (2000)** John C Mowen. *The 3M model of motivation and personality: Theory and empirical applications to consumer behavior*. Springer Science & Business Media. Citado na pág. 43, 52
- Nellie Mae (2005)** Nellie Mae. Undergraduate students and credit cards 2004: An analysis of usage rates and trends. <http://www.nassgap.org/library/ViewBiblio.aspx?aid=1965>, 2005. Último acesso em 26/7/2014. Citado na pág. 39
- Neumann e Morgenstern (1947)** Ludwig Johann Neumann e Oskar Morgenstern. *Theory of games and economic behavior*. Princeton University Press Princeton, NJ. Citado na pág. 25
- Newcomb e Rabow (1999)** Michael D Newcomb e Jerome Rabow. Gender, socialization, and money. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(4):852–869. Citado na pág. 50, 51
- Nobel (2015)** Prêmio Nobel. The royal swedish academy of sciences. http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/2015/press.html, 2015. Último acesso em 23/12/2015. Citado na pág. 13
- Norvilitis e MacLean (2010)** Jill M Norvilitis e Michael G MacLean. The role of parents in college students financial behaviors and attitudes. *Journal of Economic Psychology*, 31(1):55–63. Citado na pág. 40, 43, 44

- Norvilitis e Mao (2013)** Jill M Norvilitis e Yingmei Mao. Attitudes towards credit and finances among college students in china and the united states. *International journal of psychology*, 48(3):389–398. Citado na pág. 43, 49
- Norvilitis e Maria (2002)** Jill M Norvilitis e PS Maria. Credit card debt on college campuses: Causes, consequences and solutions. *College Student Journal*, 36(3):357–364. Citado na pág. 39
- Norvilitis e Mendes-Da-Silva (2013)** Jill M Norvilitis e Wesley Mendes-Da-Silva. Attitudes toward credit and finances among college students in brazil and the united states. *Journal of Business Theory and Practice*, 1(1):p132. Citado na pág. 49
- Norvilitis et al. (2003)** Jill M Norvilitis, P Bernard Szablicki e Sandy D Wilson. Factors influencing levels of credit-card debt in college students1. *Journal of Applied Social Psychology*, 33(5):935–947. Citado na pág. 40, 44
- Norvilitis et al. (2006)** Jill M Norvilitis, Michelle M Merwin, Timothy M Osberg, Patricia V Roehling, Paul Young e Michele M Kamas. Personality factors, money attitudes, financial knowledge, and credit-card debt in college students1. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(6):1395–1413. Citado na pág. 40, 44
- OECD (2013)** OECD. Organisation for economic co-operation and development. financial literacy and inclusion: Results of oecd/infe survey across countries and by gender. http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf, 2013. Último acesso em 25/6/2015. Citado na pág. 18, 19, 26, 32, 37
- O’Guinn e Faber (1989)** Thomas C O’Guinn e Ronald J Faber. Compulsive buying: A phenomenological exploration. *Journal of consumer research*, páginas 147–157. Citado na pág. 43, 49, 52
- Oliveira et al. (2007)** AMH Oliveira, M Andrade, A Resende, C Rodrigues, R Rodrigues e R Ribas. The first results of the baseline impact evaluation of bolsa família. 2007) *Evaluation of MDS Programs and Policies–Results. Brasília: SAGI/MDS, Brasília*. Citado na pág. 57, 72
- Oliveira e Soares (2012)** Luis Felipe Batista de Oliveira e Sergei SD Soares. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. Citado na pág. 53, 57
- Pagano e de Desarrollo (2001)** Marco Pagano e Banco Interamericano de Desarrollo. *Defusing Default: Incentives and Institutions*. Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development. Citado na pág. 16
- Penido e Machado (2002)** Mariângela Penido e Ana Flávia Machado. Desemprego: evidências da duração no brasil metropolitano. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP. Ouro Preto, Minas Gerais*. Citado na pág. 58
- Pianto e Soares (2004)** Donald M Pianto e Sergei Soares. Use of survey design for the evaluation of social programs: The pnad and peti. *Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) and World Bank*, 15. Citado na pág. 70
- Portocarrero (2008)** Helio Portocarrero. Títulos de capitalização e poupança financeira. *Revista Conjuntura Econômica*, 62(5):64–67. Citado na pág. 20, 21, 26

- Roberts (2000)** James Roberts. Consuming in a consumer culture: College students, materialism, status consumption, and compulsive buying. *Marketing Management Journal*, 10 (2). Citado na pág. 39, 43, 52
- Schiavini et al. (2012)** Janaina Mortari Schiavini, Flavia Luciane Scherer e Daniel Arruda Coronel. Understanding guanxi and its influence on international relations. *Revista de Economia Contemporânea*, 16(2):316–332. Citado na pág. 19
- Schlosser et al. (1994)** Steven Schlosser, Donald W Black, Susan Repertinger e Daniel Freet. Compulsive buying: demography, phenomenology, and comorbidity in 46 subjects. *General hospital psychiatry*, 16(3):205–212. Citado na pág. 49
- Schneider e Enste (2000)** Friedrich Schneider e Dominik H Enste. Shadow economies: Size, causes, and consequences. *Journal of Economic Literature*, 38:77–114. Citado na pág. 28
- Schneider et al. (2010)** Friedrich Schneider, Andreas Buehn e Claudio E Montenegro. New estimates for the shadow economies all over the world. *International Economic Journal*, 24(4):443–461. Citado na pág. 16
- Sheng (2008)** Hsia Hua Sheng. Modelos de financiamento baseados em relações pessoais: experiência de empreendedores chineses no brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(3):741–761. Citado na pág. 19
- Sheng e Mendes-Da-Silva (2014)** Hsia Hua Sheng e Wesley Mendes-Da-Silva. The big family: Informal financing of small-and medium-sized businesses by guanxi. *Thunderbird International Business Review*, 56(2). Citado na pág. 19
- Shim et al. (2010)** Soyeon Shim, Bonnie L Barber, Noel A Card, Jing Jian Xiao e Joyce Serido. Financial socialization of first-year college students: The roles of parents, work, and education. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(12):1457–1470. Citado na pág. 43, 44
- Sindec (2015)** Sindec. Sistema nacional de informações de defesa do consumidor. <http://www.mj.gov.br/SindecNacional/graficos/SelecionaGraficoForm.jsp?tp=sindec>, 2015. Último acesso em 15/1/2015. Citado na pág. 27
- Smith (1776)** Adam Smith. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. *Edwin Cannan's annotated edition*. Citado na pág. 13
- Soares et al. (2010)** Fábio Veras Soares, Rafael Perez Ribas e Rafael Guerreiro Osório. Evaluating the impact of brazil's bolsa familia: cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, 45(2):173–190. Citado na pág. 57, 64, 72
- Straub (2005)** Stéphane Straub. Informal sector: the credit market channel. *Journal of Development Economics*, 78(2):299–321. Citado na pág. 17, 37
- Susep (2015)** Susep. Superintendência de seguros privados. <http://www.susep.gov.br/>, 2015. Último acesso em 1/6/2015. Citado na pág. 20
- Tavares (2010)** Priscilla Albuquerque Tavares. Efeito do programa bolsa família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e sociedade*, 41. Citado na pág. 57, 70

- Teixeira (2010)** Clarissa Gondim Teixeira. A heterogeneity analysis of the bolsa familia programme effect on men and women's work supply. Relatório técnico, Working Paper, International Policy Centre for Inclusive Growth. Citado na pág. 57, 70
- Tenenhaus et al. (2004)** Michel Tenenhaus, Silvano Amato e V Esposito Vinzi. A global goodness-of-fit index for pls structural equation modelling. Em *Proceedings of the XLII SIS scientific meeting*, volume 1, páginas 739–742. Citado na pág. 42
- Teranishi (1994)** Juro Teranishi. Modernization of financial markets: An analysis of informal credit markets in prewar japan. *World Development*, 22(3):315–322. Citado na pág. 17, 37
- Tosi et al. (2007)** Pedro Geraldo Tosi, Rogério Naques Faleiros e Rodrigo da Silva Teodoro. Crédito e pequena cafeicultura no oeste paulista: Franca/sp 1890-1914. *Revista Brasileira de Economia*, 61(3):405–426. Citado na pág. 19
- Tosi et al. (2011)** Pedro Geraldo Tosi, Rogério Naques Faleiros e Rodrigo Fontanari. Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*, 65(4):401–412. Citado na pág. 19
- Turvey et al. (2010)** Calum G Turvey, Rong Kong e Xuexi Huo. Borrowing amongst friends: the economics of informal credit in rural china. *China Agricultural Economic Review*, 2(2):133–147. Citado na pág. 18
- Wada e Klontz (2015)** Joni Klontz Wada e Bradley T Klontz. Acceptance and commitment financial therapy for women. Em *Financial Therapy*, páginas 267–284. Springer. Citado na pág. 49
- Wang et al. (2011)** Lili Wang, Wei Lu e Naresh K Malhotra. Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: A view from china. *Journal of Economic Psychology*, 32(1):179–193. Citado na pág. 40
- Well Being Brazil Index (2014)** Well Being Brazil Index. Survey well being brasil, cidade de são paulo. <http://www.wbindex.org>, 2014. Último acesso em 27/4/2014. Citado na pág. 40
- Willis (2008)** Lauren E Willis. Against financial literacy education. *Iowa Law Review*, 94: 08–10. Citado na pág. 37
- Wooldridge (2010)** Jeffrey M Wooldridge. *Econometric analysis of cross section and panel data*. MIT press. Citado na pág. 67
- Yilmazer e Lyons (2010)** Tansel Yilmazer e Angela C Lyons. Marriage and the allocation of assets in women's defined contribution plans. *Journal of Family and Economic Issues*, 31(2):121–137. Citado na pág. 40
- Yuan e Gao (2012)** Yan Yuan e Ping Gao. Farmers' financial choices and informal credit markets in china. *China Agricultural Economic Review*, 4(2):216–232. Citado na pág. 18
- Zeller (1994)** Manfred Zeller. Determinants of credit rationing: A study of informal lenders and formal credit groups in madagascar. *World Development*, 22(12):1895–1907. Citado na pág. 17, 37